



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL**

**EDISSELMA DOS SANTOS ALECRIM**

**JUVENTUDES E CULTURA, UM DIÁLOGO POSSÍVEL: O ACESSO  
DOS JOVENS A PONTOS DE CULTURA NO MUNICÍPIO DE PALMAS**

**PALMAS - TO**

**2015**

**EDISSELMA DOS SANTOS ALECRIM**

**JUVENTUDES E CULTURA, UM DIÁLOGO POSSÍVEL: O ACESSO  
DOS JOVENS A PONTOS DE CULTURA NO MUNICÍPIO DE PALMAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional. Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Cynthia Mara Miranda.

**PALMAS - TO**

**2015**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- A366j ALECRIM, Edisselma dos Santos.  
Juventudes e cultura, um diálogo possível: o acesso dos jovens a pontos de cultura no Município de Palmas. / Edisselma dos Santos ALECRIM. – Palmas, TO, 2015.  
115 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2015.  
Orientadora : Cynthia Mara Miranda
1. Políticas Públicas de Juventudes. 2. Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). 3. Pontos de Cultural. 4. Relação entre Cultura e Juventudes. I. Título
- CDD 338.9**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**EDISSELMA DOS SANTOS ALECRIM**

**JUVENTUDES E CULTURA, UM DIÁLOGO POSSÍVEL: O ACESSO DOS  
JOVENS A PONTOS DE CULTURA NO MUNICÍPIO DE PALMAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado  
em Desenvolvimento Regional da  
Universidade Federal do Tocantins para  
obtenção do título de mestre.  
Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Mara  
Miranda

Aprovada em 03/08/15.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda (Orientadora)



Profa. Dra. Temis Gomes Parente (UFT)



Profa. Dra. Verônica Dantas Meneses (UFT)

Dedico este trabalho a minha filha, Júlia Alecrim Costa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Edigar José de Alecrim e Terezinha dos Santos Alecrim (em memória) pelo incentivo, valorização da educação, admiração e amor e a meus irmãos e cunhados pela constante motivação;

À minha filha, Júlia Alecrim Costa, pela torcida, paciência, incentivo, compreensão por todos os minutos de atenção “roubados” dela para a dedicação a esta pesquisa, pelos lanches que ela me trazia todas as vezes que estava estudando, pelo carinho e inúmeros gestos de amor e admiração;

Ao meu esposo, companheiro de estudos e lutas, Alcy Monteiro Júnior, pelo incentivo, colaboração, por todas as vezes que parou sua dissertação para ajudar-me com a minha, pelo carinho e inúmeros gestos de amor e admiração;

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cynthia Mara Miranda, a qual despertou em mim, potencialidades que nem eu havia reconhecido, pelo carinho, respeito e confiança e, também, pela presteza e celeridade nas leituras e retornos ao longo da elaboração deste trabalho;

Aos meus colegas de trabalho pelo carinho, em especial à Cirleide Pereira dos Santos, por “segurar as pontas” enquanto estive afastada para esta pesquisa;

Às minhas colegas de pesquisa Sandra Regina Rodrigues e Sandra Rettemann, pelo companheirismo durante as aulas, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa e pelo carinho e contribuições;

Às amigas Ana Lúcia P. da Silva Lino e Lusineide Rodrigues pelo carinho e contribuições;

À Marinete Maria da Cruz Andrade, Valéria Andrade e Jocel Santiago pela disponibilidade em atender-me durante a pesquisa no ponto de cultura Arte-fato;

À Natália Lima e Jarbas Pinheiro de Lemos pela disponibilidade em atender-me durante a pesquisa no ponto de cultura Cabana Cultural;

Aos pontos de cultura de Palmas – TO, em especial, ao Arte-fato e ao Cabana Cultura por abrirem as portas a mim e contribuir para a realização desta pesquisa;

À Universidade Federal do Tocantins, na pessoa do Prof. Aurélio P. Picanço, que não apresentou entraves para meu afastamento das atividades laborais para a realização deste Mestrado.

Eu acredito é na rapaziada  
Que segue em frente e segura o rojão  
Eu ponho fé é na fé da moçada  
Que não foge da fera e enfrenta o leão  
Eu vou à luta com essa juventude  
Que não corre da raia a troco de nada  
Eu vou no bloco dessa mocidade  
Que não tá na saudade e constrói  
A manhã desejada  
Aquele que sabe que é negro  
o coro da gente  
E segura a batida da vida o ano inteiro  
Aquele que sabe o sufoco de um jogo tão duro  
E apesar dos pesares ainda se orgulha de ser brasileiro  
Aquele que sai da batalha  
Entra no botequim, pede uma cervinha gelada  
E agita na mesa logo uma batucada  
Aquele que manda o pagode  
E sacode a poeira suada da luta e faz a brincadeira  
Pois o resto é besteira  
E nós estamos “pelai”...  
Eu acredito é na rapaziada!  
(Gonzaguinha).

## RESUMO

A implementação de políticas públicas tem propiciado maior visibilidade e inclusão do segmento juvenil nas agendas governamentais no Brasil. No entanto, apesar dessa abertura de espaço, as questões referentes às juventudes pouco avançaram além da esfera discursiva, esbarrando em dificuldades para a difusão e transversalização das Políticas Públicas de Juventudes (PPJs) em todo o território nacional. Na ausência de PPJs que contemplem os jovens, eles têm buscado acessar outras políticas e, as Políticas Públicas de Cultura (PPC), foco deste estudo, têm sido uma opção para esse segmento. Diante disso, esta pesquisa buscou discutir o acesso dos jovens à Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) por meio dos pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural situados na cidade de Palmas – Tocantins – TO. Para isto, além da construção do referencial no âmbito das PPJs e PPC e suas possíveis relações, a pesquisa se fundamentou na metodologia proveniente da análise qualitativa evidenciada pela pesquisa documental e aplicação de questionário. Os resultados apontaram que os jovens frequentadores dos pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural têm interesse por atividades culturais e que a participação nos pontos de cultura tem contribuído para o desenvolvimento deles. Entretanto, devido as PPC que os jovens têm acessado não ser específicas para o segmento juvenil, a presença deles nessas Políticas é ameaçada quando suas particularidades não são consideradas, o que aponta para a necessidade de incorporar a perspectiva das juventudes de forma transversal nas Políticas Públicas de Cultura.

**Palavras-chave:** Ponto de Cultura; Políticas Públicas; Juventudes; Cultura.

## ABSTRACT

The implementation of public policies has provided greater visibility and inclusion of the juvenile segment in the governmental agendas in Brazil. However, in spite of this space opening, the issues regarding the youths little advanced beyond the discursive sphere, coming up against difficulties for the diffusion and mainstreaming of the Youth Public Policies (PPJs) all over the country. In the absence of PPJs that contemplate the young, they have sought access other policies and, the Culture Public Policies (PPC), focus of this study, have been one option to this segment. Accordingly, this research inquired to discuss the access of the young in the National Alive Culture Policy (PNCV) through the Culture points Artifact and Cultural Cabin located in Palmas city – Tocantins – TO. For this purpose, in addition to the construction of the referential in the PPJs and PPC ambit and their possible relations, the research found in the methodology originating from the qualitative analysis evidenced by the documentary research and application of questionnaire. The results pointed that the young members of the Culture points Artifact and Culture Cabin have interest in cultural activities and the participation in the culture points have contributed to their development. However, due to the PPC that the young have accessed are not specific to the juvenile segment, their presence in this Policies is endangered when their particularities are not considered, that points to the necessity of incorporate the perspective of the youths in a transversal shape in the Culture Public Policies.

**Keywords:** Culture Point; Public Policies; Youths; Culture.

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b> – Quantitativo de frequentadores ao ponto de cultura Arte-fato (2014).....	6
<b>Figura 2</b> – Quantitativo de frequentadores ao ponto de cultura Arte-fato (2015).....	7
<b>Figura 3</b> – Quantitativo de frequentadores ao ponto de cultura Cabana Cultural (2015).....	8
<b>Figura 4</b> – Idade dos jovens frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural.....	77
<b>Figura 5</b> – Intenção dos jovens frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural em continuar ou não frequentando suas atividades. ....	78
<b>Figura 6</b> – Estímulo à autoexpressão dos jovens frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural. ....	79

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AI: Ato Institucional

ARNO: Área Residencial Noroeste

Art.: Artigo

AASJN: Associação Ação Social Jesus de Nazaré

CFC: Conselho Federal de Cultura

CNJI: Comissão Nacional de Juventude Indígena

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CNRC: Centro Nacional de Referência Cultural

Coijuv: Comitê Interministerial da Política de Juventude

Conjuve: Conselho Nacional de Juventude

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DF: Distrito Federal

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA: Educação de Jovens e Adultos

FCP: Fundação Cultural de Palmas

FUNDACEN: Fundação Nacional de Artes Cênicas

Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GT: Grupo de Trabalho

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN: Instrução Normativa

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC: Ministério da Educação

MinC: Ministério da Cultura

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego  
MUDES: Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social  
OIJ: Organização Ibero-americana da Juventude  
OIT: Organização Internacional do Trabalho  
ONG Organizações Não Governamentais  
ONU: Organização das Nações Unidas  
Pajur: Programa de Fortalecimento da Autonomia e Social da Juventude Rural  
PEC: Proposta de Emenda Constitucional  
PMAJ: Programa Mundial de Ação para a Juventude  
PNC: Plano Nacional de Cultura  
PNCV: Política Nacional de Cultura Viva  
PNJ: Política Nacional de Juventude  
PPs: Políticas Públicas  
PPC: Política(s) Pública(s) de Cultura(s)  
PPGDR: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional  
PPJs: Políticas Públicas de Juventudes  
ProEja: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA  
ProJovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens  
PRONAC: Programa Nacional de Apoio a Cultura  
Pronaf: Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar  
Pronatec: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
ProUni: Programa Universidade para todos  
PRN: Partido da Reconstrução Nacional  
PT: Partido dos Trabalhadores  
SEDH: Secretaria Especial dos Direitos Humanos  
SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
Senat: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte  
Seppir: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
Sest: Serviço Social do Transporte  
Sinajuve: Sistema Nacional de Juventude

SJETO: Superintendência de Juventude do Estado do Tocantins

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNJ: Secretaria Nacional de Juventude

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPM: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Sujuv: Superintendência Municipal de Juventude (de Palmas – TO)

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TO: Tocantins

UFT: Universidade Federal do Tocantins

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

YEHLPN: Rede de Alto Nível de Políticas de Promoção do Emprego Juvenil

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	1
Caminhos da Pesquisa .....	3
1. TRAJETÓRIAS POLÍTICAS: CULTURA E JUVENTUDES .....	14
2. JUVENTUDES: EPISTEMOLOGIA, PROTAGONISMO E PERSPECTIVAS.....	30
3. DIÁLOGOS ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDES E AS POLITICAS PÚBLICAS DE CULTURA.....	46
4. A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA EM PALMAS: ENFOQUE NOS PONTOS DE CULTURA ARTE-FATO E CABANA CULTURAL .....	55
4.1 Ponto de Cultura Arte-Fato.....	67
4.2 Ponto de Cultura Cabana Cultural .....	73
4.3 Arte-fato e Cabana Cultural: divergências e convergências.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	88
APÊNDICES .....	98

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe estudar a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)<sup>1</sup>, especificamente, o acesso dos jovens a esta Política ao focar os pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural, situados no Município de Palmas<sup>2</sup>, capital do Estado do Tocantins (TO). Busca-se verificar se os jovens acessam ou não aos bens culturais<sup>3</sup> ofertados pelos referidos pontos de cultura e se há ou não incentivo à participação social, à autonomia, à formação e ao desenvolvimento autoexpressivo dos jovens que frequentam suas atividades.

A Política Nacional de Cultura Viva foi criada a partir do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva) em 2004 pelo Ministério da Cultura (MinC), por meio das Portarias nº 156, de 6 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005. Ao longo de sua existência o Programa foi sendo reformulado, o que levou à alteração de sua nomenclatura, em 2013, para Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva, por meio da Portaria do MinC nº 118/2013. Em 2014, voltou a sofrer alterações tornando-se uma Política Nacional de Cultura Viva, por meio da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

A PNCV busca estimular iniciativas culturais já existentes no intuito de torná-las pontos de cultura que funcionem como locais de recepção, articulação e disseminação de iniciativas culturais. O diferencial dessa Política está no fato de não possuir um modelo único de atividades, nem de instalações físicas. A gestão dos pontos de cultura tende a ser compartilhada entre o poder público e a sociedade civil. A seleção dos pontos de cultura

---

<sup>1</sup> Em alguns momentos desta pesquisa, a Política Nacional de Cultura Viva poderá ser tratada como Programa Cultura Viva ou Cultura Viva, principalmente nos textos citados, devido a essa Política nascer a partir do Programa Cultura Viva.

<sup>2</sup> Fundada em 20 de maio de 1989, é a última cidade brasileira planejada do século XX. Possui uma arquitetura arrojada, com avenidas largas, dotadas de trabalho paisagístico e divisão urbanística caracterizada por grandes quadras comerciais e residenciais. Está localizada na Região Central do Brasil, possuindo uma área de 2.219 Km<sup>2</sup>, com população de aproximadamente 257.904 (Estimativa IBGE para 2013). Disponível em: [http://www.palmas.to.gov.br/conheca\\_palmas/a-cidade/](http://www.palmas.to.gov.br/conheca_palmas/a-cidade/) Acesso em 1º mar. 2015.

<sup>3</sup> A Constituição brasileira de 1988 ampliou o conceito de patrimônio/bem cultural (artigo 216), reconhecendo sua dupla natureza – material e imaterial, passando a considerar as manifestações culturais de caráter processual e dinâmico, e valoriza a cultura “viva”, enraizada no cotidiano das sociedades. O Art. 216 da Constituição aponta que os bens culturais de natureza material e imaterial podem ser tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_22.12.2010/art\\_216\\_.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_22.12.2010/art_216_.shtm) Acesso em 8 jan. 2015.

ocorre por meio de editais lançados pelo MinC, pelos governos dos Estados ou Municípios e, eventualmente, por outras instituições públicas.

Devido ao modelo diferenciado da PNCV, ela tem atraído a participação dos jovens. Embora essa Política não tenha sido elaborada com um recorte para as juventudes, não se destinando especificamente ao segmento juvenil, como será apresentado ao longo dessa pesquisa, os jovens têm acessado os pontos de cultura, seja pelas atividades apresentarem-se atrativas a eles ou mesmo pela ausência de Políticas Públicas de Juventudes (PPJs) capazes de ofertar espaços públicos de convívio, troca e comunicação.

Esta pesquisa busca abordar o ser juvenil em sua pluralidade na medida em que discorda das conceituações universalistas que tendem a suprimir a diversidade das juventudes e levanta indagações sobre a importância do acesso destas aos bens culturais. O recorte etário, embora limitado para definir o ser juvenil, recorrentemente tem sido utilizado no âmbito das Políticas Públicas (PPs). Para o Estatuto da Juventude<sup>4</sup>, por exemplo, “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, 2013b).

Considerando a definição do Estatuto da Juventude, o estágio juvenil é um período razoavelmente extenso, em que o indivíduo sai da adolescência e entra na fase adulta, percorrendo uma trajetória de inúmeras descobertas e experiências que poderão influenciar suas vidas. Durante este período, poderá experimentar as várias formas de ser juvenil, determinadas pelas vivências ao longo dos anos, influências culturais, territoriais, religiosas e financeiras como forma de legitimar sua identidade.

Segundo Pochmann (2004, p. 231), “ainda que a fase juvenil esteja presente em todas as classes, nota-se que ela não ocorre de forma homogênea a todos. O modo de ser jovem difere muito, principalmente quando há diferenças significativas entre os estratos de renda da população”. Nesse mesmo entendimento, Castro e Abramovay (2002, p. 24) reforçam que

advoga-se a definição da juventude a partir da transversalidade contida nessa categoria. Ou seja, recortes cronológicos, implicam vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, raça, etc. Na realidade, essa transversalidade traduz que não há apenas um grupo de indivíduos em um mesmo ciclo de vida, ou seja, uma só juventude.

---

<sup>4</sup> O Estatuto da Juventude apresenta diretrizes para o segmento juvenil com vistas a garantir seus direitos. Encontrava-se em tramitação desde 2004, obtendo aprovação somente em 2013, por meio da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm) Acesso em 9 set. 2014.

Observa-se que, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude, em 2005, o tema juventude passou a ser debatido sob novas perspectivas, dando espaço à diversidade e à perspectiva do jovem como sujeito de direitos. Neste sentido, quando se discute os jovens, já não se pode limitar como referência uma única juventude, mas sim, juventudes, uma vez que a amplitude desse termo abarca diversos perfis de jovens, incluindo suas vivências, regionalidades e comportamentos que caracterizam suas identidades, indo além da definição estabelecida pela faixa etária.

Diante da compreensão de que a natureza plural dos jovens não pode ser limitada apenas a um único perfil de juventude, esta pesquisa entende que o segmento juvenil é amplo, complexo e heterogêneo, carregado de sentidos e vivências que não podem ser ignorados no processo de elaboração das PPs para o segmento juvenil. Assim, este trabalho utiliza o termo juventudes como referência ao segmento juvenil.

### **Caminhos da Pesquisa**

Quando consideramos o consumo dos bens culturais, aqui entendidos como sendo de natureza material e imaterial<sup>5</sup>, pelas juventudes como uma possibilidade de estímulo à autoexpressão, esta pesquisa estudou o acesso dos jovens aos pontos de cultura<sup>6</sup> a partir da evidência de dados coletados através da combinação de métodos de pesquisa qualitativa. A abordagem qualitativa apresenta relação com as ciências sociais aplicadas, correspondendo

a um procedimento mais intuitivo, mas, também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. [...] A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais (BARDIN, 1977, p. 115).

Nesse sentido, o emprego da metodologia qualitativa foi considerado o mais adequado à pesquisa por permitir a compreensão do acesso dos jovens às Políticas Públicas de Cultura (PPC) por meio dos pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural, que são ações da PNCV na cidade de Palmas. Os procedimentos metodológicos desta dissertação constituem-se por

---

<sup>5</sup> Conforme descrito na nota de rodapé número 3.

<sup>6</sup> São projetos de Organizações Governamentais e não Governamentais apoiados pelo MinC, por meio da PNCV, que visam oferecer às comunidades interação cultural. Geralmente, a certificação enquanto ponto de cultura ocorre por meio de seleção feita através de editais. Para maiores informações, consultar: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1> Acesso em 25 mai. 2015.

pesquisa documental e aplicação de questionário, que serão descritos no capítulo 4 deste trabalho.

A pesquisa documental auxiliou na coleta de dados, contribuindo para o pesquisador delimitar o objeto a ser investigado. “A pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56). Nesta pesquisa, condensam-se dados e informações sobre o objeto a ser investigado. Entre seus propósitos está atingir

o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados (BARDIN, 1977, p. 45-46).

A pesquisa documental desta dissertação foi constituída pela análise do Relatório Administrativo Bianual de Gestão da Fundação Cultural de Palmas (2013 e 2014), pelo Relatório de Atividade (2013) e Relatório de Atividade Parcial (2014) da Superintendência Municipal de Juventude (Sujuv), que serviram de base para compreender a forma como as juventudes e a cultura são tratadas pela gestão pública municipal.

No que se refere aos documentos específicos dos pontos de cultura, foram analisados: Projeto do ponto de cultura Arte-fato (2010), Relatórios de Atividades anuais (2012, 2013 e 2014) do ponto de cultura Arte-fato, fichas de matrículas dos frequentadores do ponto de cultura Arte-fato (2014 e 2015). Os documentos do ponto de cultura Cabana Cultural (quadrilha junina Caipiras do Borocoxó) inseridos na análise documental foram: Projeto do ponto de cultura (2010), Relatório Bianual (2008-2009) do ponto de cultura e fichas de matrículas dos frequentadores do ponto de cultura (2015).

Ressalta-se que o Relatório Bianual (2008-2009) do ponto de cultura Cabana Cultural apresenta ações de uma época em que o ponto ainda não havia recebido a certificação pelo MinC, enquanto ponto de Cultura. Porém, com a carência de documentos para melhor compreender como ocorrem as atividades iniciais do ponto de cultura e devido a esse Relatório ser um dos requisitos para a obtenção do certificado de ponto de cultura, decidiu-se incluí-lo na pesquisa documental.

Fontes secundárias foram consultadas para complementar a análise documental e contextualizar a PNCV com destaque para as páginas eletrônicas da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), do MinC, Fundação Cultural de Palmas e Sujuv, Superintendência de Juventude do Estado do Tocantins

(SJETO)<sup>7</sup>, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a página do Participatório Juventude<sup>8</sup>.

A delimitação da pesquisa documental desta dissertação refere-se a partir do ano de 2009, com o lançamento do Edital de Seleção nº 001, de 16 de dezembro de 2009, que selecionou os projetos das instituições para compor a Rede de pontos de cultura do Município de Palmas, por meio da Fundação Cultural de Palmas (FCP), até o primeiro semestre de 2015.

O ponto de cultura Arte-fato e o ponto de cultura Cabana Cultural, objetos de análise desta pesquisa, fazem parte da rede de pontos de cultura vinculados à FCP<sup>9</sup>, que é responsável por gerir o convênio com o MinC. A escolha dos pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural ocorreu após a coleta de dados realizada na Fundação Cultural de Palmas, na Sujuv, na SJETO<sup>10</sup>, para conhecer de forma mais aprofundada todos os pontos de cultura do Estado do Tocantins. Após ter acesso às informações, optou-se por focar o estudo apenas ao município de Palmas – TO, em razão da falta de recursos financeiros e de tempo para visita *in loco* aos demais pontos de cultura.

---

<sup>7</sup> Para mais informações consultar: <http://sejuv.to.gov.br/> Acesso em 27 mar. 2015.

<sup>8</sup> O Participatório é uma plataforma desenvolvida pela SNJ e consiste em um observatório participativo das juventudes e de pesquisadores, onde as interações ocorrem por meio de um ambiente virtual em que a produção é voltada tanto para o conhecimento sobre/para/pela juventude brasileira quanto para a participação e mobilização social. Portanto, promove discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventudes, além de disponibilizar uma biblioteca sobre a temática, o que contribuiu para o debate sobre o conceito de juventudes adotado nesta pesquisa. Disponível em: <http://participatorio.juventude.gov.br/> Acesso em 1º out. 2014.

<sup>9</sup> Além da adesão à PNCV, como forma de incentivo à cultura em Palmas, o relatório administrativo bianual de gestão da Fundação Cultural (2013-2014) apresenta outros programas e ações aprovados e em andamento ao longo desse período, são eles: 1) Lei nº 278/2013 – Lei de fomento à cultura; 2) Lei nº 1993/2013 – reestruturação do Conselho Municipal de Políticas Culturais; 3) adesão ao SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais), o qual é uma plataforma que fornece dados de agentes e objetos culturais brasileiros; 4) Conferência Municipal de Cultura; 5) Programa de iniciação às artes/centro de criatividade (ação continuada); 6) Edital PROMIC 2013 e 2014 – fomento em dinheiro a projetos que pretendam a criação, produção e circulação pública de trabalhos artísticos e culturais; 6) aniversário da cidade de Palmas – programações artísticas e culturais (ação continuada); 7) Arraiá da capital – competição de quadrilhas durante as festas juninas (ação continuada); 8) Palmas Natal – programações artísticas e culturais (ação continuada); 9) Palmas carnaval – programações artísticas e culturais, com destaque aos bonecos de Taquaruçu (ação continuada); 10) 1ª Mostra premiada de música – apresentação de músicas inéditas, com premiações aos 3 melhores projetos musicais, melhor intérprete e melhor instrumentista; 11) 1º Festival de poesia falada – palestras e declamações de poemas autorais dos participantes, com premiações para os melhores textos e declamações; 12) 11º PMW Rock Festival, com programações musicais e culturais; 13) Circuito Cultural de Feiras, com programações musicais de artistas tocantinenses durante o período de outubro a dezembro de 2014; 14) Edital de aquisição de acervo de obras de artes e artesanato, com forma de incentivar e reconhecer a produção de artes plásticas e artesanatos locais; 15) Núcleo integrado de leitura e arte – NILA (Biblioteca Jaime Câmara e sala de exposição de arte) – reforma e ampliação do acervo; 16) Cine Cultura (Sala Sinhozinho) – reforma e ampliação dos equipamentos culturais; 17) Participação na Teia Nacional da Diversidade – oferta de subsídios para a Delegação Tocantinense participar e constituir a Teia Nacional da Diversidade.

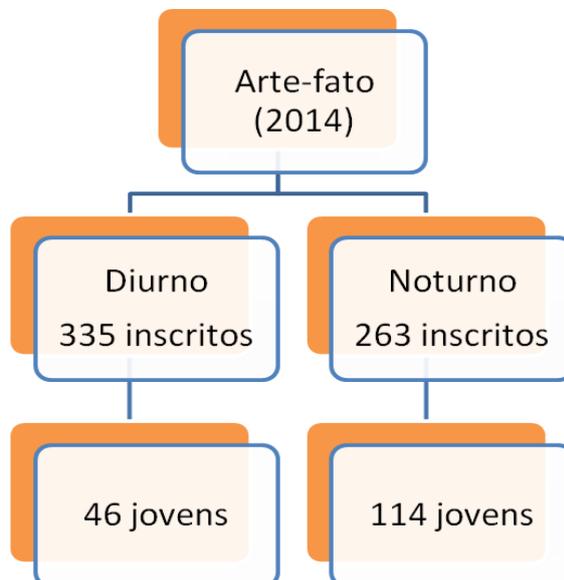
<sup>10</sup> Vinculada à Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado do Tocantins.

Dentre os 10 (dez) pontos de cultura de responsabilidade da FCP de Palmas<sup>11</sup>, foram visitados apenas 04 (quatro), entre os dias 14 e 25 de maio de 2013. São eles: Arte Fato, Cabana Cultural, Cordas do Tocantins e Ideia Cultural.

Diante da acessibilidade facilitada pela gestão do Arte-fato e das informações, a pesquisadora optou, inicialmente, por investigá-lo devido a diversidade de atividades ofertadas por esse ponto de cultura, chegando a oferecer no ano de 2014, aproximadamente 600 (seiscentas) vagas para oficinas de percussão, violão, *hip-hop*, teatro, bateria, teclado e contrabaixo distribuídas entre os períodos matutino, vespertino e noturno.

Segundo o registro de matrículas (2014), o Arte-fato ofertou 340 (trezentas e quarenta) vagas nos períodos matutino e vespertino, destinadas a crianças e jovens de 7 (sete) a 18 (dezoito), sendo preenchidas 335 (trezentas e trinta e cinco) vagas, das quais 46 (quarenta e seis) enquadravam-se na faixa etária de jovem adotada pelo Estatuto da Juventude. Já no período noturno, no ano de 2014 foram registradas 263 (duzentas e sessenta e três) matrículas, das quais 114 (cento e quatorze) eram de jovens, conforme Figura 1.

**Figura 1** – Quantitativo de frequentadores ao ponto de cultura Arte-fato (2014).

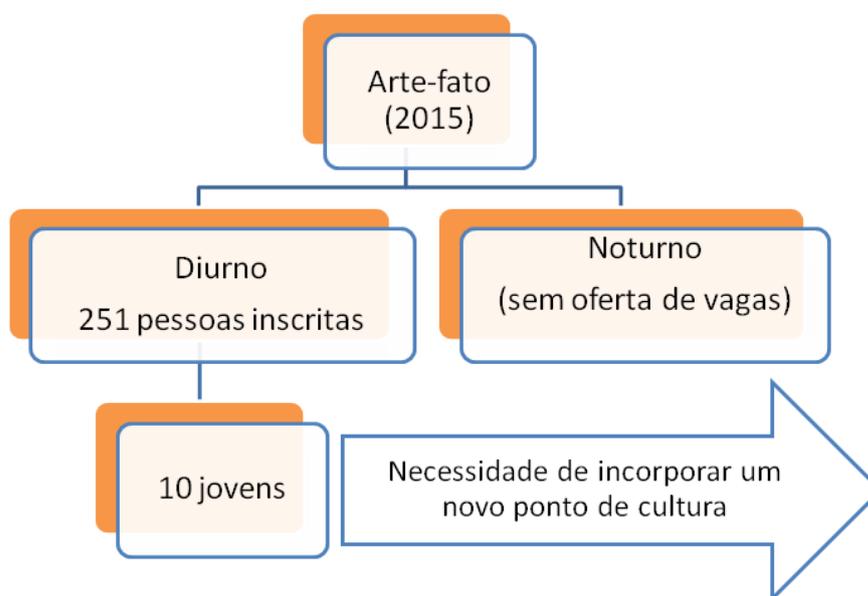


Fonte: elaboração própria.

<sup>11</sup> Quanto aos demais pontos de cultura levantados, não foi possível realizar a visita, por diversos motivos, tais como: indisponibilidade de agenda dos coordenadores para receber a pesquisadora, endereços (físicos e eletrônicos) e telefones desatualizados, o que impossibilitou a localização dos mesmos. Além disso, houve casos em que não foi possível identificar a participação assídua da comunidade e a oferta de vagas nas oficinas era restrita. Entretanto, ressalta-se que os projetos dos pontos de cultura apresentam estrutura dinâmica, em que nem todas as ações carecem de local fixo, e as oficinas podem ser ofertadas esporadicamente, o que pode vir a justificar a dificuldade de identificar a participação ativa da comunidade.

Quanto às matrículas do período diurno no ano de 2015, foram ofertadas 500 (quinhentas) vagas e, segundo a Coordenação do ponto de cultura, até a finalização da pesquisa empírica no Arte-fato<sup>12</sup>, foram efetuadas 251 (duzentas e cinquenta e uma) matrículas, com apenas 10 (dez) jovens inscritos. As oficinas ofertadas eram: percussão, bateria, teatro, teclado, violão, balé, dança de salão, esporte e lazer. Embora tenha sido identificado um quantitativo expressivo de pessoas interessadas pelas oficinas do ponto de cultura Arte-fato no período noturno durante o ano de 2014, durante a pesquisa empírica desta dissertação, não houve oferta de vagas para o ano de 2015, conforme Figura 2.

**Figura 2** – Quantitativo de frequentadores ao ponto de cultura Arte-fato (2015).



Fonte: elaboração própria.

Diante da quantidade restrita de jovens matriculados no ponto de Cultura Arte-fato durante os primeiros três meses do ano de 2015, tornou-se inviável a aplicação do questionário para identificar a opinião deles sobre o ponto de cultura. Assim sendo, optou-se durante o desenvolvimento da pesquisa pela incorporação do ponto de cultura Cabana Cultural por contemplar um número maior de jovens participantes.

O ponto de cultura Cabana Cultural possui, atualmente, 101 (cento e uma) pessoas envolvidas em suas atividades, das quais 84 (oitenta e quatro) são consideradas jovens (de

<sup>12</sup> Embora a pesquisa empírica no Arte-fato viesse sendo realizada desde o segundo semestre de 2014, o enfoque naquele ponto de cultura com vistas a encontrar jovens respondentes do questionário ocorreu entre os dias 2 e 27 de março de 2015.

acordo com a faixa etária estabelecida pelo Estatuto da Juventude) e integrantes do grupo de quadrilha junina Caipiras do Borocoxó, principal ação do ponto de cultura, conforme Figura 3; quanto aos 17 (dezesete) adultos restantes, a maioria é oficineiro ou faz parte da equipe organizadora. O ponto de cultura desenvolve atividades nos finais de semana e/ou feriados, durante o período noturno. Atualmente, as atividades desenvolvidas são: ensaio do grupo de quadrilha junina Caipiras do Borocoxó, dança, teatro e apoio às atividades de corte e costura para a confecção de fantasias da quadrilha junina.

**Figura 3** – Quantitativo de frequentadores ao ponto de cultura Cabana Cultural (2015).



Fonte: elaboração própria.

A partir da incorporação de um novo ponto de cultura à pesquisa, faz-se relevante ponderar que, embora este estudo buscasse seguir um roteiro pré-estabelecido por meio dos procedimentos metodológicos adotados previamente, ressalta-se que a investigação teve um processo dinâmico uma vez que, à medida que novas situações foram surgindo, novos olhares, procedimentos e considerações foram incorporados, com vistas a atender aos objetivos da pesquisa.

A incorporação do ponto de cultura Cabana Cultural à pesquisa possibilitou a aplicação do questionário<sup>13</sup>, o qual foi estruturado a partir de perguntas fechadas centradas no

---

<sup>13</sup> O questionário aplicado durante a pesquisa está disposto no Apêndice A deste trabalho. Como se trata de público que pode ser constituído por menores de 18 anos, os questionários foram anônimos e não consta nenhum tipo de informação pessoal, no intuito de resguardar seus respondentes.

perfil socioeconômico dos jovens e na percepção deles sobre o ponto de cultura. Ele apresentou-se com recurso importante para a coleta dos dados por contemplar a opinião dos jovens sobre o acesso a essa política pública, tendo em vista a inviabilidade da aplicação do questionário no ponto de cultura Arte-Fato, uma vez que a amostra<sup>14</sup> poderia não representar a opinião fidedigna dos jovens.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 109), o questionário “é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente)”. Com vistas a uma melhor obtenção dos resultados, dentre as diversas precauções tomadas tais como linguagem clara e objetiva, dados referentes à pesquisa, instruções e procedimentos para preenchimento e devolução, a seleção das perguntas que constituíram o questionário foi bastante criteriosa, no intuito de facilitar o entendimento dos respondentes e conseguir informações pertinentes à pesquisa, com vistas a melhor subsidiar o estudo qualitativo.

Apesar de ter sido diagnosticado um baixo quantitativo de jovens frequentando o ponto de cultura Arte-fato, durante o ano de 2015, essa não foi a realidade constatada durante o ano de 2014; assim, optou-se por mantê-lo como objeto empírico da pesquisa, tendo em vista que a pesquisadora realizou pesquisa de campo no ponto durante o ano de 2014 e 2015 e teve acesso a uma documentação considerável para o entendimento do ponto de cultura enquanto, política pública acessada pelas juventudes. Além disso, cabe mencionar que o questionário foi apenas um dos procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa, a qual fundamentou-se na evidência de outros dados coletados conforme descrito. Assim, a não aplicação do questionário para os jovens do ponto de cultura Arte-Fato não comprometeu o resultado da pesquisa tendo em vista que a ausência dos jovens também representou um dado significativo da análise, conforme será detalhado no capítulo 4 deste trabalho.

O levantamento bibliográfico, primordial a qualquer pesquisa científica, apresentou-se como suporte para o direcionamento da escrita e referencial teórico da pesquisa, sendo distribuído ao longo dos capítulos. Com vistas a melhor fundamentar o conceito sociológico das juventudes, esta pesquisa utilizou-se de autores como Abramo (1997, 2008), Castro e Abramovay (2002) e Bourdieu (2003, 2007), que partem das experiências diversas no âmbito econômico, social e cultural para definir as juventudes.

Para compreensão do conceito de cultura e como ela atua na vida dos jovens buscou-se dialogar com autores como Botelho (2001), Eagleton (2011), Rubim e Barbalho (2007) e

---

<sup>14</sup> Para maiores informações sobre tipos de amostra consultar BARDIN (1977), GIL (2008) e PRODANOV (2013).

Rubim e Rocha (2012) que conceituam as especificidades da cultura e discutem questões relacionadas ao acesso aos bens culturais.

Considerando que esta pesquisa compreende os jovens como importantes consumidores culturais, deu-se destaque à diversidade e ao reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de direitos e cidadãos protagonistas e consumidores dos bens culturais materiais e imateriais, que fazem referência à identidade, à ação e à memória de um grupo social. Diante disso, indagamos: a PNCV contribui para o acesso à cultura, de modo a incentivar o desenvolvimento crítico e autoexpressivo dos jovens palmenses que participam das atividades promovidas pelos pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural?

A literatura estudada<sup>15</sup> aponta que as PPC contribuem para o desenvolvimento dos jovens, assim, ao abordar os pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural busca-se visualizar o papel do ponto de cultura para a democratização do acesso à cultura para os jovens.

As PPC podem trazer uma nova perspectiva de vida para os jovens, influenciando-os no curso de suas trajetórias, tornando-os mais autoexpressivos. Conforme Inglehart e Welzel (2009, p. 73) “as sociedades com alto grau de autoexpressão tendem a enfatizar a autonomia individual e a qualidade de vida, são relativamente propensas a proteger o meio ambiente, são favoráveis à igualdade de gênero e se mostram tolerantes com as minorias”.

Para Turino (2010, p. 74), os pontos de cultura representam “um caminho diferente de inclusão e sustentabilidade social envolvendo não somente a capacitação a partir da vocação cultural de cada grupo, mas também de um processo de inclusão social, digital, cultural, econômica e política”. Nesse entendimento, os pontos de cultura podem favorecer, por meio de suas atividades, ações que propiciam a legitimação e autonomia dos jovens. No entanto, é importante que todos os envolvidos no processo de democratização cultural, proposto pela PNCV, estejam comprometidos com sua efetivação.

Quando consideramos a dimensão cidadã de cultura apresentada pelo MinC, a qual é entendida como um direito básico do cidadão, cujo conceito será adotado enquanto referência de cultura por esta pesquisa, acredita-se que oportunizar aos jovens o acesso à cultura contribui para a politização deles.

Agregar valores à formação dos jovens palmenses requer da PPC aqui analisadas e das PPJs aqui contextualizadas uma atuação mais transversal, como forma de incentivar as ações conjuntas para o planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das PPs visando ampliar o número de beneficiários.

---

<sup>15</sup> Abramo (2008), Castro e Abramovay (2002), Castro (2014), Freitas e Papa (2012) e Gomes (2012).

O conceito de política transversal utilizado nesta pesquisa baseia-se no que foi adotado em 2009 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual aponta que a adoção da transversalidade “implica num desenho institucional que favoreça relações menos marcadas pela hierarquia e pela centralização e mais aderentes a modelos de gestão lateral, nos quais os atores se reúnem com o interesse de cooperar para o alcance de objetivo comum” (IPEA, 2009, p. 94). Nesse sentido, constituindo-se justificativa desta pesquisa, este estudo buscou identificar se a PNCV tem adotado uma perspectiva transversal como estratégia para sua continuidade.

Além da transversalidade, esta pesquisa atentou-se, também, para a questão da participação social dos jovens na escolha das atividades a serem ofertadas, conforme orientação da PNCV; em avaliar a percepção dos jovens quanto às atividades ofertadas pelo ponto de cultura Cabana Cultural, de modo a identificar se há incentivo ou não à autoexpressão; e se a PNCV tem contribuído ou não para a democratização cultural.

A ausência de trabalhos acadêmicos no Estado do Tocantins que abordem a PNCV, com recorte para as juventudes, motivou a realização da pesquisa. Embora a nível nacional seja possível localizar diversas pesquisas que enfocam as PPJs e a relação do segmento juvenil com a PNCV, tais como: Vilutis (2009), Alexandre (2013), Labrea (2014), entre outras, não foi possível identificar pesquisas que abordam esse tema no Estado do Tocantins.

Além disso, discutir as juventudes em seu caráter plural torna-se relevante, uma vez que esta temática ainda é vista por uma parcela significativa da sociedade como fase de transição para a vida adulta, em que os jovens, principalmente, os oriundos de classes menos favorecidas, muitas vezes são associados à transgressão e violência, carecendo “supostamente” da tutela do Estado, conforme destacado por Castro (2014, p. 33), “vivemos em um clima generalizado de medo, criminalização dos pobres, apoio estimulado pela mídia, a medidas punitivas rígidas, como a da maioria penal e o enquadramento de jovens codificados como “vândalos” em lei de segurança nacional, dos tempos da ditadura”.

Os jovens, enquanto parcela considerável da sociedade brasileira, contribuem para o desenvolvimento do país, uma vez que é atribuída a eles a responsabilidade sobre a construção do futuro. Nas palavras de um dos líderes da Revolução cubana, Ernesto Che Guevara<sup>16</sup>, as juventudes devem ser vista como “alicerce fundamental da nossa obra”, fazendo uma alusão de que os jovens deveriam ser considerados parte importante da construção do

---

<sup>16</sup> Disponível em:

<http://archivo.juventudes.org/textos/Ernesto%20Che%20Guevara/El%20Socialismo%20y%20el%20hombre%20en%20Cuba.pdf> Acesso em 16 fev. 2015.

país. No entanto, percebe-se que no Brasil o fortalecimento da autonomia e protagonismo juvenil ainda não é incentivado na mesma proporção que as cobranças feitas aos jovens. Portanto, esta pesquisa busca estudar o acesso dos jovens aos pontos de cultura como forma de estimular a participação social, autoexpressão e protagonismo destes.

Segundo o Panorama Setorial da Cultura, publicado por Jordão e Allucci (2014, p. 52), “regionalmente, em geral, a região Sudeste é a que mais tem o hábito de práticas culturais, seguida pela região Nordeste e Centro-Oeste”. O Panorama acrescenta ainda que “na região Norte, todas as atividades são praticadas abaixo da média nacional, com exceção para a participação em festas regionais, que se apresenta igual à média” (JORDÃO; ALLUCCI, 2014, p. 52), o que configura um quadro preocupante, uma vez que esta pesquisa entende que o acesso aos bens culturais contribui para o desenvolvimento humano, social, autoexpressivo e, possivelmente, econômico de uma nação e conseqüentemente de uma região.

Portanto, a partir da necessidade de ampliar o debate sobre a PNCV com ênfase no acesso e na participação juvenil nos pontos de cultura, esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo busca-se apresentar a trajetória da Política Nacional de Cultura e da Política Nacional de Juventude (PNJ) no intuito de discuti-las com embasamento nos principais autores que pesquisam as juventudes, as PPJs e as Políticas Públicas de Cultura.

No segundo capítulo busca-se aprofundar a discussão sobre as juventudes, propondo fazer um estudo histórico do protagonismo e autoexpressão juvenil a partir da década de 1960, com enfoque na trajetória brasileira, além de discutir o entendimento da sociedade sobre a temática juventudes, o que possibilitou maior clareza do processo histórico de estigmatização das juventudes como fase transitória para a vida adulta ou como problema social. Esta discussão será embasada pelos autores Abramo (1997, 2008), Bourdieu (2003, 2007), Freitas e Papa (2008, 2012), Inglehart e Welzel (2009) e Ventura (2009).

O terceiro capítulo propõe discutir as PPC e as PPJs, buscando apresentar como elas se relacionam e podem contribuir para o fortalecimento do processo de autonomia, protagonismo, participação e autoexpressão das juventudes. A discussão foi fundamentada a partir de autores Castro e Abramovay (2002); Rubim e Barbalho (2007); Rubim e Rocha (2012) que discutem as múltiplas vivências das juventudes.

No quarto capítulo destaca-se o perfil histórico da Política Nacional de Cultura Viva, com enfoque na cidade de Palmas – TO, tomando como referência os pontos de Cultura Artefato e Cabana Cultural. Além disso, apresenta-se a análise dos referidos pontos de cultura na

perspectiva do acesso dos jovens a esta política para identificar se o Arte-fato e Cabana Cultural propiciam ou não acesso aos bens culturais e se a participação dos jovens nas atividades contribui para o processo de autonomia, autoexpressão, protagonismo e desenvolvimento dos jovens que as frequentam.

A partir das reflexões teóricas apresentadas por essa dissertação sobre o acesso das juventudes aos bens culturais pretende-se contribuir para o debate da importância da incorporação da transversalidade das questões das juventudes nas PPC como forma de ampliar o alcance delas para uma parcela maior da população juvenil. Além disso, apresenta-se uma contribuição ao campo científico que estuda as inter-relações dos temas juventudes e cultura no âmbito da política pública, favorecendo o ponto de vista das análises que têm como ponto de partida o jovem como sujeito de direitos no Estado do Tocantins.

## 1. TRAJETÓRIAS POLÍTICAS: CULTURA E JUVENTUDES

A interação cultural favorece a socialização humana. Por meio dela reconhecemos as identidades dos povos, refletidas em diversas características nas quais podemos destacar os comportamentos, os mitos, os costumes, os rituais, as histórias individuais, valores, crenças, linguagem, entre outras. Segundo Eagleton (2011, p. 2), “o conceito de cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado de natureza. Um de seus significados originais é ‘lavoura’ ou ‘cultivo agrícola’, o cultivo do que cresce naturalmente”. Ele acrescenta ainda que a cultura é “uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política ao liberar o eu ideal ou coletivo escondido dentro de cada um de nós, um eu que encontra sua representação suprema no âmbito universal do Estado” (EAGLETON, 2011, p. 16 – 17).

O autor destaca que o conceito de cultura evoluiu ao longo do tempo e, atualmente apresenta resquícios de uma transição histórica carregada de questões filosóficas e religiosas. Nesse sentido, Eagleton (2011) chama a atenção para o processo de evolução do conceito de cultura, o qual transita do ambiente rural para o urbano, em que apesar das origens rurais, atualmente, há um impulso por associá-la aos habitantes e ambientes urbanos.

Botelho associa a cultura a duas dimensões: antropológica e sociológica. “Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 74). Já a dimensão sociológica

não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos (BOTELHO, 2001, p. 74).

O Ministério da Cultura (MinC)<sup>17</sup>, organismo federal articulador de PPC no Brasil, considera que a concepção de cultura abrange três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica aborda o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações

---

<sup>17</sup>Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-ministerio> Acesso em 15 dez. 14.

tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc. A dimensão cidadã considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros. A dimensão econômica envolve o aspecto da cultura como vetor econômico. A cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável (BRASIL, 2013c).

Considerando as ponderações de Eagleton (2011) e os aspectos apresentados pelo MinC, entende-se que ter acesso a cultura proporciona ao indivíduo uma melhor interação social e até mesmo profissional, possibilitando-o aperfeiçoar seu desenvolvimento, enquanto sujeito. Esta relação do indivíduo com o mundo a sua volta poderá estimular os valores de autoexpressão, os quais “são inerentemente emancipadores e centrados nas pessoas, gerando um novo tipo de sociedade humanística que promove a liberdade e autonomia em várias vertentes” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 69).

As contribuições de Eagleton (2011) e de Inglehart e Welzel (2009) levam ao entendimento de que a cultura não possui conceito estático, nem pode ser delimitada no atual momento, uma vez que ela relaciona-se com o ser humano, o qual está em constante evolução. No entanto, o entendimento de cultura desta pesquisa se apoia nos conceitos trazidos por Eagleton (2011) e Botelho (2001) quando associada à dimensão antropológica, por entender que tais concepções contemplam o debate desse tema neste trabalho.

Partindo dos conceitos de cultura trazidos por Botelho (2001) e Eagleton (2011), esta pesquisa atenta-se à discussão da cultura enquanto política pública desempenhando o papel de favorecer o acesso aos bens culturais para todos os cidadãos.

Quando se discute as PPC e sua interface com as juventudes no Brasil, especialmente nos últimos 10 anos, a partir da criação da SNJ e do Conjuve, em 2005, nota-se um aumento significativo das políticas em que os jovens têm sido beneficiários.

Embora em suas concepções, muitas vezes, o recorte geracional não seja considerado como algo a ser incorporado nas PPC, podemos sugerir que o acesso dos jovens a essas políticas relacionam-se ao fato de as PPJs ainda não abrangerem todo o território brasileiro, seja porque ainda se encontram em fase de expansão e consolidação, seja pela falta de prioridade dos gestores públicos municipais e estaduais a esse segmento, ou também, devido algumas PPJs ainda primarem pelo assistencialismo e combate ao envolvimento com drogas e criminalidade, conforme destacam autores como Abramo (1997, 2008), Castro e Abramovay (2002), Freitas (2005) e Freitas e Papa (2008, 2012).

Assim, políticas e/ou programas que não se enquadram neste padrão assistencialista passam a ganhar destaque e interesse dos jovens<sup>18</sup>, situação que podemos confirmar no capítulo 4 deste trabalho.

Observa-se que o acesso à cultura na contemporaneidade relaciona-se ao poder de consumo, principalmente, quando se relaciona à cultura material<sup>19</sup>, pois nem todos possuem os “instrumentos necessários” a sua apropriação. Devido aos elevados custos, poucos são os municípios brasileiros que dispõem de aparelhos culturais gratuitos tais como museus, cinemas e espaços culturais. Subentende-se que o consumo cultural não é entendido pelo poder público como necessidade imediata. Além disso, para as classes que buscam se perpetuar no poder, investir em cultura e educação pode não ser estratégico para a manutenção do domínio sobre as demais classes, uma vez que uma população mais instruída e com valores autoexpressivos consolidados tendem a cobrar mais pelos seus direitos. Essa situação de desigualdade do consumo cultural fica evidente quando nos atentamos aos indicadores de acesso à cultura relacionada à dimensão econômica (voltada para o mercado), os quais apresentam que

apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema alguma vez por ano; 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus; 93,4% dos brasileiros jamais frequentaram alguma exposição de arte; 78% dos brasileiros nunca assistiram a espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar; mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso; o brasileiro lê em média 1,8 livros per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população (BRASIL, 2008c, p. 3 – 4).

---

<sup>18</sup> Como é o caso do Programa Estação Juventude, o qual busca maior inclusão, participação e desenvolvimento do segmento juvenil. Este Programa tem a finalidade de promover a inclusão e emancipação dos jovens, com a ampliação do acesso às políticas públicas por meio destes equipamentos públicos. O objetivo principal deste Programa é instaurar espaços públicos de atendimento à juventude visando: 1) Ampliar o acesso de jovens de 15 a 29 anos – sobretudo aqueles que vivem em áreas vulnerabilizadas – a políticas, programas e ações que assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua capacidade de inclusão e participação social; 2) Oferecer tecnologia social para o desenvolvimento de Políticas para Juventude; e 3) Criar redes para emancipação da juventude, em especial para os jovens de territórios com dificuldades de garantia de acesso aos direitos. Disponível em:

<http://www.juventude.gov.br/estacao-juventude> Acesso em 23 nov. 14.

<sup>19</sup> Relaciona-se à natureza arqueológica, paisagística, etnográfica, histórica, belas artes e artes aplicadas. Dividindo-se em bens imóveis, como os núcleos urbanos (sítios arqueológicos e paisagísticos), bens individuais, bens móveis (como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos). Já a cultura imaterial é transmitida de geração em geração e constantemente recriada pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan> Acesso em 14 fev. 2015.

Embora esta pesquisa considere que o conceito de cultura seja amplo e não se restrinja apenas à dimensão econômica e material, esta dimensão apresenta suporte para melhor compreender o acesso cultural no território nacional, o qual ainda apresenta restrições aos que não detêm o poder de consumo. Nesse sentido, esta pesquisa foi idealizada buscando interrogar qual é o papel da cultura no desenvolvimento do jovem, especialmente dos jovens menos favorecidos economicamente, os quais não dispõem de capital econômico para acessar um leque cultural diversificado?

Pondera-se que, apesar desses jovens terem a opção de acesso cultural por meio das PPs e pelo convívio com a cultura (imaterial) proveniente da comunidade que se encontram, o poder de consumo deles restringe-se ao poder econômico, incorrendo no acesso aos bens culturais disponíveis, o que não significa que sejam objeto de desejo desses jovens.

Segundo Canclini (2008, p. 63), “é visível a perpetuação de certa coerência entre os lugares onde os membros de uma classe e até uma fração de classe se alimentam, estudam, habitam, passam férias; naquilo que leem, desfrutam, em como se informam e no que transmitem aos outros”. Assim sendo, esta pesquisa entende que os bens culturais (materiais e imateriais) relacionam-se à apropriação cultural ao longo da trajetória de quem os consomem e sua democratização possibilitaria torná-los tangíveis a todas as esferas sociais, como forma de evitar, eventualmente, a segregação de classes. Portanto, faz-se relevante incentivar uma cultura de acesso e participação a todos, em que não haja discriminação no consumo cultural, mas a difusão deles a todas as classes sociais.

Barbosa e Araújo (2009, p. 237) destacam que “os bens culturais consumidos aproximam ou afastam pessoas e grupos; permitem compartilhar semelhanças e assinalar diferenças de origem e trajetórias sociais; traçam linhas de um sistema de inclusão e exclusão”. Tais semelhanças proporcionam o sentimento de pertencimento ou não a um determinado grupo. Diante disso, o relacionamento do consumo cultural na sociedade contemporânea com o poder econômico pode vir a definir a produção cultural, uma vez que o mercado direciona sua produção a um determinado tipo de consumidor e “o direito de ser cidadão, ou seja, de decidir como são produzidos, distribuídos e utilizados esses bens se restringe novamente às elites” (CANCLINI, 2008, p. 42).

Considerando que o consumo dos bens culturais ainda não foi devidamente democratizado, Bourdieu (2007, p. 107) destaca o papel da cultura enquanto fator significativo para o desenvolvimento social. Segundo ele, “as diferenças primárias encontram sua origem no volume global do capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital

social)<sup>20</sup> como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis”. Assim sendo, o Estado possui o importante papel de propiciar mecanismos de democratização dos bens culturais, por meio das PPs, uma vez que nem todos possuem os instrumentos necessários para acessá-los. Para tanto,

um processo contínuo de democratização cultural deve estar baseado em uma visão de cultura como força social de interesse coletivo, que não pode ficar dependente das disposições do mercado. Numa democracia participativa, a cultura deve ser encarada como expressão de cidadania, um dos objetivos de governo deve ser, então, o da promoção das formas culturais de todos os grupos sociais, segundo as necessidades e desejos de cada um, procurando incentivar a participação popular no processo de criação cultural, promovendo modos de autogestão das iniciativas culturais. A cidadania democrática e cultural contribui para a superação de desigualdades, para o reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos em suas dimensões social e cultural. Ao valorizar as múltiplas práticas e demandas culturais, o Estado está permitindo a expressão da diversidade cultural (RUBIM; BARBALHO, 2007, p. 102 - 103).

Nessa perspectiva, entende-se que o desenvolvimento de PPC requer o fomento à produção, à distribuição e à circulação dos bens culturais, em que se deve considerar o mercado consumidor composto por diversos segmentos sociais, no intuito de favorecer desenvolvimento humano.

Logo, é importante que as PPs considerem as classes que não detêm o poder de consumo, buscando melhor incluí-las, estimulando uma cultura de investimento social horizontalizado, de acordo a teoria de incentivo no capital social, o qual é representado nas “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM; LEONARDI; NANETTI, 2000, p. 177), como forma de atingir a democracia cultural efetiva por meio de uma sociedade mais cívica, em que o acesso aos bens culturais não sejam restritos a um grupo seletivo de pessoas.

Portanto, uma política pública que preze pela inclusão da diversidade no processo de democratização do acesso aos bens culturais contribui para o desenvolvimento humano e para a melhoria do país, uma vez que incentiva a cultura de respeito e tolerância pelas diferenças. Assim sendo, cabe ao Estado planejar, financiar, executar e avaliar as PPs. Outro fator que

---

<sup>20</sup> Segundo Bourdieu (1999) e (2007), capital econômico está relacionado à classe social que o indivíduo se encontra. Já o capital cultural é manifestado por meio do consumo cultural, através das interações, sejam elas próximas ou distantes, desvoltas ou reverenciosas, mundanas ou escolares. E, o capital social, refere-se às relações pessoais, sociais e competências adquiridas pelos indivíduos, como forma de elevar-lhes o prestígio. Entretanto, no que se refere ao capital social, esta pesquisa adota o conceito presente em Putnam; Leonardi; Nanetti (2000), por entender que o conceito de capital social trazido por esses autores melhor se aproxima das questões tratadas nesta pesquisa.

requer maior atenção do Estado refere-se às disparidades regionais, onde em algumas regiões o acesso aos bens culturais ainda não foram facilitados como em outras, o que dificulta a correção de assimetrias da democratização cultural.

As desigualdades territoriais brasileiras se expressam na cultura de forma clara. O povoamento do Brasil a partir do litoral produziu assimetrias que permanecem de forma contundente nos diagnósticos sobre as condições de produção e fruição cultural. Até pouco tempo, a região Norte do país, detentora de uma rica diversidade em seu complexo amazônico e litorâneo, não possuía nenhum projeto atendido pelo Ministério da Cultura. Hoje, o quadro começa a mudar, mas resta muito a ser feito. É preciso ampliar os editais públicos de seleção de projetos, como mecanismos de acesso equitativo aos recursos públicos pelas unidades da federação. Para tornar exitoso o processo de redução das disparidades, o Estado também deve realizar programas de capacitação de gestores e fortalecer as instituições culturais das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste (BRASIL, 2008c, p. 44).

Entender a cultura como instrumento que favorece o desenvolvimento autoexpressivo dos jovens é acreditar em seu potencial de contribuição para o desenvolvimento da nação. Eagleton (2011, p. 16 - 17) ressalta que “a cultura é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política ao liberar o eu ideal ou coletivo escondido dentro de cada um de nós, um eu que encontra sua representação suprema no âmbito universal do Estado”. Nesse mesmo entendimento, Gil *et al* (2013, p. 211) destaca a fala de Juca Ferreira, em entrevista à revista *Princípios*, reforçando que

a cultura é uma dimensão do ser humano. Não há possibilidade de pensar o ser humano sem a dimensão cultural. O que nos diferencia de todos os outros animais é exatamente a capacidade e a necessidade de simbolização. Essa simbolização se manifesta em qualquer condição. Mesmo nas condições sociais mais adversas. [...] Trata-se, portanto, de uma dimensão fundamental. Se ela é tão fundamental é direito de todos. Se ela é direito de todos, o Estado tem que criar condições necessárias para o seu pleno exercício, que coincide com o desenvolvimento cultural da sociedade.

Nesse sentido, entende-se que relação entre o ser humano e a cultura oportuniza o desenvolvimento da consciência cidadã, em que os direitos e deveres políticos e civis em uma coletividade constituem-se como características da interação do indivíduo com o mundo a sua volta em que as PPC apresentam-se como importantes elos dessa relação.

Quando nos atentamos ao histórico de desenvolvimento da Política Nacional de Cultura, identifica-se que ela vem sendo estruturada desde a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, o qual foi instituído para formular essa política. Entretanto, o tema PPC é recente na Política Nacional de Cultura, incentivadas a partir da inclusão de representantes do seguimento sociocultural e de grupos identitários na composição do

Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) – criado em substituição ao CFC, durante a gestão de Gilberto Gil<sup>21</sup> (2003-2008) à frente do MinC.

Com o estabelecimento da Política Nacional de Cultura, a criação de novas instituições e órgãos culturais foi intensificada. Dentre os organismos criados, vinculados ao Ministério da Educação (MEC), podemos destacar o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975; nesse mesmo ano o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), existente desde 1937, foi reestruturado e passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Quando nos voltamos à trajetória da Política Nacional de Cultura desde a criação do MinC (1985), podemos destacar os seguintes marcos:

1985 – instituição do Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, autorizando a criação do Ministério da Cultura, uma vez que a área da cultura estava vinculada ao MEC. Em 1990, o MinC tornou-se Secretaria da Cultura, por meio da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, situação que foi revertida por volta de 2 anos depois, por meio da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. A partir de 1999, o MinC passou por diversas reestruturações, tendo seus recursos ampliados, incentivando a autonomia do Ministério, além buscar o fortalecimento da Política Nacional de Cultura por meio da instituição do Plano Nacional de Cultura (PNC);

1986 – promulgação da Lei 7.505, de 2 de julho de 1986 - Lei Sarney, a qual foi substituída em 1991 pela Lei Rouanet. Ambas dispõem sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda como forma de incentivar o apoio e a promoção de projetos culturais;

1987 – criação da Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura) e da Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN), por meio da Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987, como forma de incentivar a produção literária e a difusão do hábito da leitura. No entanto, a FUNDACEN foi extinta em 1990;

1991 – promulgação da Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) – Lei Rouanet, a qual busca reestabelecer os princípios da Lei 7.505, de 2 de julho de 1986 - Lei Sarney.

2004 – criação do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Programa Cultura Viva, o qual é regulamentado pelas Portarias nº 156, de 6 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005, do Ministério da Cultura. Em 2014, o Cultura Viva tornou-se Política Nacional de Cultura Viva por meio da Lei nº 13.018, de 23 de julho de 2014, com o

---

<sup>21</sup> Gilberto Gil (1942) é destaque na música brasileira, reconhecido mundialmente e um dos criadores do movimento tropicalista nos anos 60.

objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais;

2005 – instituição do Sistema Federal de Cultura, que dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura, por meio do Decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005, no intuito de integrar os órgãos, programas e ações culturais do Governo Federal, além de incentivar a implementação de PPC em parceria com a sociedade civil;

2007 – instituição do Programa Mais Cultura, por meio do Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007, como forma de ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural e gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores do mercado cultural brasileiro;

2010 – instituição do Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. O PNC vem sendo estruturado desde 2003 e percorreu um longo período de articulação, participação social, elaboração e debate com a sociedade civil das diretrizes, até que viesse a ser aprovado em 2010. Atualmente, o PNC encontra-se em fase de monitoramento e revisão, com vistas a subsidiar a elaboração de um novo PNC para ser implementado a partir de 2020; e

2012 – instituição do Programa de Cultura do Trabalhador, o qual criou o Vale-cultura, por meio da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, como forma de estimular os trabalhadores à visitação a estabelecimentos culturais e artísticos e incentivando o acesso a eventos e espetáculos culturais e artísticos.

O histórico da Política Nacional de Cultura demonstra certa instabilidade ao longo de sua construção, havendo extinções, substituições e constantes alterações dos projetos e programas voltados para a cultura brasileira. Percebe-se ainda que, essa Política não conseguiu atingir integração plena entre o Estado e a sociedade civil. Também não atingiu todo o território nacional, uma vez que dos 5.570 (cinco mil quinhentos e setenta) municípios brasileiros até abril de 2015 apenas 1946 (um mil novecentos e quarenta e seis) aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)<sup>22</sup>, o que dificulta a expansão da Política, estabelecendo que “a integração entre as esferas de governo e a transversalidade intersetorial e pluritemática devem ser assumidas e praticadas como elementos fundamentais de todas as PPs de cultura” (BRASIL, 2008c, p. 58). Entretanto, há uma expectativa em prol da consolidação das PPs,

---

<sup>22</sup> Para maiores informações sobre a adesão ao SNC consultar a Plataforma de Interação e Monitoramento do SNC.

principalmente, a partir da política cultural voltada para a dimensão cidadã, a qual tem buscado reconhecer e incentivar a diversidade cultural em todo o território brasileiro.

Partindo do entendimento de que a cultura pode refletir a interação humana, acredita-se que ela tem contribuído para o desenvolvimento do segmento juvenil, seja pela valorização identitária, refletida nos bens culturais imateriais como: comportamentos, costumes, rituais, valores, crenças, linguagens, histórias individuais, ou ainda nos bens materiais, que podem ser acessados e/ou produzidos pelos jovens, tais como: cinema, museus, espetáculos musicais, teatrais, obras de arte, livros, entre outros. Neste aspecto, a interação oportunizada pelo acesso aos bens culturais, poderá despertar nos jovens maior consciência do mundo a sua volta, além de incentivar-lhes os valores de autoexpressão, participação e civismo.

A busca pelo acesso aos bens culturais pelos jovens tem sido cada vez mais constante. Acredita-se que isso ocorra devido muitos deles ainda não terem ingressado no mercado de trabalho e, com isso, disporem de maior tempo livre, ou pelo fato de as PPs culturais despertarem seus interesses, uma vez que a maioria delas não possui caráter assistencialista, fator ainda muito presente nas PPJs. Atento a esse fenômeno de interesse do segmento juvenil pelas PPC, o MinC destaca que

olhar para a diversidade também nos exigiu a criação de políticas culturais para segmentos ausentes das ações do MinC. Hoje, temos políticas específicas para os índios, ciganos, para o segmento LGBT, idosos, juventude, crianças, pessoas com deficiências, mestres e grupos da cultura popular (GIL *et al.*, 2013, p. 80).

Nesse aspecto, o MinC reforça a importância da atuação da dimensão cidadã da cultura, a qual é entendida “como fator de inserção social, como um direito fundamental, como uma necessidade humana básica, essencial, tão importante quanto a alimentação, a moradia, a educação e a saúde. Algo sem o que o ser humano não se realiza” (GIL *et al.*, 2013, p. 175).

Embora o MinC já tenha se atentado ao fator inserção, direcionando parte de suas políticas para grupos ainda marginalizados como os índios, os ciganos, o segmento , Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT), os idosos, as juventudes, as crianças e às pessoas com deficiências, reforçando a dimensão cidadã, nota-se que isso não foi suficiente, dada que essa atenção ainda encontra-se centrada, principalmente, no campo discursivo, apresentando dificuldade para a efetivação das PPC. Percebe-se também que, a PNJ não conseguiu progredir muito no que se refere à implantação e interiorização das PPJs.

Apesar de nos últimos anos os jovens terem obtido mais espaço e venham se firmando enquanto sujeitos de direitos, associá-los à violência ainda tem sido algo recorrente quando se pensa em PPs para esse segmento. Além disso, os jovens também têm sido projetados por adultos que acreditam que as expectativas geradas em torno do segmento juvenil precisam ser atendidas. Logo, argumentos em torno da preparação para a vida adulta ainda tem sido bastante utilizados quando se discute questões referentes às juventudes. Referindo-se ao segmento juvenil, Abramo (1997, p. 28) aponta que

parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; uma dificuldade de ir além da sua consideração como “problema social” e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los.

Conforme os apontamentos de Abramo (1997), tal contexto em que o jovem ainda não atingiu a legitimidade, requer maior atenção tanto da sociedade quanto do Estado no tratamento das questões juvenis. Diante disso, o entendimento por parte da SNJ de que “a juventude deve ser reconhecida como sujeito de direitos que demanda políticas públicas específicas” (BRASIL, 2013a, p. 9) torna-se importante instrumento de disseminação desse novo conceito de juventudes.

Hoje se vive um momento propício para se firmar a legitimidade de políticas gestadas por formas mais democráticas, sensíveis à diversidade de juventudes e ao direito de representação dos próprios jovens no desenho e na gestão de políticas que lhe tenham como sujeitos. Isto considerando o apelo da democracia, o maior exercício da crítica social, e o privilégio do tema juventude na mídia e em discursos políticos. Mas no plano da mídia, as notícias tendem para a linha do alarme, propiciando a difusão de estigmas e do medo (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 7).

Discutir PPJs apresenta implicações na construção e democratização das responsabilidades sociais, reconhecendo o papel dos jovens na projeção de um futuro sustentável que deve ser construído ainda no presente. Nesse entendimento, as PPJs têm o desafio de desmitificar a associação das juventudes a uma fase transgressora e transitória, em que devem ser “preparadas” para saber lidar com o “mundo adulto”, PPs que incentivam os valores de autoexpressão, protagonismo e reconhecimento do segmento juvenil constituem-se fatores importantes para a consolidação desse novo cenário que deve ser construído envolvendo as juventudes.

Os registros sobre a estruturação da PNJ no Brasil datam a partir de 1995 quando a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou no Informe sobre a Juventude Mundial<sup>23</sup> a invisibilidade das juventudes no que se refere aos direitos humanos. Segundo o documento, entre outras questões, de um total de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, mais de 200 milhões de jovens viviam na pobreza, sobrevivendo com menos de US\$ 1,00 por pessoa ao dia; o documento também destacou que, naquela época, havia cerca de 130 milhões de jovens analfabetos, 88 milhões de jovens desempregados e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS).

O Informe sobre a Juventude Mundial avaliava ainda que as PPJs implementadas até aquela época, associavam o segmento juvenil a estereótipos negativos tais como: a delinquência, o uso indevido de drogas e a violência. Embora o Informe fizesse referência aos jovens de todo o mundo, a situação se agravava para as juventudes de países em desenvolvimento, caso do Brasil.

Diante disso, a ONU recomendava, entre outras questões, a especificação por faixa etária para a elaboração de relatórios de progresso na proteção dos direitos humano. No intuito de dar maior visibilidade a esta parcela da população, intervenções públicas integradas nas áreas de saúde, educação e emprego que estabelecessem vínculos entre as diferentes áreas prioritárias do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ) a partir de 2000, com especial atenção aos jovens mais vulneráveis.

Embora a ONU recomendasse intervenções por meio de PPJs a serem implantadas a partir do ano 2000, nota-se uma organização mais consistente em torno da PNJ brasileira a partir de 2005 com a criação da SNJ, do Conjuve e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), retratando um certo atraso em se priorizar o segmento juvenil e atender as recomendações da ONU.

Nota-se, também, que os avanços dessa política ainda estão muito atrelados a firmar o conceito de juventudes; assim, o campo das discussões tem sido fértil, mas, as PPJs não têm sido estruturadas na mesma proporção, uma vez que a presença dos jovens é identificada em outros programas e políticas que não são específicas para esse segmento, como é o caso da PNCV. Dentre os marcos da PNJ destacam-se:

2005 – criação da SNJ, Conjuve e lançamento do ProJovem. Todas essas medidas foram criadas por meio de uma Lei única, a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. A SNJ foi criada

---

<sup>23</sup> Para mais informações sobre o Informe sobre a Juventude Mundial, acessar: <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/wyr05portuguese.pdf> Acesso em 21 fev. 2015.

no intuito de articular os programas federais de juventudes existentes em diversos órgãos do governo federal entre o governo e a sociedade civil. Vale destacar que sua criação ocorreu a partir da sugestão e orientação do relatório do Grupo Interministerial implantado em 2004, o qual reuniu representantes de 19 (dezenove) Ministérios, visando fazer um diagnóstico das juventudes brasileiras e dos programas destinados ao segmento juvenil. Além da SNJ, o Grupo Interministerial também recomendou a criação do Conjuve e do ProJovem; O Conjuve é um órgão consultivo e propositivo, que detém a responsabilidade de formular e propor diretrizes de ações governamentais, voltadas para os jovens, assim como elaborar pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse segmento.

Já, o ProJovem, era um programa voltado para jovens entre 18 e 24 anos que tivessem concluído a 4ª série, mas, ainda não tivessem concluído a 8ª série do ensino fundamental, e ainda, que não possuíssem comprovação de vínculo empregatício. Contemplava ações de aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias para os jovens, com transferência de um auxílio financeiro de R\$ 100. Em 2007 o ProJovem entrou em processo de reestruturação e expansão, visando ampliar as vagas, com vistas a atender jovens entre 15 e 29 anos, além de alterar a nomenclatura para ProJovem Integrado, entretanto, tais mudanças passaram a vigorar somente a partir de 2008. O ProJovem Integrado é resultado da unificação de seis programas já existentes, mas alguns eram de responsabilidade de outros Ministérios, são eles: o próprio ProJovem, da Secretaria Nacional de Juventude; o Consórcio Social da Juventude e o Juventude Cidadã, ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); o Agente Jovem, do MDS; o Escola de Fábrica, do MEC; e o Saberes da Terra, do MDA.

Com a integração, o ProJovem passou a atuar com as modalidades ProJovem Urbano (SNJ); ProJovem Campo (MEC); ProJovem Adolescente (MDS) e ProJovem Trabalhador (MTE). Embora o ProJovem Integrado possua gestão compartilhada entre a SNJ, o MTE, o MDS e o MEC, essa tentativa de transversalidade entre esses organismos não tem avançado muito, a articulação ainda é pequena, acarretando a sobreposição de ações e programas governamentais em uma mesma localidade e dirigidos para um mesmo tipo de público-alvo, o que tem gerado concorrência e conflitos. Embora se reconheça o esforço da SNJ em promover ações integralizadas entre as modalidades do ProJovem Integrado, a resistência ainda faz parte

da gestão desse Programa. Outra mudança ocorrida no ProJovem Integrado foi a transferência do ProJovem Urbano, que era de responsabilidade da SNJ, para o MEC em 2012<sup>24</sup>;

2008 – lançamento do Pacto pela Juventude, o qual é uma proposição das organizações da sociedade civil, que compõem o Conjuve, para que os governos federal, estaduais e municipais se comprometam com as PPJs, com vistas a incorporem, em suas plataformas eleitorais as demandas das juventudes brasileiras, o pacto é reforçado a cada período eleitoral;

2010 – aprovação da Emenda Constitucional nº 42/2008 (PEC da Juventude), que trata dos direitos sociais, culturais e econômicos das juventudes brasileiras. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Juventude vinha tramitando no Congresso desde 2005 (antiga PEC 138/2005). Sua proposta visava alterar o Art. 227 da Constituição Federal de 1988, com vistas a incluir a menção “jovem” no texto que trata do reconhecimento dos direitos civis, tornando-os parte do grupo detentor de direitos;

2012 – lançamento do Plano Juventude Viva, o qual é uma iniciativa do Governo Federal, coordenado pela SNJ e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Tem como objetivo diminuir o elevado índice de violência física e simbólica contra os jovens negros em todo o território nacional. Além disso, busca ampliação dos direitos das juventudes, a desconstrução da cultura de violência, a transformação de territórios identificados com altos índices de homicídios e o enfrentamento ao racismo institucional;

2012 – lançamento do Programa Estação Juventude, o qual é uma estratégia da SNJ para potencializar o acesso dos jovens às PPs e, simultaneamente, disponibilizar para os gestores locais tecnologia para atuação pública na perspectiva de garantia dos direitos dos jovens;

2013 – instituição da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das PPJs e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). O Estatuto da Juventude vinha sendo tramitado desde 2004 e sua aprovação se deve à mobilização e pressão da sociedade civil, dos movimentos juvenis e de organismos que defendem os direitos das juventudes;

2013 – instituição do Decreto nº 8.074/2013, que estabelece o Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv) como órgão permanente para gestão e monitoramento das PPs do governo federal para as juventudes, com vistas a melhor planejar, implementar e avaliar as PPJs; e

---

<sup>24</sup> Para maiores informações sobre o ProJovem Integrado, consultar o Guia de Políticas Públicas de Juventude. Disponível em: [http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Youth/Brazil/Brazil\\_guia-de-politicas-publicas-de-juventude.pdf](http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Youth/Brazil/Brazil_guia-de-politicas-publicas-de-juventude.pdf) Acesso em 21 fev. 2015.

2014 – lançamento do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (Pajur), o qual tem por objetivo o fortalecimento da autonomia das juventudes rurais e de seus protagonismos, por meio de capacitação e apoio para a realização de microprojetos produtivos, reforçando a importância da permanência dos jovens no campo.

A estruturação da PNJ se deve ao protagonismo da militância juvenil presente de forma atuante e organizada para a criação dos marcos da política citados anteriormente, que será melhor debatida no capítulo 2 deste trabalho. Grande parte das conquistas citadas demandaram anos para serem alcançadas, como por exemplo do Estatuto da Juventude, que esteve em tramitação desde 2004 até ser aprovado em 2013, período marcado por diversos atos de pressão e *lobby*, tanto do segmento juvenil, como dos organismos internacionais e nacionais por mais visibilidade para os jovens. Nesse entendimento, nota-se uma expectativa da inserção dos jovens no campo do protagonismo, enquanto sujeitos que contribuem para o desenvolvimento da nação, com vistas a instigar na sociedade uma nova ótica para do segmento juvenil. Portanto, faz-se importante que a arena que envolve as PPJs reforcem

o reconhecimento da construção identitária da categoria juventude como ator político, isto é, a autoidentificação ocorre no bojo de um processo que dialogicamente recebe múltiplas interferências, mas que, ao contrário de diagnósticos apressados e reducionistas, não deve ser lido como uma mera apropriação utilitária por indivíduos e/ou grupos de categorias legitimadas para a disputa por bens, serviços e direitos. Pelo contrário, a constituição de identidades políticas que reafirmem condições de classe, gênero, raça/etnia, identidades culturais e regionais tem se realizado no Brasil como processos de intenso enfrentamento ideológico para garantir a legitimação paritária (CASTRO, 2012, p. 280 - 281)

Percebe-se que além da questão do reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de direitos, as próprias PPJs, apesar de terem avançado ao longo dos anos, ainda não se estabilizaram consistentemente. Nota-se que elas não têm contemplado integralmente as juventudes, não atingem todo o território nacional e têm a continuidade ameaçada, devido a não serem ainda consolidadas, enquanto, políticas de Estado. Com base nos marcos da PNJ, acredita-se que a SNJ disponha de uma organização acentuada para avançar na expansão efetiva das PPJs. Assim sendo, este estudo entende que é preciso avançar para além da esfera discursiva das PPJs, considerando-se que “o que está em jogo não é pouca coisa: é o presente e o futuro de toda uma geração” (BRASIL, 2008a, p. 21).

Essa dificuldade não é diferente no Município de Palmas como será apresentado a seguir. Embora este Município demonstre uma atuação continuada no que se refere às PPC

desde a criação da FCP <sup>25</sup>, em 2007, ainda enfrenta dificuldades gerenciais e estruturais. A trajetória das PPJs do Município de Palmas, apesar de datar desde 2001, com a criação da Secretaria Municipal da Criança e da Juventude<sup>26</sup> e do Conselho Municipal de Juventude<sup>27</sup>, a gestão municipal não tem conseguido superar a fase de institucionalização da pasta que trata as questões relacionadas às juventudes. Inicialmente, em 1991, essa pasta atendia pela nomenclatura de Secretaria Municipal da Criança e da Juventude, no entanto, com a mudança na gestão municipal, sua nomenclatura passou a ser Secretaria Municipal de Juventude e Esportes (2005), depois, tornou-se Coordenadoria da Juventude (2014) e, por fim, passou a chamar-se Superintendência Municipal de Juventude<sup>28</sup>.

Além das alterações de nomenclatura, na pasta responsável pelas PPJs não foram identificados grandes avanços da gestão municipal de Palmas para com as questões referentes ao segmento juvenil. Esse retrato de descontinuidade das políticas reflete o pouco compromisso dessa gestão com os jovens, apesar da pressão internacional e nacional para que as juventudes sejam pautadas nas políticas públicas.

Ainda na contramão do incentivo às PPJs em Palmas, temos a perda de status da pasta que trata as demandas das juventudes, situação que vem ocorrendo ao longo das mudanças de gestão, uma vez que deixou de ser uma Secretaria, passando a ser uma Coordenadoria e, por fim, tornar-se uma Superintendência. Não obstante, a atual Sujuv tem sido apenas uma executora das PPJs propostas pelo governo federal, como veremos no capítulo 4 desta pesquisa.

Observa-se que tanto a nível nacional como local os avanços obtidos com a institucionalização das demandas das PPJs ao longo dos anos no governo federal, não refletiram necessariamente a chegada dessas políticas nos Estados e Municípios, já que o compromisso dos gestores estaduais e municipais com a pauta é fundamental para que elas sejam interiorizadas, ao focar no município de Palmas será constatada essa dificuldade. Alguns Estados e Municípios até chegam a assinar termos de compromissos e aderir a certos Programas em prol da democratização cultural e do desenvolvimento de PPJs, mas, a prática demonstra uma realidade distante da implementada nos acordos.

---

<sup>25</sup> Criada por meio da Lei Complementar nº 137 de 18 de junho de 2007.

<sup>26</sup> Lei nº 973, de, 8 de janeiro de 2001 - Dispõe sobre a organização e estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Palmas, e dá outras providências.

<sup>27</sup> Lei Municipal nº 1230, de 23 de outubro de 2003.

<sup>28</sup> Para maiores informações, consultar a legislação do Município de Palmas Lei nº 973, de 8 de janeiro de 2001, Lei nº 1365, de 1º de março de 2005 e Lei nº 1954, de 1º de abril de 2013.

No próximo capítulo desta dissertação busca-se aprofundar a discussão sobre a institucionalização das PPJs, com destaque para a atuação do jovem brasileiro na luta pela de estruturação das PPJs, além de conferir-lhe destaque pela atuação política a partir da década de 1960, que foi fundamental no processo de institucionalização dessas políticas.

## 2. JUVENTUDES: EPISTEMOLOGIA, PROTAGONISMO E PERSPECTIVAS

As questões tratadas no capítulo anterior demonstram que os jovens têm apresentado papel de destaque na busca por mais espaço e reconhecimento, as conquistas em prol do segmento juvenil são decorrentes de lutas e pressões dos movimentos juvenis, que vêm ganhando força para estruturação da PNJ especialmente a partir dos anos 2000.

Internacionalmente, a discussão em favor do protagonismo juvenil vem se estruturando desde 1965, com os compromissos firmados pela ONU<sup>29</sup>, por meio da Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos<sup>30</sup>.

Outro marco que contribuiu para o fortalecimento da política, e que dá visibilidade aos jovens, ocorreu em 1985, com a instituição do Ano Mundial da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz, pela Assembleia Geral da ONU, em 1º de janeiro. O Ano Mundial da Juventude é resultado de diversas ações em prol do reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, com destaque para as Regras Mínimas das Nações Unidas, para a Administração da Justiça de Jovens - Resolução 40/33 da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1985, conhecida como Regras de Beijing, a qual orientava para que os Estados Membros da ONU buscassem, “em consonância com seus respectivos interesses gerais, promover o bem-estar da criança e do adolescente e de sua família” (BRANDÃO; BUDEL, 2013, p. 94).

Entretanto, somente em 1995, que as estratégias internacionais de enfrentamento dos desafios das juventudes foram estabelecidas, por meio do PMAJ, o qual foi aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas pela Resolução nº 50/1981. Em 2005, o PMAJ foi avaliado e seus resultados foram apresentados por meio do Informe/ONU 2005, o qual “obteve grande repercussão na mídia e entre os organismos internacionais e nacionais da sociedade e do governo e trazia uma avaliação da situação do jovem no mundo e das

---

<sup>29</sup> O nome Nações Unidas foi concebido pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 1º de janeiro de 1942, quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam lutando contra as potências do Eixo. A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. As Nações Unidas, entretanto, começaram a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta por China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. 24 de outubro é comemorado em todo o mundo como o “Dia das Nações Unidas”. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/> Acesso em 28 set. 2014.

<sup>30</sup> Para maiores informações, consultar:

<http://www.cinu.org.mx/prensa/especiales/2005/desigualdad/inequalitypredicament.pdf> Acesso em 27 fev. 2015.

conquistas relacionadas com a implementação do programa mundial” (IPEA *et al.*, 2009, p. 47).

Além disso, conferindo destaque às questões relacionadas às juventudes, a Assembleia Geral das Nações Unidas, reunida em dezembro de 2009, aprovou a Resolução 64/134, que proclamou o período de 12 de agosto de 2010 a 11 de agosto de 2011 o Ano Internacional da Juventude<sup>31</sup>, buscando impulsionar o debate referente a esse tema, além de reforçar as Metas do Desenvolvimento do Milênio<sup>32</sup> e apoiar a Conferência Mundial da Juventude, com a temática "Diálogo e Entendimento Mútuos”, realizada no ano de 2010 no México.

Os marcos políticos que deram maior visibilidade do segmento juvenil retratam a importância dos organismos internacionais para a integração das questões relacionadas às juventudes nas agendas de desenvolvimento a nível mundial, nacional e regional, de modo a incentivar políticas que garantam oportunidades e igualdade aos jovens, reforçando tanto o protagonismo, quanto a qualidade de vida deles.

Sendo assim, os organismos governamentais ainda têm encontrado dificuldades para a efetivação das PPJs e, com a insuficiência de políticas que os contemplem integralmente, os jovens passam a acessar as demais políticas disponíveis, como vem ocorrendo com a PNCV, que tem despertado o interesse dos jovens que identificam-se com suas ações e projetos.

Quando nos voltamos para o Brasil, nota-se que os debates sobre as juventudes têm direcionado os olhares da sociedade para um novo conceito de ser juvenil, em que os jovens vêm construindo uma visão de si, enquanto protagonistas de ações que envolvem diretamente a sociedade. Esta mudança de visão está propiciando o amadurecimento do tema e ampliando o conceito ao considerar a diversidade como elemento importante para compreensão deste segmento, seja no campo acadêmico ou no institucional do fazer político. Entretanto, o reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de direitos ainda não é consenso na sociedade brasileira.

De acordo a ONU, as juventudes estão compreendidas entre a faixa etária dos 15 (quinze) aos 24 (vinte e quatro) anos, para a Organização Ibero-americana da Juventude

---

<sup>31</sup> Para mais informações, acessar [http://unicrio.org.br/docs/iyy\\_portugues.pdf](http://unicrio.org.br/docs/iyy_portugues.pdf) Acesso em 27 fev. 2015.

<sup>32</sup> Em 2000, a ONU – Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são chamados de 8 Jeitos de Mudar o Mundo – que devem ser atingidos por todos os países até 2015. São elas: Erradicar a extrema pobreza e a fome; Atingir o ensino básico universal; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; e Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.objetivosdomilenio.org.br/> Acesso em 28 set. 2014.

(OIJ)<sup>33</sup> o período é mais extenso, abrangendo o indivíduo de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, o qual, também é adotado pelo Brasil.

O Estatuto da Juventude adota a “delimitação” das juventudes com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, conceito que também é adotado pela SNJ, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República. Esse período se divide em três fases: adolescente jovem, compreendendo a faixa-etária de 15 a 17 anos; o jovem jovem, com idade de 18 a 24 anos e o jovem adulto, que possui faixa-etária de 25 a 29 anos.

O que essas definições têm em comum para a delimitação de ações e políticas para o segmento juvenil, está no fato de todas essas faixas-etárias constituírem-se como juventudes. Porém, como veremos ao longo da pesquisa, a constituição do ser juvenil ultrapassa o campo da faixa etária, uma vez que outras questões interferem nessa constituição, como: a social, a econômica, a política e a cultural.

Segundo o Censo 2010<sup>34</sup>, no Brasil há aproximadamente 191 milhões de habitantes, desta população, cerca de 51,3 milhões são jovens entre 15 e 29 anos, em que 20% são considerados adolescentes jovens, 47% são jovens jovens e 33% são considerados jovens adultos.

A etapa juvenil é um período razoavelmente extenso, em que o indivíduo sai da adolescência e entra na fase adulta, percorrendo uma trajetória de inúmeras descobertas e experiências, que poderão influenciar fortemente suas vidas. Durante este período, poderá experimentar várias maneiras de ser juvenil, determinadas pelas vivências ao longo dos anos. Há, ainda, como dito anteriormente, outras influências que refletem diretamente com qual configuração das juventudes o sujeito melhor se identifica. Além disso, é nesta fase que os jovens iniciam suas participações no mercado de trabalho, reforçam os laços afetivos e sexuais e direcionam suas trajetórias de formação profissional. No entanto, a sociedade ainda tem atrelado esta etapa como um rito de passagem para a vida adulta, desconsiderando e/ou minimizando a cidadania juvenil.

Até o início da década de 1990, as opiniões das juventudes praticamente não eram levadas em conta, tanto pela gestão pública quanto por uma parcela considerável da sociedade

---

<sup>33</sup> Organização Internacional de natureza multigovernamental que reúne os ministérios da juventude dos países da Comunidade Ibero-Americana e que tem como objetivo principal a inclusão e integração dos jovens através das políticas públicas de juventude. A Organização é composta por 21 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Disponível em: [http://www.oij.org/pt\\_PT/oij](http://www.oij.org/pt_PT/oij) Acesso em 27 set. 2014.

<sup>34</sup> Para maiores informações, consultar:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao\\_jovem\\_brasil/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/) Acesso em 16 out. 2014.

civil. Historicamente, o conceito de juventudes costumava ser atrelado à etapa da vida entre o fim da puberdade e o momento em que o sujeito adentra à fase adulta. Além disso, a figura do jovem no período anterior à década de 1990 foi associada à violência, tanto como agressor, quanto vítima, relação que ainda se faz presente nos dias de hoje. Logo, era encarado como “problema social” requerendo atenção tanto dos seus provedores como do Estado.

Os jovens, quando são vistos como problema social, podem ser entendidos como ameaça à sociedade e que carecem de ações de controle pelo poder público, onde qualquer ameaça de rompimento da transmissão da herança cultural deve ser contida, situação preocupante, uma vez que o direito de ser juvenil é subestimado e os jovens deixam de viver as juventudes para se “prepararem” para a fase adulta. Outra situação que requer atenção está no fato de que a associação do jovem à violência, geralmente, está atrelada à cor, classe social e território, uma vez que estes fatores ainda são vistos como terrenos fáceis para a criminalidade, tráfico e consumo de drogas. De acordo o Relatório da Agenda Juventude Brasil (2013), no território brasileiro

a violência letal tem cor, renda e território. Assim como a taxa de homicídio atinge muito mais jovens negros, a experiência de perder alguém próximo também os afeta mais intensamente: entre os jovens entrevistados, foram os pretos e pardos que relataram em maior proporção a experiência de perder alguém próximo de forma violenta: (54%) entre pretos e pardos e (45%) entre os brancos (BRASIL, 2013a, p. 63).

Constata-se, a partir Relatório da Agenda Juventude Brasil (2013), que o jovem possui convívio direto e indireto com a violência, seja pelo envolvimento com a criminalidade ou pela proximidade de pessoas de seu convívio com ela. O relatório apresenta que pelo menos ¼ dos jovens brasileiros já vivenciaram a experiência de ter perdido pessoas de seu convívio como vítima de homicídio.

Além disso, quando nos atentamos à situação econômica dos jovens que já tiveram relação com a violência, “considerando a renda domiciliar per capita, 28% estão nos estratos baixos (até R\$ 290,00/ mês), 50% nos médios, e 11% nos estratos altos (acima de R\$ 1.018,00/ mês)” (BRASIL, 2013a, p. 15)

Ademais, no Brasil, há uma forte tendência dos meios de comunicação e poder público reforçar a ideia de que os jovens, principalmente os negros, estão atrelados à criminalidade, perpetuando-se um conceito negativo destes, construído pelo pensamento degenerativo baseado na cor, na raça e nos estratos sociais. Isto reforça o conceito de que o jovem ainda é

visto como problema social a ser tratado pela segurança pública, quando deveria ser uma questão de PPs.

O entendimento de que as juventudes são encaradas como problemas e possuem estreita relação com a transgressão tem direcionado o poder público a focalizar ações e políticas voltadas para a ocupação do tempo dos jovens, que são vistos sob a ótica de que devem ser enquadrados em perfis pré-estabelecidos e qualquer violação deste “contrato” pode ser entendida como afronta à ordem social. Neste sentido, as PPs ainda vêm sendo direcionadas no intuito de manter o controle social, prevalecendo, portanto, as “políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra” (CASTRO *et al.*, 2009).

Nesta perspectiva, com vistas a se ter maior controle sobre os jovens, programas e ações são pensados para ocupar o tempo livre deles. A área das ciências sociais vem discutindo essa temática com maior afinco na última década, entretanto, debater a ocupação dos jovens requer certo cuidado e deve ser considerada a questão das especificidades das juventudes, compreendendo a classe social, cor/raça, crença, gênero e consumo cultural.

Em virtude dessa estigmatização, durante um longo período na história do país as juventudes foram retratadas de forma inadequada pela mídia, como se fossem apáticas ou pouco ativistas, devido à falta de compreensão de que os jovens, enquanto plurais, não se comportam conforme padrões pré-estabelecidos, tampouco requerem enquadramentos, mas utilizam novos instrumentos de mobilização, como as ferramentas tecnológicas, *internet*, redes sociais, entre outras. Nota-se que há uma tentativa de moldar os jovens, os quais têm buscado cada vez mais serem reconhecidos enquanto categoria juvenil:

a sociedade, mesmo manejada de diferentes maneiras e com diferentes critérios socioeconômicos, impõe restrições à vida do adolescente. O adolescente, com a sua força, com a sua atividade, com a força reestruturadora de sua personalidade, tenta modificar a sociedade, que, por outra parte, está vivendo constantemente modificações intensas (ABERASTURY; KNOBEL, 1989, p. 53).

Apesar de as juventudes não se conformarem com os padrões imputados a elas pela sociedade, ainda são associadas a uma fase de transição e preparo para a vida adulta. Neste sentido, qualquer desvio dessa conduta poderá resultar em uma anomalia a ser contida, o que poderá provocar conflitos sociais e familiares, uma vez que o “mundo adulto” busca projetar nos jovens suas perspectivas, enquanto estes estão em busca de construir suas próprias identidades e trajetórias.

Segundo Abramo (2008), a concepção do jovem foi construída socialmente, em que sua “função” deveria ser “se preparar, se educar, interiorizar as regras e disciplinas, e seu espaço ‘natural’ são as instituições formadoras, em espaços protegidos, disciplinados com um tempo organizado”, repassando a ideia de que as etapas de vida do indivíduo são totalmente pré-estabelecidas. Abramo reforça que:

a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomalia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social (ABRAMO, 1997, p. 29).

Nessa perspectiva, Aberastury e Knobel (1989, p. 54) chamam a atenção ao fato de que “na medida em que o adolescente não encontra o caminho adequado para a sua expressão vital e para a aceitação de uma possibilidade de realização, não poderá jamais ser um adulto satisfeito”.

Bourdieu (2003, p. 153) enfatiza que o termo juventude é apenas uma palavra e a idade “é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente”.

Nessa mesma perspectiva, Margulis e Urresti (2008, p. 18) acreditam que a juventude seja:

una condición constituida por la cultura pero que tiene una base material vinculada con la edad. A esto le llamamos facticidad: un modo particular de estar en el mundo, de encontrarse arrojado en su temporalidad, de experimentar distancias y duraciones. La condición etaria no alude sólo a fenómenos de orden biológico vinculados con la edad: salud, energía, etc. También está referida a fenómenos culturales articulados con la edad. De edad como categoría estadística o vinculada con la biología, pasamos a la edad procesada por la historia y la cultura: el tema de las generaciones.

A compreensão de que a condição juvenil não se limita apenas a um período de transição da infância para a fase adulta ou de dependência e proteção, como acontece com o indivíduo enquanto criança, tem propiciado avançar o debate sobre as juventudes. Neste sentido, com o fortalecimento do debate, um novo entendimento do segmento juvenil vem sendo construído, possibilitando um melhor entendimento da condição juvenil associada a

outras temáticas como cultura, comunicação, desenvolvimento numa tentativa de transversalização e diálogo. Logo, quando tomamos como referência as juventudes, é relevante considerar o dinamismo e a pluralidade que elas estão envoltas. Portanto, caracterizar os jovens como seres estáticos e previsíveis seria desconsiderar o dinamismo em que eles estão imersos.

A discussão teórica a respeito da definição das juventudes apresenta-se como um campo bastante fecundo em distintas áreas do conhecimento como nas ciências políticas e na sociologia, áreas em destaque nesta pesquisa. Muitos estudiosos divergem sobre a temática, talvez pela própria natureza plural dos jovens, essa não seja uma questão de fácil definição, de tal modo que contempla diversas vertentes, o que, por outro lado, pode prejudicar o reconhecimento deles, enquanto sujeitos de direitos, transferindo a importância dispensada a eles para um tempo futuro, uma vez que são vistos como indivíduos em construção, em trânsito para a vida adulta, desconsiderando-se a relevância desta etapa, no processo de interação, protagonização, fruição e construção identitária, tão inerentes ao desenvolvimento cultural dos jovens.

Embora tímido, o processo de reconhecimento da cidadania dos jovens tem avançado, mas, dependendo do contexto em que os jovens se encontram, eles não desfrutarão igualmente do tempo livre de que dispõem; muitos, nem chegam a possuir tempo livre ou qualquer forma de lazer, uma vez que precisam se ocupar dos afazeres domésticos, em alguns casos assumindo funções que seriam de seus pais, como cuidar dos irmãos mais novos e/ou precisam trabalhar fora para ajudar na complementação da renda familiar, incorrendo na adultização precoce dos jovens, que deixam de desfrutar suas juventudes para contribuir na organização familiar.

Muito embora o lazer costume<sup>35</sup> ser pensado a partir da relação com o tempo livre e como direito, é importante ressaltar que, dependendo das relações sociais em foco e das condições materiais de existência, esse pode se constituir em um privilégio para poucos. São os diferentes modos de estar no universo social e possíveis recortes analíticos – como, por exemplo, a raça, classe social e a região de moradia – que apontam os limites de acesso ao lazer (MARTINS; SOUZA, 2007, p. 118).

Partindo desse entendimento, observa-se que as atividades de interesse dos jovens podem ser sacrificadas em detrimento das que estão à sua disposição, acentuando ainda mais a distinção entre as juventudes, que varia conforme o meio em que se encontram. Além disso, a

---

<sup>35</sup> Verbo costumar.

ocupação diurna e noturna de um determinado grupo de jovens pode divergir das ocupações de outros, assim como suas ocupações durante a semana e final de semana. Camarotti, Leo e Kornblit (2007, p. 24) enfatizam que

*“el tiempo que lós jovens dedican a diferentes actividades durante la semana y em lós fines de semana es um buen indicador de sus deseos y necesidades al respecto, mediados por la gama de alternativas que el medio lés ofrece y por las posibilidades derivadas de los estratos socioeconômicos a los que pertenecen”.*

A tentativa de “alinhar” os jovens, buscando enquadrá-los a uma ordem social, nem sempre é eficiente, pois reforça os estigmas de que as juventudes são um peso para o poder público e sociedade. Superar o conceito do jovem como problema contribui para uma nova perspectiva do segmento juvenil, o qual pode ser visto como solução. Incentivar o protagonismo juvenil por meio de estratégias orientadas para o desenvolvimento humano pode ser uma alternativa considerável para se desmitificar o fator negativo atrelado aos jovens. Neste sentido, é importante que as juventudes sejam vistas

numa perspectiva includente, centrada principalmente na incorporação à formação educacional e de competências no mundo do trabalho [e] também na aposta da contribuição dos jovens para a resolução dos problemas de suas comunidades e sociedades, através do seu engajamento em projetos de ação social, voluntariado (FREITAS, 2005, p. 21).

Apesar da constante busca em “preparar” os jovens para a fase adulta e poucos incentivos para que eles desfrutem a fase juvenil, apenas sendo jovens, nos últimos anos identifica-se um cenário mais otimista para este segmento. Porém, observa-se que no Brasil, até que os jovens adquirissem maior visibilidade, foi um longo período de luta e resistência, no qual, a partir da década de 1960, o protagonismo juvenil foi marcado pela mobilização em prol da reforma universitária, confrontando com a ditadura militar<sup>36</sup>, iniciada em 1964, com duração até meados da década de 1980, e por diversas demandas em prol do reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos. Assim sendo,

os jovens de 20 ou 25 anos não se contentavam mais em se apossar do futuro. Com igual paixão, e gestos mais decididos do que os dos seus predecessores do pós-guerra, eles queriam dominar o presente, e não só na França. Movida por uma até

---

<sup>36</sup> A ditadura militar foi a época em que os militares governaram o Brasil, entre os anos de 1964 e 1985. A ditadura foi marcada pela opressão, censura e perseguição política. O estopim pra o acontecimento da ditadura foi o Golpe Militar de 1964, ocorrido na época do governo de João Goulart (Jango), o qual era vice de Jânio Quadros, que havia renunciado ao cargo em 1961 de Presidente da República. Para maiores informações acessar: <http://www.ditaduramilitar.com.br/> Acesso em 25 set. 2014.

hoje misteriosa sintonia de inquietação e anseios, a juventude de todo o mundo parecia iniciar uma revolução planetária. No Brasil, o chamado Poder Jovem ensaiava igualmente a sua tomada de poder e perseguia a sua utopia (VENTURA, 2009, p. 26).

O período da ditadura no território brasileiro foi regido por perseguições, exílios e mortes das lideranças que se rebelavam contra o regime militar estabelecido. Embora tenha havido forte repressão aos movimentos sociais, estudantis e de oposição à ditadura, além de censura aos meios de comunicação, as mobilizações avançavam e, em meio a greves, a classe operária conseguiu estabelecer a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Os jovens conseguiram se organizar, institucionalizando o Diretório Central dos Estudantes (DCE), Grêmios Estudantis e a União Nacional dos Estudantes (UNE). No entanto, a repressão foi “legalizada” por meio do Ato Institucional (AI-5)<sup>37</sup>, em 1968. As manifestações foram duramente reprimidas com medidas de torturas e perseguição aos dirigentes operários e estudantis, resultando na ilegalidade da UNE.

A reação à ditadura militar desencadeou processos de conquistas que refletem até os dias atuais, mas à custa de muito sofrimento, tortura e mortes. Notícias informando mortes de jovens que lutavam contra o regime militar naquela época faziam parte do cotidiano brasileiro.

Por outro lado, apesar do clima tenso de repressão, os jovens avançavam em insatisfação e discussões, retratando valores de autoexpressão, em que a luta por mudanças era latente. Seus pensamentos e comportamentos tomaram caminhos que já não tinham volta.

Foi o ano em que experimentamos todos os limites [...] as moças começaram a tomar a pílula, que sentamos na Rio Branco, que fomos para as portas das fábricas, que redefinimos os padrões de comportamento. Parte dessa geração queria trazer a política para o comportamento e parte procurava levar o comportamento para a política. Um neoexistencialismo não pressentido na época convencia aquela juventude a rejeitar uma secular esquizofrenia cultural que separava política e existência, arte e vida, teoria e prática, discurso e ação, pensamento e obra. Essa talvez tenha sido a grande ruptura com a geração anterior — e uma das mais difíceis realizações de 68, principalmente para as "revolucionárias" do comportamento (VENTURA, 2009, p. 18).

Esse tipo de reação autoexpressiva dos jovens, durante o período da ditadura militar, demonstra o sentimento de rejeição à opressão e ao processo de manipulação dos governos e

---

<sup>37</sup> Ato Institucional que mantinha a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, em que o Presidente da República poderia decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, além de outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm) Acesso em 25 set. 2014.

da mídia que tentava impor o capitalismo e desfavorecer o movimento socialista. As juventudes, por meio do movimento estudantil, se reorganizaram para lutar em prol do marco Abaixo a Ditadura, também avançavam em defesa da liberdade de expressão, sexual e comportamental e pela adoção de um processo político mais democrático, participativo e ético. Foi nessa época que as Organizações Não Governamentais (ONGs), os movimentos em defesa das minorias e dos direitos sociais, feministas e ecologistas ganharam força. Esse sentimento de inconformidade e transformação resultou na mudança da trajetória brasileira.

Aliados à classe trabalhadora, os jovens conseguiram restabelecer a UNE. Durante a década de 1970, a movimentação estudantil se intensificou pelo fim do regime militar. Além disso, debates abrangendo questões educacionais como reforma universitária e o caráter tecnicista do ensino eram pautas recorrentes nas reuniões dos jovens, fortalecendo o movimento em busca de um novo modelo de ensino.

Na década de 1980, o cenário ainda era de repressão, mas foi sendo suplantado pela aspiração de um regime mais democrático, consolidando uma nova era. Com a aprovação da Lei de Anistia<sup>38</sup> e a nova estrutura política que estava se firmando, os jovens começaram a se organizar, juntamente com a sociedade civil e alguns partidos políticos em apoio ao movimento em prol das “Diretas Já”, a qual foi uma proposta de emenda do então deputado Dante de Oliveira, que visava restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República no Brasil, no ano de 1984.

Apesar da grande mobilização, a emenda da proposta das “Diretas Já” não foi aprovada<sup>39</sup>. As eleições diretas para presidente do Brasil ocorreram, apenas em 1989, após o estabelecimento da Constituição Brasileira de 1988, a qual não previa amparo direto às juventudes, mas reconhecia as crianças e adolescentes detentoras de direitos civis.

Os problemas do país não se findaram com o fim da ditadura em 1985, mas com nova onda de afirmação da autoexpressão que desencadeou numa perspectiva em prol da democracia, foi um marco importante que comprova o protagonismo dos jovens e de toda a

---

<sup>38</sup> A Lei da Anistia Política foi promulgada em 1979, no governo do presidente João Baptista Figueiredo, para reverter punições aos cidadãos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelo regime militar. A lei garantia, entre outros direitos, o retorno dos exilados ao País, o restabelecimento dos direitos políticos e a volta ao serviço de militares e funcionários da administração pública, excluídos de suas funções durante a ditadura. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/lei-da-anistia-politica-reverteu-punicoes-da-epoca-da-ditadura> Acesso em 25 set. 2014.

<sup>39</sup> As eleições ocorreram de forma indireta, em 15 de janeiro de 1985. Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil. Entretanto, faleceu antes de assumir o cargo. Assim, José Sarney, seu vice, foi o primeiro presidente civil após o regime de Ditadura Militar (1964-1985).

sociedade brasileira que atuou fortemente contra um regime opressor e violento que exilou, torturou e matou muitos dos militantes contrários à ditadura.

Em decorrência desse protagonismo juvenil, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, que lutou contra a ditadura militar, em favor dos direitos trabalhistas, por eleições diretas, pela regulamentação da UNE, por uma maior participação social nas decisões do governo, entre outras questões, é possível visualizar uma figura mais participativa dos jovens, associando-se aos valores de autoexpressão.

A Constituição de 1988, que determinava as eleições diretas, regulamentou o direito do voto aos 16 anos, que conforme a Constituição de 1937 era permitido somente a partir dos 18 anos. Apesar do voto ser facultativo aos 18 anos, a permissão de votar a partir dos 16, representou um avanço no processo democrático e partícipe dos jovens na política brasileira.

No entanto, o direito de voto aos adolescentes, garantido pela Constituição de 1988, só pôde ser exercido em 1989. Apesar do voto, neste caso, ser facultativo mais de 50% dos jovens nessa faixa etária compareceram, em 1989, aos cartórios eleitorais para obter seus títulos de eleitores. Isto significava, em termos absolutos, mais de três milhões de adolescentes, além dos jovens com mais de 18 anos (DIAS, 2008, p. 1).

Apesar de grande parte dos militantes daquela época simpatizar com o PT, com um discurso voltado para a mudança e inovação, o candidato Fernando Collor de Mello<sup>40</sup>, da oposição, venceu a eleição para Presidência da República, tornando-se o primeiro Presidente eleito pelo voto direto. Entretanto, seu governo foi marcado por diversas denúncias de corrupção, medidas econômicas com favorecimento às elites e enriquecimento ilícito. Não satisfeitos com o modo de governo de Collor, as juventudes voltaram a se movimentar em defesa de um governo que realmente representasse os anseios da sociedade, culminando no movimento “caras-pintadas”, que surgiu em agosto de 1992, mas somente alguns meses depois, recebeu da imprensa esse rótulo, devido aos participantes do movimento pintarem suas caras de verde e amarelo numa demonstração de patriotismo e utilizarem roupas pretas simbolizando luto pela conduta do então Presidente e para defender o *impeachment*<sup>41</sup> deste.

---

<sup>40</sup> Nas eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor se filiou ao desconhecido Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e criou uma chapa para concorrer ao cargo de Presidente da República. Ao vencer a eleição Fernando Collor tornou-se o primeiro Presidente da República eleito pelo voto direto após o fim da ditadura militar. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiab/fernando-collor.htm> Acesso em 28 set. 2014.

<sup>41</sup> Em 1º de junho de 1992 instaurou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias feitas contra Collor. As investigações incorreram na fundamentação das acusações e em 29 de setembro a Câmara dos Deputados votaram pela abertura do processo de *impeachment* de Collor, que renunciou à Presidência em 29 de dezembro de 1992, sendo substituído por seu vice, Itamar Franco, também do PRN. No

A mídia, no entanto, elegeu os jovens como típicos representantes das manifestações pró-*impeachment*. Além disso, a partir desse momento - quando se tornaram destaques - os jovens sentiram-se compelidos a aumentar sua participação. O movimento tornou-se uma grande confraternização, uma festa juvenil, palco perfeito para ampliar o seu leque de relacionamentos. A UNE, por sua vez, teve um papel fundamental na criação desse “produto”, pois acabou funcionando como um elemento aglutinador dos estudantes. Ao mesmo tempo em que reunia em torno de si os estudantes, aumentava o seu prestígio junto às instituições e à sociedade. A exposição dos jovens na mídia colocava a UNE em evidência por todo o país. Com uma atuação modesta no cenário político, desde o final da década de 70, a UNE foi rapidamente alçada ao estrelato. Lindbergh Farias - à época presidente da UNE - em reunião com o presidente do Senado, Mauro Benevides, sela o apoio da UNE ao processo de *impeachment*. Desta forma, a entidade acaba tornando-se a maior organizadora de passeatas contra Collor (DIAS, 2008, p. 10).

Os jovens sentindo-se traídos por um representante que eles ajudaram a eleger, movimentaram-se em favor do *impeachment* deste, o que comprova o protagonismo juvenil tanto na eleição quanto na destituição do Presidente da República brasileira. Protagonismo este que também se destacou na luta contra o regime militar, em favor das “Diretas Já” e na constante militância em prol de processos mais participativos e democráticos. Sendo assim, este protagonismo, demonstra a politização dos jovens, reforçada pelos valores de autoexpressão, que enfatizam o pós-materialismo e prima pela “liberdade pessoal e política, atividades civis de protesto, tolerância com a liberdade de terceiros e a valorização do bem-estar subjetivo” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 294). Entretanto, essa legitimidade do protagonismo juvenil, ainda não foi totalmente absorvida pelos nossos governantes nem pela sociedade, que apresentam ressalvas em incluir a figura do jovem quando se trata de questões “convencionadas” como relevantes, tais como: política, cargos de gestão e, em alguns casos, nas decisões familiares.

Além do direito ao voto a partir dos 16 anos, a Constituição de 1988, também desencadeia outras ações que contemplam, ainda que parcialmente, as juventudes. Dentre elas estão os compromissos em prol da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>42</sup>.

No que se refere à Educação, a Constituição de 1988 prevê o ensino fundamental obrigatório, gratuito e de responsabilidade do poder público. A partir de então, o Estado passou a adotar novas medidas para garantir educação a todos e combater as altas taxas de

---

entanto, o Senado manteve o julgamento do processo de sua cassação, que resultou em sua condenação e inelegibilidade por oito anos (até dezembro de 2000).

<sup>42</sup> Instituído por meio da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, atualizado com a Lei nº 12.010 de 2009 e alterado pela Lei nº 12.594 de 2012 (Lei SINASE) a qual institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

analfabetismo registradas naquela época. Dentre outras medidas, destacam-se: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); a Educação de Jovens e Adultos (EJA); e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Além disso, o Brasil tinha o compromisso de atender à recomendação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) de diminuir em 50% os índices de analfabetismo até o ano 2000<sup>43</sup>.

Já o ECA assegura à criança e ao adolescente “os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2012, p. 13).

Apesar dos direitos garantidos pelo ECA, o segmento juvenil não era contemplado efetivamente, uma vez que possui especificidades inerentes às juventudes que, também, não são integralmente atendidas por meio das políticas universais. Diante disso, houve-se a necessidade de ampliar o debate acerca da vulnerabilidade que afetava os jovens, considerando-se que “o universo juvenil é complexo, compreende múltiplas singularidades que precisam ser levadas em consideração na elaboração e implementação de políticas públicas” (BRASIL, 2006, p. 5).

No Brasil, durante a década de 1990, o debate sobre as juventudes era centrado nas questões relacionadas à taxa de ocupação juvenil e na precarização social, o que estimulava a demanda por políticas de inclusão, tanto assistenciais como de qualificação com vista a ingressá-los no mercado de trabalho. Em busca de ampliar a discussão sobre a formulação da PNJ, a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) organizou o I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude. Este encontro voltou a acontecer em 1996, no Rio de Janeiro, com enfoque na questão do emprego e capacitação juvenil.

Destaca-se que a pressão por parte dos organismos internacionais em prol da estruturação das PPJs, também vinha se fortalecendo, desde 1995, por meio do PMAJ, o qual foi estruturado a partir dos seguintes eixos: educação, empregabilidade, fome, ócio e tempo livre, meio ambiente, drogas, delinquência juvenil, gênero, participação, saúde reprodutiva e sexual, globalização, comunicação e tecnologia, HIV/Aids, conflitos armados e relações entre

---

<sup>43</sup> Compromisso firmado para atender a proposta da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” a qual foi elaborada a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jontiem, na Tailândia. Para mais informações consultar: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 3 mar. 2015.

gerações. Este Programa buscava elaborar um referencial inicial, em termos de políticas de juventudes aos seus países-membros.

Além disso, a ONU, em parceria com o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com vistas a formular recomendações para políticas e programas de emprego e formação para jovens também criou a Rede de Alto Nível de Políticas de Promoção do Emprego Juvenil (YEHLPN).

A discussão sobre questões referentes às juventudes foi intensificada, ainda, por meio dos Fóruns Mundiais da Juventude do Sistema das Nações Unidas, que ocorreram nos anos de 1991 e 1996, em Viena (Áustria).

Em 1997 a Unesco iniciou sua primeira pesquisa sobre os jovens brasileiros, a qual resultou no livro “Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília”, publicado em 1998, com recomendações de ações preventivas, envolvendo governo, pais e educadores, que visassem o reconhecimento da igualdade de direitos e respeito à diversidade juvenil. Além dessa publicação, em 1998, a Unesco apresentou a situação de vulnerabilidade dos jovens brasileiros por meio do “Mapa da Violência: os Jovens do Brasil”,<sup>44</sup> no intuito de subsidiar a formulação de PPJs. Esses Mapas, inicialmente, eram produzidos a cada dois anos. A partir de 2004, sua elaboração passou a ser anual e, em 2012, também por demanda, passando a serem produzidos vários Mapas por ano, diferenciados pela focalização temática: mulher, criança, adolescente, armas de fogo, trânsito e juventude.

O tema ganhou mais visibilidade entrando na pauta dos principais candidatos<sup>45</sup> à Presidência da República em 2002 e, a partir de 2003, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), em meio a pressões externas e internas, iniciou-se um processo em prol de uma melhor organização e maiores investimentos nas PPJs.

Observa-se, a partir de meados dos anos 1990, nos planos local e regional, o aparecimento de organismos públicos destinados a articular ações no âmbito do poder executivo e estabelecer parcerias com a sociedade civil, tendo em vista a implantação de projetos ou programas de ação para jovens, alguns financiados pela esfera federal. Esse fato é bastante recente e decorre, sobretudo, de compromissos eleitorais de partidos, principalmente, de esquerda e de centro-esquerda, que, por meio de sua militância juvenil ou de setores organizados do movimento estudantil, incluíram na sua plataforma política demandas desses segmentos que aspiravam pela formulação de ações específicas destinadas aos jovens (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 18).

---

<sup>44</sup> Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/> Acesso em 19 fev. 2015.

<sup>45</sup> Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula).

É importante atentar ao fato, de que houve um extenso processo de luta para que as juventudes fossem pautadas pelas esferas governamentais, considerando-se o plano municipal como importante campo de ampliação dos debates e implantação de programas propostos e desenvolvidos por organizações governamentais, não governamentais e pela sociedade civil.

Com o governo Lula, os jovens passaram a ter maior visibilidade e as políticas e/ou os programas destinados a eles começam a caminhar para tomar uma nova envergadura, em que a qualificação profissional, a permanência na escola e o desenvolvimento social passaram a ser incentivados por meio dos programas<sup>46</sup> direcionados ao segmento juvenil, buscando atender às suas especificidades.

O reconhecimento dos jovens, enquanto sujeitos de direitos, toma impulso no Brasil a partir da criação da SNJ, do ProJovem e do Conjuve, em 2005. O Conjuve possui 2/3 de integrantes da sociedade civil, o que contribui para um diálogo mais democrático entre as juventudes e o governo federal.

Considerando esse novo campo de diálogo entre o governo e as juventudes, as 1ª e 2ª Conferências Nacionais de Juventude,<sup>47</sup> ocorridas nos anos de 2008 e 2011, ganharam destaque. Elas são resultados da articulação dos jovens em prol do fortalecimento do debate e participação na construção das políticas de juventudes brasileiras. É por meio dessa mobilização que os jovens têm conseguido avançar com a apresentação de propostas de PPJs e, com isso, legitimar o protagonismo juvenil.

Dentre as propostas das Conferências Nacionais de Juventudes, destaca-se a luta por uma

ampla reforma política que, além do financiamento público de campanha, assegure a participação massiva da juventude nos partidos políticos, com garantia de cota mínima de 15% para jovens de 18 a 29 anos nas coligações, com respeito ao recorte étnico-racial, garantindo a paridade de gênero; mudança na faixa etária da elegibilidade, garantindo idade mínima de 18 anos para vereador, prefeito, deputados estaduais, distritais e federais, e 27 anos para senador, governador e presidente da República (BRASIL, 2008a, p. 19).

---

<sup>46</sup> Primeiro Emprego (2003), Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, Programa Universidade para todos (ProUni), Projeto Rondon, Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Jovem e Nossa Primeira Terra (2004), ProJovem, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA (ProEja) e Saberes da Terra (2005), Juventude Cidadão (2006) e ProJovem Integrado (2007).

<sup>47</sup> As Conferências Nacionais da Juventude visam reunir os jovens de todo o País para dialogarem com o Governo Federal. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/conferencia/arquivos/texto-base> Acesso em 11 jul. 2013.

Outro momento recente de destaque na trajetória brasileira do protagonismo juvenil foram as mobilizações dos jovens em prol de melhorias para suas comunidades, Municípios, Estados e país, as quais ocorreram durante o mês de junho de 2013 com a reunião de jovens em diversas cidades do país para manifestar insatisfação por diversas causas, dentre elas destacaram-se o aumento tarifário do transporte público, a corrupção, a precariedade da saúde e da educação.

Referindo-se a esse processo de mobilização, em que houve grande participação dos jovens, Macedo (2014)<sup>48</sup>, ao analisar as ações e manifestações juvenis, que retratam os valores de autoexpressão, reforçados por meio do protagonismo dos jovens ao longo de 2013, destaca: “em junho vimos milhares de jovens saírem às ruas para exigir mais direitos e maior participação na vida política do país. Esse movimento, além de mostrar o compromisso de um país melhor, trouxe resultados positivos para a agenda juvenil”, o que reforça a ideia de que os jovens não são passivos, o que lhes faltam são oportunidades. Outro fator importante para o reconhecimento juvenil, muito cobrado durante as manifestações, foi a aprovação em agosto de 2013 do Estatuto da Juventude, que vinha sendo tramitado desde o ano de 2004; sua regulamentação é uma grande conquista para os jovens, uma vez que normatiza seus direitos e princípios, propondo diretrizes às PPJs.

A mobilização surtiu efeitos positivos, levando os jovens a se unificarem e conquistar espaço o que foi considerado um passo importante para a consolidação das etapas posteriores. A ampliação de PPJs e PPC apresenta-se como importante estratégia de estímulo à autoexpressão e legitimidade dos jovens. Para tanto, faz-se relevante uma política que valorize o diálogo, a articulação e a interação, constituindo-se uma política mais transversal, conforme será descrito no capítulo a seguir.

---

<sup>48</sup> Secretária Nacional da Juventude de abril de 2011 a dezembro de 2014. De 2005 a 2009 integrou o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e se destacou como a conselheira mais jovem da primeira gestão. Disponível em: <http://juventude.gov.br/juventude/noticias/o-protagonismo-da-juventude-brasileira-em-2013-por-severine-macedo> Acesso em 9 set. 2014.

### **3. DIÁLOGOS ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA**

Como destacado no capítulo anterior, a transversalidade das questões referentes às juventudes no ambiente institucional é um dos grandes desafios para a ampliação e alcance das PP, sejam elas, de cultura ou de juventudes. Ao discutir as PPC, especialmente no que refere-se à forma como os jovens acessam essas políticas, por meio dos pontos de cultura, foco da presente pesquisa, este capítulo busca debater a importância de tratar as PPC com recorte para as juventudes, atentando-se à necessidade de que estas sejam entendidas como um processo contínuo e que não devem se limitar a conselhos, secretarias e/ou coordenadorias isoladamente. Nesse sentido, adotar uma dinâmica de interação entre as esferas federal, estaduais e municipais com a participação do segmento juvenil e sociedade civil, bem como, interministeriais e intersetoriais, apresenta-se como importante mecanismo para a continuidade e transversalidade das Políticas Públicas de Juventudes.

A transversalidade das políticas é um tema importante na discussão do alcance das políticas públicas. No Brasil, o tema tem sido debatido com frequência desde 2003, a partir da gestão do Presidente Lula. Ao criar Secretarias Especiais vinculadas à Presidência da República como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), o governo Lula deu importância a discussão dessas temáticas e aumentou as possibilidades de diálogo transversal delas com os demais ministérios.

Entretanto, apesar do esforço do governo federal por uma maior integração das temáticas ligadas a igualdade racial, mulheres, juventudes e direitos humanos entre os organismos governamentais “há enorme dificuldade de avançar nas relações com os demais ministérios e do próprio executivo” (RUBIM; BARBALHO, 2007, p. 147), o que certamente, dificulta a efetivação da transversalidade nos organismos governamentais. Assim, uma vez que o processo de transversalização das políticas é minado, “a tendência é que as secretarias especiais abandonem seu perfil de gestores da transversalidade e consolidem-se como órgãos executores de políticas, que irão competir com os demais ministérios por recursos tanto orçamentários quanto políticos” (IPEA, 2009, p. 668).

Além da dificuldade do diálogo e de uma maior integração entre os organismos do poder público, a política transversal ainda tem encontrado dificuldade quanto ao entendimento

de seu conceito, resultando na má interpretação de sua proposta e na inconfiabilidade de sua eficiência.

Observa-se que nos últimos anos a SNJ também tem buscado adotar uma política mais transversal entre os Ministérios, Secretarias e Governos, estimulando o diálogo e a participação desses organismos. Para isso, entre suas metas de gestão tem buscado “ampliar a perspectiva de gênero em suas políticas e também levar a perspectiva de juventude para as políticas de mulheres” (BRASIL, 2014d, p. 48). Neste sentido, foi criado em 2011 o Grupo de Trabalho Jovens Mulheres e Políticas Públicas, que contou com a participação da sociedade civil, SPM, Ministério da Educação (MEC) e ONU Mulheres, apostando no diálogo transversal com fins de levantar quais seriam as principais pautas nas quais se articulavam os recortes de gênero e juventudes.

Além da perspectiva de gênero a PNJ tem buscado intensificar o diálogo com as juventudes dos povos e comunidades tradicionais, juventudes indígenas, LGBT e jovens deficientes. No que se refere à juventude indígena, “a SNJ iniciou um diálogo mais intenso com a juventude indígena em 2012 recebendo Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI)” (BRASIL, 2014d, p. 52).

Quando se volta às juventudes dos povos e comunidades tradicionais, juventudes LGBT e jovens deficientes, a SNJ enfatiza a preocupação em incentivar PPJs para estes segmentos, entretanto, reconhece a carência de PPJs que abarquem suas especificidades e aponta como desafio para as próximas gestões a intensificação de políticas que contemplem integralmente todos os segmentos juvenis. “Assim, o desafio da transversalidade permanece e deve ser priorizado tanto nas políticas e ações da própria SNJ, quanto no governo como um todo e ainda no pacto federativo. Esse desafio é tratado também, em comitês e Conselhos” (BRASIL, 2014d, p. 48). Nessa mesma perspectiva, Severine (2012) sugere que,

para haver um nível de articulação de fato entre as políticas de juventude com as diferentes áreas de governo e com a sociedade, é preciso repensar e fortalecer um pacto pela juventude, que parta da Secretaria Nacional de Juventude e consiga chegar até onde o jovem está, no município, no bairro, e o conecte com o governo federal. Considerar o local, o território, com suas referências e diferenças, é um dos grandes desafios da política pública de juventude (MACEDO, 2012, p. 225).

Percebe-se que a transversalidade das questões de juventudes ainda vem sendo incorporada nas políticas governamentais, havendo dificuldades sobre seu entendimento, sua adoção e convencimento no âmbito da gestão pública. No que diz respeito às questões das

juventudes no âmbito da cultura, especialmente das PPC, foco deste estudo, visualiza-se esses desafios.

A transversalidade foi pauta da 1ª Conferência Nacional de Juventude, em 2008, onde a discussão se voltou para a necessidade de uma maior integração entre as PPJs propagada pela ideia de que “tratar as questões juvenis de modo transversal significa integrar objetivos e ações das PPs. Mais do que uma pauta exclusiva dos órgãos institucionais de juventude, os jovens devem ser tratados como um assunto estratégico por todo o governo” (BRASIL, 2008a, p. 44).

Nesse sentido, é importante que os esforços para efetivação de uma política transversal de juventudes não se restrinja apenas aos organismos de PPJs, mas, que seja estimulada em todos os órgãos e esferas governamentais como forma de incentivar uma política de cooperação e que tenha continuidade.

Quando voltamos a atenção para os órgãos governamentais da cidade de Palmas, o cenário não é diferente, a SJETO, a Sujuv e a FCP não promovem ações conjuntas entre si e a análise documental não identificou transversalidade nas ações desses órgãos com outros setores governamentais, evidenciando um exercício individual das ações. Nota-se que há dificuldades na promoção de uma política mais transversal, uma vez que a articulação integrada entre os organismos públicos não tem fluído de modo a promover sua efetivação.

As PPs apresentam-se como soluções do Estado para resolução de demandas da sociedade. Rubim e Barbalho (2007, p. 133) destacam, em linhas gerais, que as PPs se referem à “escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente, de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis”.

As PPC vêm sendo consolidadas e estruturadas a partir da parceria do MinC com os Estados, Municípios e/ou sociedade civil, com vistas a fortalecer o SNC, o qual viabiliza a continuidade das PPC, por meio de ações descentralizadas e fomento da institucionalização dos editais como instrumento de seleção e apoio a projetos culturais como é o caso dos pontos de cultura que serão detalhados no capítulo 4 deste trabalho.

Dentre os objetivos estabelecidos pela política cultural com vistas à sua difusão e democratização, destacam-se a “democratização, diversidade, promoção da identidade nacional eliminação das desigualdades de acesso à cultura, distribuição descentralizada dos projetos e instituições culturais, estudo de imagem do país, aquecimento da economia local, etc.” (RUBIM; ROCHA, 2012, p. 60). Atender tais objetivos poderá favorecer a interação

social por meio da preservação da cultura inerente a cada ser humano e, com isso, reforçar o sentimento de pertencimento dos indivíduos enquanto parte da sociedade.

Propiciar ao jovem o acesso à cultura desencadeia em sua formação individual e coletiva, o reconhecimento identitário e o respeito às diversidades. Quando pensamos que grande parte das PPJs e das PPC é idealizada para a classe com menor poder aquisitivo, apesar desta classe já possuir uma trajetória cultural característica do local a qual “pertence”, observa-se que o acesso aos bens culturais, em grande parte, tem sido limitado em função do pouco poder aquisitivo dessa classe social para acessá-los. Deste modo, nota-se que a possibilidade de uma relação integradora entre as PPC e as PPJs, pode contribuir para o desenvolvimento integral dos jovens. Nessa perspectiva, “na atuação do Estado os ganhos são para a coletividade, considerando-se relevantes a produção, o acesso e o consumo cultural como fatores determinantes para a dinâmica da transformação de uma sociedade” (RUBIM; ROCHA, 2012, p. 59).

A relação entre cultura e juventudes também pode ser identificada no PNC, o qual apresenta entre suas estratégias e ações “estimular a formação de redes de equipamentos públicos e privados conforme os perfis culturais e vocações institucionais, promovendo programações diferenciadas para gerações distintas, principalmente as dedicadas às crianças e aos jovens” (BRASIL, Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, 2010). A inclusão de estratégias no PNC com recorte para as juventudes caracteriza uma sensibilização para as especificidades desse segmento.

Uma gestão democrática da cultura passa, para mim, pelo reconhecimento de que deva haver a gestação pública da cultura, que esta deva contemplar a pluralidade das manifestações culturais e abrir espaço para a multiplicidade de seus agentes, que os conflitos que atravessam o social devam se explicitar nas próprias atividades culturais que são apoiadas e contempladas pelas políticas públicas. As produções culturais apoiadas pelo Estado não devem ser o coro dos contentes ou apenas dos descontentes, devem sim dar espaço para que a diversidade cultural se manifeste e com autonomia. Este é o grande desafio colocado para todos os agentes que participam desta relação entre Estado e produção cultural, que é o de gerir a diferença e conflito, a dissensão e a discórdia, sem querer reduzi-los ou apagá-los, mas aceitá-los como índice de potência e de pujança (RUBIM; BARBALHO, 2007, p. 77).

Portanto, entender a cultura como parte de um processo para a construção e valorização identitária dos povos por meio de suas tradições poderá contribuir para o desenvolvimento autoexpressivo dos jovens. No entanto, para que ela seja mais difundida, são necessários investimentos sólidos de recursos por parte do governo às PPC, seja no sentido de reconhecê-las, enquanto características dos povos ou como necessidade básica da sociedade

civil, e que deve ser acessada por todos os cidadãos, e não o contrário, como privilégio de poucos, fator que ocorre principalmente quando se trata da cultura material na dimensão econômica e que permite perpetuar o domínio sobre os demais, devido à apropriação do capital cultural em detrimento do capital econômico que possuem e/ou impondo suas culturas sobre as demais.

Nota-se que o acesso aos bens culturais no Brasil, ainda não ocorre de maneira igual para todos. A cultura e lazer possuem elevados custos para um consumo mais democrático. Segundo Jordão e Allucci (2014), dentre os aspectos mais importantes levados em consideração pelo consumidor brasileiro na escolha de uma atividade cultural, “o preço é o componente de produto mais indicado como importante, seguido de localização/acesso” (JORDÃO; ALLUCCI, 2014, p. 72).

Considerando os indicadores apontados por Jordão e Allucci (2014), incentivar o processo de dialogicidade entre essas políticas apresenta relevância para o fortalecimento destas, como políticas de Estado, no intuito de beneficiar aos que não dispõem de capital financeiro para custear tais atividades e que estão distantes dos grandes centros que concentram os aparelhos culturais.

Souza (2009, p. 85) alerta que “o processo primário de introjeção naturalizada desse critério legitimador de desigualdades, se dá a partir da herança cultural familiar e da escola em todos os seus níveis”. Deste modo, investimentos em saúde, educação, cultura, lazer e profissionalização apresentam-se como alternativas importantes para o cultivo de hábitos e práticas saudáveis para o desenvolvimento dos jovens.

Segundo o Ipea (2009, p. 711), no Brasil, “por se tratar de um país com enormes desigualdades sociais, é natural e importante que a política de juventude privilegie os jovens excluídos e conduza ações mais voltadas para sua inclusão”. Para isso faz-se relevante que as PPJs e as PPC se atentem ao fato de que não basta disponibilizar aos jovens o contato com atividades e informações pouco ou nunca experienciadas, é importante se pensar mecanismos que despertem o interesse deles e, ainda, favorecer-lhes a inclusão para não se correr o risco de chegar ao infortúnio da subutilização ou rejeição da oferta cultural disponibilizada pelo fato de não se sentirem pertencentes ao meio.

Certamente, atender às condições sociais de acesso e favorecer uma distribuição mais ampla dos bens culturais – assim como garantir que não haja obstáculos econômicos que impeçam seu desfrute – este é um dos primeiros passos que se deve dar para democratizar seu consumo. Mas isto só ataca a primeira parte do problema, a do contato com as ofertas culturais, que não é por si só suficiente para gerar um aproveitamento pleno das potencialidades da oferta, nem para fundar uma inclinação

duradoura para a prática cultural. O consumo cultural supõe, em diferentes graus, múltiplas tarefas: busca (que permite identificá-lo e ter acesso a ele), decodificação e apropriação, que requerem um conjunto de disposições e habilidades adquiridas com o tempo [...] A utilização cabal do equipamento depende da aquisição de um conjunto de competências e também da análise específica dos contextos em que se incorpora (JORDÃO; ALLUCCI, 2014, p. 121).

O acesso aos bens culturais, além de oferecer entretenimento e diversão, pode vir a contribuir para o desenvolvimento dos valores de autoexpressão por meio da interação, tanto entre os jovens como por meio da arte e cultura. As PPJs e as PPC apresentam-se com importantes mecanismos de apropriação do conhecimento, desempenhando o papel de minimizar as desigualdades de consumo cultural entre as classes. Essas mesmas políticas trabalhadas de forma transversal têm um potencial de atingir uma parcela maior de jovens.

Nessa mesma perspectiva, considerando que as PPJs são destinadas, principalmente, a jovens residentes em áreas periféricas com alto índice de criminalidade, de baixo poder econômico e com acesso limitado aos bens culturais, elas podem desempenhar o papel de contribuir para a socialização de seus beneficiários, uma vez que a interação durante as atividades culturais aproxima os grupos e reforça os laços identitários. Fraser (2008, p. 203), fazendo alusão aos teóricos do reconhecimento social, destaca que os sujeitos se reconhecem pela “identidad de grupo, realización individual o personalidad autónoma; idiosincrasia cultural, humanidad común o condición del que reclama como socio em la interacción social”.

As PPJs requerem o fomento de ações que despertem o interesse dos jovens, o que pode favorecer o processo de interação, protagonismo, fruição, autoexpressão e construção identitária, tão inerentes ao desenvolvimento cultural destes. Neste mesmo entendimento, Barbosa e Araújo (2009, p. 226) argumentam que “a descrição das culturas juvenis deve levar em consideração a complementaridade das abordagens, a necessidade de políticas que as reconheçam simultaneamente, e desenvolvam ações de promoção e reconhecimento das diferenças”. Diante disso, ao tratar o consumo cultural das juventudes, torna-se relevante considerar o dinamismo e a pluralidade que elas estão envoltas.

Corroborando para a discussão sobre a pluralidade do segmento juvenil, Gomes (2012, p. 7 - 8) ressalta o papel do Estado na qualidade de promover de ações que visem à mudança social, do qual se espera adoção de medidas, alocação de recursos e intervenção social em defesa de jovens enquanto sujeitos de direitos. A autora destaca que, “no Brasil, ainda não há uma política pública que atenda em totalidade aos jovens”. Diante disso, a autora acrescenta que, “estruturar políticas públicas tem se tornado um grande desafio para os governantes”. As constatações de Gomes (2012) corroboram com entendimento levantado nesta pesquisa, de

que as PPJs não têm contemplado todo o território nacional, nem abarcado todas as diversidades dos jovens, o que demonstra pouca prioridade a esse segmento, além da necessidade da participação dos jovens na estruturação de tais políticas, para que elas possam atender efetivamente suas demandas.

Portanto, o Estado possui o importante papel de articular essas políticas, no sentido de incentivá-las e efetivá-las enquanto PPs, acessíveis e de Estado. Para que isso ocorra é relevante ampliar o debate a respeito do fortalecimento da dialogicidade dos organismos de PPJs. Sobre esse aspecto, Turino (2010) chama a atenção, para o fato de que o papel do Estado vai muito além de abrir espaço na agenda para as juventudes explicando que

ouvir a demanda, porém, é insuficiente. É preciso ouvir como fazer, assegurar voz e autonomia, respeitar o protagonismo, empoderar. Para que esta relação entre Estado e os agentes da sociedade não seja aparente e aconteça de forma unidirecional, com diálogos desiguais (em razão do desnivelamento de informação e poder), é necessário urdir redes; muitas redes, redes intermediárias, por afinidades, territórios, públicos, linguagens, interesses; redes que se interconectam. Em rede a sociedade ganha força. O programa Cultura Viva pressupõe a gestão e articulação em rede. Com gestão em rede se estabelece uma outra prática em política pública, podendo gerar um novo tipo de Estado. Um Estado que aprende a conversar com o movimento social de uma outra forma, não como controlador ou provedor, mas como parceiro orgânico, integrado na rede (TURINO, 2010, p. 136).

Nessa perspectiva, a estabilidade e duração das PPs, que ultrapassem a troca das gestões requerem uma maior proximidade entre o Estado e a sociedade civil. Embora, nos últimos anos, o governo federal tenha buscado estreitar esta relação, além de buscar incentivar políticas menos assistencialistas e mais incentivadoras do protagonismo juvenil, nota-se que a política transversal pouco tem avançado.

As políticas de juventudes locais implementadas pelos municípios apresentam papel significativo para a comunidade onde são desenvolvidas, desempenhando a função de complementar as políticas nacionais, impulsionando uma rede de comunicação e cooperação entre as esferas do governo.

Ao direcionar a discussão para as PPJs vigentes em Palmas – TO, também nos deparamos com um cenário bastante carente de assistência aos jovens. A análise documental identificou que não há uma política de combate às desigualdades, tampouco uma preocupação em formular políticas que atendam às especificidades desses jovens. As ações de incentivo ao ingresso dos jovens ao mercado de trabalho são praticamente nulas, considerando que este público vivencia dificuldades para conseguir o primeiro emprego. Desta forma, entende-se que grande parte das políticas são globais, sendo propostas do governo federal, que muitas

vezes não contemplam as demandas locais. Além disso, os organismos de promoção das PPJs enfrentam dificuldades relacionadas à estrutura física, carência de bens materiais e de pessoal e aporte financeiro para a pasta.

Embora, em nível nacional os jovens tenham conseguido entrar na pauta, iniciando um processo de dialogicidade com o governo federal, em Palmas, esta etapa ainda não foi atingida, uma vez que o diálogo ainda não foi priorizado. Observa-se que não há uma agenda estruturada, nem uma parceria entre o Estado e Município e suas intervenções sociais, geralmente, ocorrem isoladas das demais esferas.

Nota-se, também, que o cenário não altera muito quando se trata das PPC desta Capital. Os meios de acessos à cultura, principalmente, as de cunho não oneroso aos espectadores ainda não atendem toda a população palmense. Quando nos voltamos às periferias o problema se agrava. Percebeu-se que a concentração dos menos favorecidos economicamente em Palmas fica distribuída nas regiões satélites desta cidade, incluindo-se os Aurenys, Taquaralto e a chamada Vila União, onde os pontos de cultura investigados encontram-se localizados.

Considerando que os principais pontos de acesso à cultura e lazer estão localizados na região central de Palmas, os jovens de estratos sociais mais baixos terão de se locomover para chegar até eles, o que gera custos. Diante disso, nem todos conseguem acessá-los integralmente, assim, a frequência desse público aos bens culturais como cinema, teatro, parques, museus, shows, eventos, entre outros, apresenta limitações. Portanto, é interessante que o poder público busque corrigir estas distorções para melhor atender essa população ainda bastante desassistida.

Embora os jovens acessem, consideravelmente, as PPC, isso também não faz com que eles sejam integralmente atendidos, uma vez que o segmento juvenil requer a compreensão de seu dinamismo e pluralidade, e as PPC apesar de acolher os jovens não demonstram serem pensadas especificamente, para eles, portanto, não abarca todos os perfis das juventudes. Há que se reconhecer que na última década houve avanços significativos, mas não foram suficientes para a democratização do acesso aos bens culturais a todos os segmentos, incorrendo numa dependência muito grande do governo federal para que as ações sejam implementadas e continuadas.

Portanto, repensar uma melhor consolidação das PPJs no sentido de proporcionar o incentivo à autoexpressão, empoderamento e legitimação das juventudes pode ser uma alternativa a ser considerada pela gestão municipal de Palmas. Além disso, ficou clara a

dificuldade, em todas as esferas, de transversalização das PP, sejam elas de cultura ou juventudes. Implementá-las sem um planejamento, sem diálogo e parceria entre os Ministérios, Conselhos, Secretarias, governos, jovens e sociedade civil seria um caminho um tanto arriscado, uma vez que requerem avaliação e aperfeiçoamento constantes e permanentes.

Portanto, em meio a essa nova conjuntura, que sinaliza priorizar o debate, é importante que sejam estabelecidos diálogos e parcerias, tanto dos governos com os jovens e sociedade civil, como entre os Ministérios, Secretarias e Conselho, com um direcionamento que oriente para a transversalização, estruturação e consolidação dessas PPs, com vistas a incentivar a participação social, formação e desenvolvimento autoexpressivo dos jovens, questões que serão discutidas no próximo capítulo.

#### **4. A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA EM PALMAS: ENFOQUE NOS PONTOS DE CULTURA ARTE-FATO E CABANA CULTURAL**

Este capítulo retoma a discussão da Política Nacional de Cultura Viva, com enfoque no acesso dos jovens a essa Política. Embora a PNCV não tenha sido criada especificamente para os jovens, tem-se identificado o acesso de uma parcela significativa deste segmento a ela, como será visto a seguir, por meio do estudo da participação das juventudes nos pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural no Município de Palmas, Tocantins.

A participação do segmento juvenil na PNCV ocorre em função da maioria dos projetos que concorrem aos editais para a obtenção da certificação, enquanto ponto de cultura, ter como público alvo os jovens. Segundo o Ipea (2010, p. 73), “as regiões Norte, Nordeste e Sudeste informaram ter como público-alvo adolescentes e jovens adultos, seguido de uma preferência por estudantes de rede pública nas regiões Centro-Oeste e Sul”<sup>49</sup>. Todavia, vale destacar que a priorização do segmento juvenil pelos gestores não faz da PNCV uma PP específica para este segmento.

Segundo Brasil (2014a), a PNCV busca “fortalecer o protagonismo cultural na sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais, grupos e comunidades, ampliando o acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais”<sup>50</sup>.

Dentre as propostas da PNCV, destaca-se a de beneficiar as populações em situação de vulnerabilidade social e com acesso reduzido aos bens culturais. Para isso, busca valorizar estrategicamente o protagonismo sociocultural e as iniciativas culturais já existentes de comunidades de forma a reconhecer tais meios de produção, enquanto pontos de cultura com vistas a incentivar a circulação e fruição de bens e serviços culturais.

Outro aspecto interessante na proposta da PNCV é a articulação em rede, que incentiva a criação de um sistema colaborativo constituído a partir da integração por meio de redes sociais e culturais, com vistas a adotar princípios de gestão compartilhada entre agentes culturais não governamentais e o Estado, além de fomentar a economia solidária e criativa nos pontos de cultura. Os pontos aqui analisados estão conectados à Rede de Pontos de Cultura de Palmas, a qual integra o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

---

<sup>49</sup> Pesquisa realizada por meio de questionário avaliar os pontos de cultura conveniados ao MinC até dezembro de 2007. Para mais informações consultar IPEA, 2010.

<sup>50</sup> Disponível em: <http://mais.cultura.gov.br/2009/02/09/410/> Acesso em 16 jul. 2014.

O acesso dessas iniciativas culturais, já existentes, a essa Política ocorre por meio de seleção de projetos culturais que estejam em consonância com os editais de seleção que são publicados a partir de convênios entre o MinC e os governos estaduais, municipais e Distrito Federal, que ficam responsáveis por articular a seleção dos projetos e acompanhar as atividades propostas pelos pontos de cultura. Além dessa modalidade, a PNCV permite que os pontos de cultura firmem convênio diretamente com o MinC e a prestação de contas é feita por meio do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

Os pontos de cultura, os pontões de cultura e o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura são instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva.

Os pontos de cultura são entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades. Os pontões de cultura são entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas. Já, o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura é integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura (BRASIL, Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, 2014b).

O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura favorece o mapeamento, interação e comunicação entre as entidades federativas no intuito de propiciar o reconhecimento dos pontos e pontões de cultura. Devido ao foco desta pesquisa centrar-se nos pontos de cultura, não temos a pretensão aqui de aprofundar a discussão sobre os pontões de cultura<sup>51</sup>.

A PNCV passou por diversos processos de reestruturação até se tornar uma PP que buscasse garantir o compromisso do governo federal, no esforço de uma parceria entre a União, os Estados, o Distrito Federal (DF), os Municípios e a sociedade civil, no intuito de ampliar, por meio dos pontos e pontões de cultura, o acesso da população aos bens culturais.

Com a nova Lei, o Sistema Nacional de Cultura passará a ter uma política de base comunitária que possibilitará a ampliação do exercício dos direitos culturais no Brasil. O Cultura Viva terá garantia de longevidade e de mais recursos para serem

---

<sup>51</sup> Para mais informações sobre os demais instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, consultar a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

ampliados no fomento de novos pontos de cultura. Além disso, o repasse dos recursos será simplificado. A transformação em política de Estado também fortalece a meta do Plano Nacional de Cultura (PNC), de chegar a 15 mil pontos de cultura até 2020. Hoje, são cerca de 4 mil, distribuídos para mais de mil municípios de todas as Unidades da Federação (BRASIL, 2014a).<sup>52</sup>

Com a mudança do Programa Cultura Viva para PNCV, os recursos para os pontos de cultura e entidades podem ser repassados por meio de um novo instrumento jurídico, o Termo de Compromisso Cultural. A adoção do Termo possibilitou a opção de adesão à Política de forma direta com o MinC, sendo facultativa a gestão dos convênios por meio dos Estados e Municípios. Nessa modalidade, a transferência dos recursos para as entidades culturais integrantes do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura ocorre por meio de contas específicas para esse fim e condicionada ao cumprimento do Termo de Compromisso Cultural. Assim sendo, a gestão dos convênios passou a ter as seguintes opções de modalidades: Estados, Distrito Federal, Municípios ou diretamente pelo MinC, dependendo do edital concorrido.

Até o ano de 2014, o repasse aos pontos de cultura ocorria por meio de convênios firmados entre o MinC e os Estados, Distrito Federal, ou Municípios que eram responsáveis pelo gerenciamento da seleção e acompanhamento dos pontos de cultura, podendo haver a prorrogação dos convênios. Os repasses totalizavam R\$180.000 (cento e oitenta mil reais) para cada ponto de cultura, divididos em parcelas anuais de R\$ 60.000 (sessenta mil reais) em um total de 03 anos, havendo, ainda, a modalidade de apoio às entidades culturais juridicamente constituídas por meio de premiações, que ocorrem através de editais específicos.

Com a PNCV, há a expectativa de o repasse ser corrigido para até R\$ 360.000 (trezentos e sessenta mil reais) para cada ponto de cultura e o valor da parcela anual pode chegar até R\$ 120.000 (cento e vinte mil reais). Entretanto, esta é uma discussão que encontra-se em andamento em função da elaboração da Instrução Normativa (IN) que regulamenta a PNCV<sup>53</sup>, a qual também ainda não foi finalizada.

Tendo em vista a noção de que a PNCV é desenvolvida em parceria com a sociedade civil, a possibilidade de escolha das atividades a serem ofertadas pelos pontos de cultura possui a flexibilidade de se adequarem ao contexto da comunidade em que o ponto encontra-

---

<sup>52</sup> Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/> Acesso em 31 jul. 2014.

<sup>53</sup> Disponível em:

[http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1240160](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1240160) Acesso em 30 mar. 2015.

se inserido e o interesse da sociedade pelas oficinas oferecidas poderá legitimar ou não sua atuação, enquanto mecanismo de promoção do acesso aos bens culturais, além de endossar ou não, sua continuidade. Isso retrata a adoção de procedimentos que descentralizam as decisões e uma maior abertura em prol da participação social na promoção e na implantação das PPs. A participação dos jovens no processo de definição das atividades também foi objeto de atenção desta dissertação durante a pesquisa empírica nos pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural.

A PNCV também apresenta limitações constatadas pelo MinC a partir da publicação dos princípios orientadores da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC),<sup>54</sup> a qual possui, entre suas atribuições, planejar, coordenar, monitorar e avaliar políticas, programas, projetos e ações para a promoção da cidadania e da diversidade cultural brasileira. A orientação da SCDC para a PNCV incide na ampliação das ações com consistência e responsabilidade, destacando-se como valores centrais para a sustentabilidade dessa Política no médio e longo prazo. Além disso, quando houver necessidade, o Cultura Viva terá de rever as ações para que sejam desenvolvidas com as qualidades exigidas pelo governo e pela sociedade civil.

Devido aos diversos processos de estruturação da PNCV é possível identificar uma divisão na história dessa Política que vai desde sua criação até o ano de 2010. Inicialmente, o gerenciamento dos convênios buscava aproximar-se à concepção de política, na tentativa de fugir aos instrumentos tradicionais da administração pública.

A partir de 2010, com a publicação do livro “Cultura Viva: Avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania”, pelo IPEA, o qual apresenta um estudo sobre o gerenciamento do Programa Cultura Viva no período de 2007 a 2008, inicia-se um processo de inclinação para o realinhamento do então Programa.

Em 2011 o IPEA lançou outras duas<sup>55</sup> publicações que tinham como objeto debater e avaliar o Programa Cultura Viva. As publicações do IPEA resultaram na celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre o MinC e o IPEA no intuito de implementar ações conjuntas de estudos e pesquisas, de interesse mútuo, principalmente, a respeito de temas

---

<sup>54</sup> Criada por meio do Decreto/MinC nº 7743/2012, de 1º de junho de 2012, a SCDC é resultado da união da Diretoria da Cidadania e a da Diversidade Cultural. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/politicas5/-/asset\\_publisher/WORBGxCl6bB/content/obec-sera-instrumento-de-politica-publica-do-minc-525683/10913](http://www.cultura.gov.br/politicas5/-/asset_publisher/WORBGxCl6bB/content/obec-sera-instrumento-de-politica-publica-do-minc-525683/10913) Acesso em 27 mar. 2015.

<sup>55</sup> Para consultar as publicações do IPEA, acessar: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12322](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12322) Acesso em 31 mar. 2015.

relativos às PPs. Tais publicações apontaram a necessidade do redesenho do Programa Cultura Viva com vistas a se tornar uma Política Nacional de Cultura Viva.

Essa necessidade de mudança no Cultura Viva ocorreu, a partir do diagnóstico de que o Programa apresentava dificuldades relacionadas ao gerenciamento dos convênios do pontos de cultura. Com isso, a partir de 2010, o foco da PNCV centrou-se tanto nos alcances como nas limitações da Política, em que a gestão dos convênios passou a ser encarada como um instrumento que oferece condições para o desenvolvimento das ações.

O reconhecimento de que tal Política, enquanto Programa, apresentava fragilidades orientou para o seu redesenho. Para isso, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Cultura Viva<sup>56</sup>, o qual foi coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e supervisionado pelo MinC no intuito de realinhar o Programa, naquela época, conforme as orientações da SCDC. Após o encerramento das discussões do GT Cultura Viva, o IPEA publicou em 2012 o Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva – Grupo de Trabalho Cultura Viva<sup>57</sup>, o qual apresenta que o Programa enfrentava dificuldades como:

- 1) baixa capacidade de gestão por instrumentos de políticas públicas;
- 2) sobreposição de competências na estrutura interna;
- 3) grande quantidade de prestação de contas pendentes;
- 4) atraso nos repasses de recursos para instituições componentes do Programa;
- 5) insuficiência dos instrumentos de monitoramento;
- 6) indefinição de prioridades e estratégias;
- 7) insuficiência de recursos humanos;
- 8) insuficiência de recursos financeiros; e
- 9) Dificuldade de grupos expostos à situações de riscos de terem seus modos de vida, saberes e fazeres culturais reconhecidos e valorizados, bem como de terem acesso aos meios de preservação, fruição e exercício dos direitos culturais e apropriação do patrimônio cultural.

Além desses “problemas”, o Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva chamou a atenção para o fato de que as orientações referentes ao Programa não apresentam consenso por parte de sua gestão e enfatizou a grande dificuldade em relação à prestação de contas por

---

<sup>56</sup> Instituído por meio da Portaria/MinC nº 45, de 19 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1> Acesso em 27 mar. 2015.

<sup>57</sup> Para maiores informações consultar:

<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2013/01/IPEA-RESULTADO-DO-REDESENHO-PCV-19dez-SCDC.pdf> Acesso em 26 fev. 2015.

parte dos gestores dos Pontos de Cultura. Identifica-se, também, que o Programa Cultura Viva possuía limitações quanto ao alcance territorial, concentrando-se, principalmente, nas capitais. Essa situação ainda vem ocorrendo com a PNCV. Referindo-se a essa questão, o Ipea (2010, p. 62) destaca que “deve-se reconhecer sua pequena abrangência em termos populacionais e territoriais, assim como seu insulamento relativamente ao conjunto de estratégias globais das políticas públicas”.

Diante disso, nota-se que a PNCV ainda apresenta diversos pontos a serem melhorados para atingir seus objetivos que, entre outras questões buscam “garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispendo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais” (BRASIL, Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, 2014b).

Assim sendo, verifica-se que a PNCV possui tanto aspectos que comprovam sua efetividade e justifiquem sua existência, como aspectos a serem melhorados retratados nas dificuldades de resolver questões básicas, como diálogo interno, dificultando ainda mais o processo dialógico entre as gestões da PNCV e dos pontos de cultura. Também enfrenta dificuldades quanto ao reconhecimento e valorização cultural de grupos excluídos, tais como jovens, mulheres, idosos, ciganos, entre outros, o que prejudica a legitimação da identidade desses segmentos.

O redesenho da PNCV abriu espaço para as culturas populares, as iniciativas midiáticas, digitais, as comunidades tradicionais, entre outras, adentrarem ao circuito cultural brasileiro como protagonistas, de maneira a incentivar a cidadania e a diversidade cultural. Além disso, busca superar o senso comum de que há uma cultura superior a ser mais valorizada.

Outro aspecto interessante na proposta da PNCV é a articulação dos pontos de cultura em rede, que deverá ser integrada a uma rede maior, a Rede Cultura Viva. Essa proposta incentiva à criação de um sistema colaborativo constituído a partir da integração por meio de redes sociais e culturais, com vistas a adotar princípios de gestão compartilhada entre agentes culturais não governamentais e o Estado, além de fomentar as economias solidária e criativa, nos pontos de cultura.

A PNCV tem simbolizado a inovação das PPC, uma vez que busca a valorização da cultura imaterial representada pelas manifestações culturais tradicionais. Essa nova perspectiva de democratização cultural busca incluir, por meio de PPs, uma parcela significativa de brasileiros, considerando que o foco dessa Política está, principalmente, nos

grupos marginalizados. Entretanto, observa-se que ela não possui abrangência suficiente para democratizar o acesso aos bens culturais em todo o território nacional.

Os pontos de cultura possuem uma realidade complexa em virtude de seus gerenciamentos fugirem aos instrumentos tradicionais da administração pública, em que não há a padronização, mas a primazia pelo incentivo às manifestações culturais locais e tradicionais, incluindo suas especificidades. Diante disso, a certificação enquanto ponto de cultura ocorre a partir da representatividade cultural de cada instituição.

Embora a proposta da PNCV seja inovadora, a realidade esbarra em questões que ainda carecem superação. A partir dos estudos do IPEA que geraram várias publicações sobre o tema, observa-se que os pontos de cultura têm enfrentado dificuldades para manter o fluxo de documentos referentes à Política, tanto pela inexperiência dos Coordenadores dos pontos em lidar com o gerenciamento dessas informações, como pela falta de espaço físico para o tratamento de dados e arquivamento de documentos, esse é o caso do ponto de cultura Cabana Cultural, como veremos a seguir.

Vive-se a realidade em que muitos pontos de cultura utilizam instalações de escolas, universidades e instituições parceiras, outros são fixados em espaços alugados e, em meio a essa conjuntura, nem todos conseguem manter as informações organizadas e atualizadas, resultando em dificuldades durante a prestação de contas dos recursos recebidos e na dispersão da memória dos pontos, “problemas” que são destaques tanto no Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva – Grupo de Trabalho Cultura Viva (2012), quanto nas demais publicações do IPEA, situação que também foi evidenciada na pesquisa de campo dos dois pontos de cultura investigados.

Além disso, os pontos de cultura trabalham na perspectiva de cultura imaterial, transmitida por meio de práticas e histórias orais. Logo, o cultivo cultural ocorre a partir das diferentes percepções de cada produtor cultural, negligenciando o procedimento de documentação e elaboração dos conceitos das atividades oferecidas nos pontos de cultura, que nem sempre possuem clareza e estabilidade, retratando as dificuldades da estrutura pública para lidar com a proposta inovadora da Política Nacional de Cultura Viva.

A democratização da cultura aos jovens na capital tocantinense ainda é um grande desafio para gestão pública. Foi possível identificar, na análise documental, que as iniciativas municipais e estaduais de formulação de PPC<sup>58</sup> ainda são restritas, principalmente, no âmbito

---

<sup>58</sup> Devido à recente criação do Estado do Tocantins (1988) e, conseqüentemente de sua capital, Palmas (1989), o povo palmense ainda vem construindo sua identidade cultural. Sua estruturação vem sendo estimulada a partir da

estadual, que ainda não conseguiu elaborar o Plano Estadual de Cultura a partir das diretrizes do PNC. Observa-se que a gestão municipal apresenta maiores avanços no que se refere à organização e alocação de recursos, que são previstos por meio da Lei Municipal de incentivo à cultura<sup>59</sup>. Entretanto, não foi encontrada uma política de cultura específica para o segmento juvenil palmense, considerando o elevado número de jovens residentes nesta capital.

A população palmense é de 257.904<sup>60</sup> habitantes, onde aproximadamente 34% da população é composta por jovens entre 15 e 29 anos, com um perfil<sup>61</sup> constituído por 36.559 (47,6%) estudantes, destes, 17.943 (49,07%) são estudantes universitários; 12.270 (33,56%) são estudantes do ensino médio; 4.508 (12,33%) são estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou supletivos; e 1.838 (5,04%) são estudantes de especializações e/ou mestrados.

Sobre a empregabilidade, o Censo/IBGE (2010)<sup>62</sup> apresenta que, dos 50.181 (65,35%) jovens entrevistados, de um total de 76.789 de jovens residentes na capital, dizem ser economicamente ativos, ou seja, possuem emprego ou renda; 13.324 (17,35%) jovens dizem ser economicamente inativos, ou seja, não têm renda, nem emprego e 13.284 (17,3%) jovens não quiseram ou não souberam responder.

Ao analisar as PPC, descritas nos Relatórios de gestão da Sujuv e na página eletrônica<sup>63</sup> da SJETO, que contemplam o segmento juvenil em Palmas, deparamo-nos com a seguinte situação: devido a SJETO e a Sujuv, que são os órgãos específicos para prestar assistência ao segmento juvenil, limitarem-se a desenvolver programas de cunho assistencialista, de pouca abrangência e executar os programas propostos pelo Governo Federal, os jovens possuem poucas opções de acesso a PPs, com isso têm buscado alternativas

---

Lei nº 1850, de 30 de dezembro de 2011, a qual institui o Sistema Municipal de Cultura de Palmas - SMCP com vistas a integrar e articular os órgãos, programas e ações culturais do Poder Público do Município de Palmas, União, Estado do Tocantins e instituições parceiras, inclusive algumas integrantes do Sistema “S” (constituído pelas instituições brasileiras de interesse profissional: Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Sesc – Serviço Social do Comércio, Secoop – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Sesi – Serviço Social da Indústria, Sest – Serviço Social de Transporte, Senat – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte e Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

<sup>59</sup> Lei Complementar nº 278, de 8 de maio de 2013, de Incentivo à Cultura no âmbito Municipal de Palmas Acesso em 21 jul. 2014.

<sup>60</sup> Disponível em: [http://www.palmas.to.gov.br/conheca\\_palmas/a-cidade/](http://www.palmas.to.gov.br/conheca_palmas/a-cidade/) Acesso em 21 jul. 2014.

<sup>61</sup> Disponível em:

[http://portal.palmas.to.gov.br/media/doc/arquivoservico/DOCUMENTO\\_REFERENCIA\\_PLANO\\_MUNICIPAL\\_DE\\_EDUCACAO.pdf](http://portal.palmas.to.gov.br/media/doc/arquivoservico/DOCUMENTO_REFERENCIA_PLANO_MUNICIPAL_DE_EDUCACAO.pdf) Acesso em 21 jul. 2014.

<sup>62</sup> Para maiores informações consulta: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/> Acesso em 21 jul. 2014.

<sup>63</sup> <http://sejuv.to.gov.br/> Acesso em 27 mar. 2015.

em outros segmentos, conforme identificado no acesso à PNCV que, cabe destacar, não é uma política pública elaborada exclusivamente para as juventudes.

Considerando que esta Capital possui em seu quadro populacional um elevado número de jovens é contraditório não identificar PPs provenientes da Sujuv que reconheçam a pluralidade do segmento juvenil.

A Superintendência de Juventude Estadual, que deveria atuar em todo o Estado, até 2014 possuía uma atuação restrita no desenvolvimento de Programas<sup>64</sup> que contemplem os jovens. São eles: 1) Mérito Juvenil – Prêmio Internacional para a Juventude – busca o desenvolvimento e motivação de rapazes entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos no Programa Voluntário de atividades para o crescimento pessoal durante o período entre a adolescência e fase adulta; 2) Telecentro BR - viabiliza espaços públicos gratuitos de inclusão digital e capacitação profissional, faz parte do Programa Nacional de Inclusão Digital do Governo Federal; 3) ProJovem Trabalhador – preparação de jovens entre 18 e 29 anos para o mercado de trabalho. Faz parte do Programa Nacional de Inclusão de Jovens e é uma iniciativa do Governo Federal por meio do MTE em parceria com os governos estaduais; e 4) Política Nacional de Cultura Viva - a qual vem sendo discutida ao longo desta pesquisa.

A PNCV, por apresentar a dinâmica de gestão compartilhada da União com os Estados, Distrito Federal e Municípios, além de possuir vínculo com o Estado do Tocantins, também possui convênio com o Município de Palmas por meio da FCP. No caso desta pesquisa, o estudo se voltou à parceria entre a União, por meio do MinC, e o Município, uma vez que os pontos de cultura estudados são de responsabilidade da FCP. Esta opção ocorreu em função dos pontos de cultura investigados apresentarem características que melhor atendessem às demandas desta pesquisa.

A Sujuv é um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Ação Social e Defesa do Consumidor da Prefeitura Municipal de Palmas, responsável pela pasta referente às juventudes palmenses. Segundo o Relatório de Gestão 2013<sup>65</sup> e o Relatório Parcial de Gestão 2014 da Sujuv, há os seguintes Programas voltados para a população jovem de Palmas: 1) Cartão do Estudante - benefício com um quantitativo entre 22,50 e 45 reais, para a compra de

---

<sup>64</sup> Para maiores informações acessar: <http://sejuv.to.gov.br/> Acesso em 27 mar. 2015.

<sup>65</sup> Obtido a partir de uma palestra ministrada em 2013 pela Senhora Márcia Ribeiro, Coordenadora da Sujuv na época, a qual ocorreu durante uma aula da disciplina Políticas Públicas para Juventude do PPGDR e foi disponibilizado via email aos espectadores da palestra. Em novembro de 2014 esta pesquisadora, após ir até a Sujuv, conseguiu uma versão parcial do relatório de gestão referente ao ano de 2014. Entretanto, no que se refere às ações da Sujuv, não foi detectada a inclusão de nenhum outro programa ao relatório de gestão daquela Superintendência.

passagens de transporte urbano de estudantes de baixa renda, que cursam graduação ou ensino técnico, regularmente matriculados em instituições de ensino de Palmas; 2) Arena Jovem - fomenta o lazer, prática esportiva, cultura, socialização e integração de jovens e famílias na temporada de praia, na capital; 3) Cursinho Pré-Vestibular – em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), oferece curso pré-vestibular a alunos provenientes de escolas públicas; 4) Estação da Juventude<sup>66</sup> - em parceria com a SNJ, busca fomentar PPs para os jovens; 5) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) - oferece qualificação de mão de obra com vistas a direcionar os jovens ao mercado de trabalho em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Rede Federal e Estadual de ensino; 6) Programa Juventude Viva - prevenção à violência contra os jovens negros e combate a banalização da violência no Brasil em parceria com a SNJ; 7) Projeto de Protagonismo Juvenil – promove atividades e palestras de incentivo ao protagonismo juvenil; 8) Projeto de Apoio à Cultura Juvenil – busca apoiar de iniciativas culturais que visem a criação e difusão artística de jovens das comunidades de Palmas. Embora no Relatório de Gestão 2013 constem ações deste Projeto, o Relatório parcial de Gestão 2014<sup>67</sup> não apresenta sua continuidade. Também não foi possível identificar nas páginas eletrônicas, nem nos meios de comunicação do Município nenhuma notícia sobre a execução dele durante o ano de 2014; 9) Acorde – Festival de música para jovens - embora conste no relatório de gestão da Sujuv, não apresenta detalhamento de nenhuma atividade ou ação desenvolvida durante os anos de 2013 e 2014; e 10) Projeto de Empreendedorismo Juvenil - é uma proposta de projeto que ainda encontra-se em fase de desenvolvimento, por isso não apresenta muitos detalhes, uma vez que poderá ser modificada até sua conclusão, constando no relatório de gestão da Sujuv apenas a expressão “em desenvolvimento”. Ressalta-se que esta expressão, consta tanto no Relatório de Gestão de 2013 quanto no Relatório Parcial de Gestão de 2014 da Sujuv, o que nos leva a crer, que não houve progresso desse Projeto, durante esse período.

---

<sup>66</sup> Em Palmas, a proposta é criar um centro de referência de inclusão digital, na Subprefeitura, no Shopping da cidadania, em Taquaralto, bairro na região sul de Palmas, com a finalidade de atender aos jovens de 15 a 29 anos. O programa se estende a curso de música, oficinas de dança e interpretação de teatro, totalizando aproximadamente, 1600 beneficiados.

Matéria disponível em: <http://www.t1noticias.com.br/cidades/programa-estacao-da-juventude-seleciona-palmas-capital-vai-receber-r-220-mil/53174/> Acesso em 23 nov. 2014.

<sup>67</sup> Apesar deste Relatório ser parcial, ele foi adquirido no mês de novembro de 2014, restando pouco mais de um mês para o encerramento daquele ano civil.

Embora o Relatório de Gestão da Sujuv apresente um número razoável de programas/projetos, em uma análise mais acurada das informações, percebe-se que essas políticas enfrentam dificuldade de efetivação. Ao analisar os relatórios não foi possível identificar evidências do desenvolvimento de todas as propostas de programas, além disso, os documentos demonstram que os programas/projetos possuem curto alcance, retratando um cenário de pouca efetividade na assistência juvenil.

A análise documental dos Relatórios de Gestão da Sujuv e a análise das informações disponíveis na página eletrônica da SJETO<sup>68</sup> refletem que os Programas desenvolvidos por essas Superintendências são incentivados e mantidos pelo Governo Federal e, as ações desenvolvidas por elas, ainda têm uma visão assistencialista, em que a autoexpressão e protagonismo juvenil são pouco incentivados.

Observou-se também que a SJETO e a Sujuv não primam pela transversalidade, uma vez que não foi possível identificar nos Relatórios dessas Superintendências parcerias com outros órgãos, sem contar que essas ações possuem a continuidade ameaçada a cada troca de gestão, devido a pouca priorização do segmento juvenil tanto pela gestão estadual quanto pela municipal.

Os Relatórios de gestão da Sujuv retratam a pouca eficiência desta Superintendência em gerir programas de incentivo e promoção à cultura para os jovens. A análise documental apontou que, atualmente, há poucas ações que oportunizem aos jovens o acesso a bens culturais em Palmas incentivadas pela Sujuv, a qual demonstra dependência dos incentivos do governo federal para o desenvolvimento de programas.

Quando nos atentamos ao Programa Estação da Juventude, ao Projeto de Apoio à Cultura Juvenil e ao Projeto Acorde – Festival de música para jovens, que deveriam promover e incentivar a cultura juvenil, foi possível identificar efetividade de ações apenas do Programa Estação juventude, que é uma proposta do governo federal, por meio da SNJ. Quanto aos demais, em momento algum dos Relatórios de Gestão da Sujuv constam evidências da execução deles.

---

<sup>68</sup> Com o novo governo que tomou posse em 1º de janeiro de 2015, a Secretaria da Juventude do Estado do Tocantins (Sejuv) se tornou Superintendência da Juventude Estadual e passou a integrar a Secretaria de Esporte, Lazer Juventude do Estado do Tocantins, perdendo assim status, o que demonstra pouco caso com o segmento juvenil. As informações sobre as políticas desenvolvidas por essa Superintendência foram adquiridas por meio da página [www.sejuv.to.gov.br](http://www.sejuv.to.gov.br) e confirmadas pessoalmente pela Sujuv durante visita à sede da Superintendência em 13/jan./2015. Embora esta pesquisadora tenha solicitado à gestão da Superintendência Estadual de Juventude Relatórios e/ou documentos que comprovassem a efetividade dos Programas desenvolvidos, os documentos não foram disponibilizados, sob a justificativa de que com a mudança da gestão, tais documentos ainda não haviam sido localizados.

Observa-se, também, que não existem atuações conjuntas entre a Sujuv e a FCP. A Sujuv, que deveria ser a principal fomentadora de projetos de cultura para a população jovem, ainda não conseguiu avançar na oferta de Programas que não apresentem cunho assistencialista. Situação que pode ser evidenciada no caso Cartão do Estudante, que se restringe em oferecer o valor de 22,50 a 45 reais aos estudantes de baixa renda que cursam graduação ou ensino técnico em Palmas, para a compra mensal de passagens de transporte urbano.

Percebeu-se, também, que os programas/projetos ainda são pouco difundidos e de ações descontinuadas, fatores identificados nas referências ao Projeto de Apoio à Cultura Juvenil e Projeto de Protagonismo Juvenil, que não apresentam sequer uma planilha com projeção das ações a serem desenvolvidas ao longo do ano. Isso minimiza aos oriundos das classes menos favorecidas, as chances de desfrutar de um importante mecanismo de participação cultural, haja vista que estes poderiam ser os únicos meios de acessar este tipo de bem cultural, considerando que alguns programas culturais ainda dependem de capital financeiro.

Logo, na ausência de programas e projetos mais atrativos e de cunho menos assistencialista aos jovens, desenvolvidos pela SJETO e pela Sujuv, a PNCV em Palmas ganha destaque pela oferta de atividades, através dos pontos de cultura, que vem despertando o interesse do segmento juvenil. Apesar do interesse dos jovens pelos pontos de cultura, não foi identificado diálogo entre a Sujuv e os pontos investigados em Palmas, o que negligencia o processo de transversalidade, fundamental para a efetivação e alcance das políticas públicas.

Embora a FCP não tenha como enfoque os jovens, optamos por incluí-la nesta contextualização e pesquisa, uma vez que ela é a unidade gestora dos pontos de cultura investigados neste estudo. A participação dos jovens nas atividades da PNCV sugere que este segmento ainda não se encontra integralmente contemplado pelas PPJs ofertadas em Palmas, uma vez que os jovens têm buscado alternativas de PP além das ofertadas pelas Superintendências Municipal e Estadual de Juventude.

A FCP, é responsável pelo convênio de 10 (dez) pontos de cultura com o MinC, os quais, segundo a FCP, encontram-se ativos oferecendo à população diversas atividades como teatro, violão, teclado, dança de rua, percussão, bateria, dança popular, violino, quadrilha, cinema, leitura, redação, artesanato, reciclagem, entre outras.

Os convênios dos pontos de cultura com o MinC, gerenciados pela Prefeitura Municipal de Palmas, tinham a duração prevista para 3 (três) anos (dez/2010 a dez./2013),

entretanto, até então, foram aditivados por duas vezes, com o primeiro aditamento até 30 de dezembro de 2014 e o segundo até dia 14 de outubro de 2015, conforme respectivas publicações no Diário Oficial do Município de Palmas, de 7 de março de 2013 e Diário Oficial do Município de Palmas, de 19 de dezembro de 2014. Segundo os Coordenadores dos pontos de cultura investigados, a FCP informou que os convênios não deverão mais ser prorrogados.

A apropriação dessas PPC pelos jovens tem propiciado a eles desenvolver os valores de autoexpressão, conforme será detalhado na Figura 6 desta pesquisa. No entanto, devido a PNCV não ser exclusivamente, para as juventudes, nota-se que nem todos os pontos de cultura têm conseguido atender às demandas específicas dos jovens, situação que veremos com a contextualização e análise dos pontos de cultura a seguir.

#### **4.1 Ponto de Cultura Arte-Fato**

O ponto de cultura Arte-fato faz parte das ações desenvolvidas pela Associação Ação Social Jesus de Nazaré (AASJN) ligada à igreja católica. Teve início em agosto de 2000, envolvendo apenas crianças das Comunidades São Lucas e São Mateus<sup>69</sup> e funcionava no espaço da Igreja São Mateus. Inicialmente, o projeto era denominado Educar Brincando, posteriormente, passou a chamar-se Projeto Arte-Fato, obtendo a certificação de ponto de cultura em 2010, após ter sido contemplado pelo Edital nº 001, de 16 de dezembro de 2009 – Seleção para Rede de Pontos de Cultura do Município de Palmas.

Atualmente, a AASJN dispõe de espaço físico próprio para o desenvolvimento das atividades do Arte-fato, com localização na quadra 307 Norte, alameda 21, APM 2, em Palmas – TO, possui 4 (quatro) salas para o desenvolvimento das oficinas, uma secretaria, uma cantina, dois banheiros, um espaço coberto para recreação e um espaço para apresentações artísticas a céu aberto.

Em termos de números, o ponto de Cultura Arte-fato iniciou com aproximadamente 70 (setenta) crianças e, atualmente, atende 251 (duzentos e cinquenta e uma) crianças e jovens entre 7 (sete) e 18 (dezoito) anos. O ano de 2014 destacou-se, devido ao elevado quantitativo de inscrições que as oficinas do ponto de cultura receberam, chegando a 598 (quinhentos e

---

<sup>69</sup> Igrejas situadas no Município de Palmas – TO, respectivamente, nas quadras 607 Norte (antiga Arno 73) e 405 Norte (antiga Arno 42).

noventa e oito) matrículas, distribuídas entre os períodos matutino, vespertino e noturno, da quais, 160 (cento e sessenta) foram de jovens.

Entretanto, no ano de 2015, até a pesquisa empírica, haviam sido realizadas 251 (duzentos e cinquenta e uma) inscrições no Arte-fato, das quais foram identificados apenas 10 (dez) jovens, o que sugere que a ausência de atividades noturnas tornou inviável a matrícula deles.

Devido à inexpressiva participação dos jovens no Arte-fato durante o ano de 2015 e com vistas a aprofundar a discussão sobre a (não) participação dos jovens naquele ponto de cultura durante o ano de 2015 optou-se por entrevistar a Coordenadora do Arte-fato<sup>70</sup>, para melhor entender o que levou os jovens a deixar de participar das atividades e quais os motivos da não oferta de atividades durante o período noturno. Quanto às demais informações, a pesquisadora optou guiar-se pela análise documental, uma vez que nas conversas iniciais com os gestores eles se norteavam pelos documentos disponibilizados a esta pesquisa para responder as questões apontadas. Por esse motivo não foi entrevistado o Coordenador do ponto de cultura Cabana Cultural e também porque este ponto, diferentemente do Arte-Fato, possui uma vasta participação do segmento juvenil.

Atualmente, as oficinas têm sido ofertadas apenas nos períodos matutino e vespertino, o que a pesquisa de campo identificou como um problema para a participação dos jovens que geralmente têm preferência por atividades noturnas, devido ao fato de estudarem e/ou trabalharem no mesmo período em que as atividades do ponto de cultura são ofertadas.

As oficinas de percussão, bateria, teatro, teclado, violão, balé, dança de salão e esporte e lazer são ofertadas duas vezes por semana, de segunda a quinta-feira. As atividades culturais do Arte-fato podem ser classificadas como bens culturais imateriais, uma vez que se relacionam ao desenvolvimento de habilidades artísticas e musicais.

De acordo com o Projeto do ponto de cultura Arte-fato, “a ideia de realizar um trabalho na área de arte-educação nasceu da constatação da falta de oportunidade de crianças, adolescentes e jovens em participarem de atividades culturais, especialmente, nas regiões periféricas de Palmas” (AASJN, 2010, p. 3).

O ponto de cultura Arte-fato possui como proposta destinar suas atividades a pessoas provenientes de escolas públicas, e de famílias socialmente vulneráveis, de baixa renda e,

---

<sup>70</sup> Entrevista I – concedida em 23/mar./2015 a esta pesquisadora por Marinete Maria da Cruz Andrade, Coordenadora do ponto de cultura Arte-fato. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice C desta dissertação.

consequentemente, afetados pela dificuldade de acesso à cultura, em que muitos alunos têm de trabalhar informalmente para complementar a renda familiar, desenvolvendo as funções de “engraxate, guarda-carros, vendedor de geladinho (suco congelado em saquinho), dentre outras” (AASJN, 2010, p. 3). Além disso, busca promover aos seus frequentadores “o convívio social de forma participativa e crítica para que os mesmos interfiram positivamente nas mudanças de melhorias sociais, tendo como base o seu desenvolvimento pessoal harmonioso e integrado” (AASJN, 2010, p. 3).

Por meio da análise documental, a pesquisadora identificou que, atualmente, a maioria dos frequentadores do Arte-fato é constituída por moradores da região Norte de Palmas, mesma região onde fica instalado o ponto.

Embora a região Norte faça parte do Plano Diretor de Palmas<sup>71</sup>, e previsse seu povoamento expandindo-se a partir da região central, possui grande parte de sua área considerada periférica, incluindo-se a Quadra 307 Norte, onde fica localizado o ponto de cultura Arte-fato. Ela é conhecida popularmente como Vila União, a qual é composta também por outras duas quadras, a 303 Norte e a 305 Norte.

Segundo Coccozza (2007, p. 13), “a Vila União é uma região dentro do Plano Diretor de Palmas que foi ocupada através de uma invasão promovida pelo poder público”. Inicialmente, esta área havia sido doada pelo então governador – José Wilson Siqueira Campos – a políticos e personalidades influentes do Estado do Tocantins. Mas, com a chegada de Moisés Nogueira Avelino ao Governo, em 1991, a Vila União, que já estava sendo invadida por famílias que vinham em busca de emprego nas obras da construção de Palmas, foi dividida em lotes de tamanho menor do que o previsto no Plano Diretor a serem sorteados à população que lá havia se instalado.

As pessoas interessadas em receber um lote recebiam senhas e, assim que sorteadas, deveriam ocupar e permanecer no lote. Os moradores inicialmente se instalavam de forma precária, em barracos de lona e sem infraestrutura urbana, porém, a posse em definitivo permitiu a melhoria das instalações (COCOZZA, 2007, p. 136).

Apesar de a Vila União fazer parte do Plano Diretor de Palmas, ainda é bastante marginalizada. Segundo Kran e Ferreira (2005, p. 138 - 139), “o processo de ocupação da cidade de Palmas, principalmente no que tange à moradia, reflete os padrões de segregação

---

<sup>71</sup> Para maiores informações, consultar a Lei nº 85, de 16 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Ocupação e Uso do Solo do Município de Palmas, capital do Tocantins e a Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Política Urbana do Município de Palmas – TO.

das demais cidades brasileiras”, concentrando os menos favorecidos economicamente nas regiões periféricas e os que detêm maior poder aquisitivo, nas regiões centrais.

Através da análise documental e das informações obtidas por meio da entrevista<sup>72</sup> à Coordenadora do ponto de cultura, foi possível identificar que o perfil socioeconômico dos frequentadores do Arte-fato é formado por pessoas de classes menos favorecidas economicamente, provenientes de escolas públicas e que precisam trabalhar tanto em casa, ajudando nos afazeres domésticos, quanto fora, para complementar a renda familiar, perfil que ratifica a proposta do público-alvo do Arte-fato em atender alunos provenientes de escolas públicas e estratos sociais baixos, com acesso limitado à cultura.

Entretanto, a pesquisa documental também permitiu identificar que a figura do segmento juvenil, não foi priorizada durante a oferta de atividades naquele ponto de cultura no ano de 2015, uma vez que seu público é composto por pessoas que precisam trabalhar tanto fora de casa, como ajudar nos afazeres domésticos, inclusive cuidando dos irmãos mais novos. Situação que foi confirmada ao indagar à Coordenadora do Arte-fato sobre a pequena participação dos jovens nas atividades, a qual respondeu que

eles [os jovens] procuram o ponto de cultura, sim! Mas eles não podem participar durante o dia. Alguns porque estão trabalhando (...) muitos como menor aprendiz, outros porque estudam em tempo integral na escola ou na faculdade. Também, têm crianças que querem participar, mas que só poderiam à noite, porque no período que não estão na escola estão vendendo geladinho, sorvete e os outros têm que cuidar dos irmãos pequenos, mas mesmo que tivesse as atividades [à noite] não podem participar por causa da idade (informação verbal)<sup>73</sup>.

A Coordenadora do Arte-fato informou, ainda, que “o ponto de cultura tem interesse em manter as atividades no período noturno, contudo, a não oferta das vagas ocorreu em função de problemas com o repasse financeiro da Gestão Municipal de Palmas ao ponto de cultura”<sup>74</sup>. Este repasse ocorre devido à parceria da Prefeitura Municipal de Palmas com o ponto de cultura Arte-fato em função de parte das atividades culturais, que eram oferecidas pelo Centro de Criatividade do Espaço Cultural do Município de Palmas passarem a ser ofertadas por esse ponto de cultura. Durante o ano de 2014, o convênio permitiu a intensa participação de jovens, circunstância que foi possível, principalmente, em função de as atividades também serem ofertadas no período noturno.

---

<sup>72</sup> Ver Apêndice C – Entrevista I, concedida em 23/mar./2015.

<sup>73</sup> Ver Apêndice C – Entrevista I, concedida em 23/mar./2015.

<sup>74</sup> Ver Apêndice C – Entrevista I, concedida em 23/mar./2015.

Ao consultar a FCP e a AASJN, responsável pelo Arte-fato, sobre os motivos da não oferta de atividades no período noturno, a AASJN informou o seguinte: “por motivos burocráticos entre a Prefeitura Municipal de Palmas e a Câmara Municipal de Palmas, o início das aulas noturnas será a partir do dia 24 de abril de 2015”<sup>75</sup>. Entretanto, elas não foram ofertadas no primeiro semestre de 2015. Já a FCP se recusou a prestar informações por telefone e *e-mail*, alegando necessitar de Ofício para isto. Apesar de o Ofício solicitado<sup>76</sup> ter sido entregue tanto por *e-mail* como pessoalmente a pesquisadora não obteve resposta.

Considerando que no ano de 2014 houve 263 (duzentos e sessenta e três) inscritos nas atividades noturnas do ponto de cultura Arte-fato, dos quais 114 (cento e catorze) eram considerados jovens, confirma-se a fala da Coordenadora do Arte-fato de que os jovens têm interesse em participar das atividades culturais oferecidas pelo ponto de cultura. No entanto, sem o apoio da Prefeitura Municipal de Palmas, a oferta de atividades no período noturno tornou-se inviável ao ponto de cultura, retratando a pouca prioridade por parte da Gestão Municipal dada aos jovens que frequentavam o Arte-fato durante o período noturno.

Além disso, percebe-se que o Arte-fato não buscou outra alternativa a não ser esperar pela renovação do convênio com a prefeitura de Palmas, revelando pouco esforço em distribuir suas atividades nos três turnos (matutino, vespertino e noturno).

Observa-se que os jovens têm interesse em frequentar o ponto de cultura Arte-fato, mas não dispõem de tempo para frequentar no período em que as atividades são oferecidas, o que pode ser comprovado por meio do quantitativo expressivo de jovens inscritos quando haviam atividades ofertadas no período noturno, durante o ano de 2014.

Sobre o diagnóstico da redução de matrículas dos jovens no período diurno do ano 2014 para o ano de 2015, em que o ano de 2014 obteve 46 (quarenta e seis) matrículas e até o primeiro trimestre de 2015 constavam 10 (dez) matrículas de jovens, a Coordenação do ponto de cultura reforçou que “a prioridade desses jovens ainda tem sido ajudar suas famílias, seja trabalhando em casa ou informalmente e que a opção de lazer para eles fica em segundo plano”<sup>77</sup>, mas chamou a atenção ao fato de que as atividades no ponto de cultura haviam iniciado há menos de um mês e que eles costumam buscar o ponto ao longo do ano, quando dispõem de tempo livre.

---

<sup>75</sup> Ver Apêndice F – Informação adquirida por e-mail em 2/abr./2015.

<sup>76</sup> Ofício nº 03/2015 (enviado por e-mail no dia 20 de abril de 2015 e entregue na FCP em 27 de abril de 2015), constitui o Apêndice G deste trabalho.

<sup>77</sup> Ver Apêndice C – Entrevista I, concedida em 23/mar./2015.

Percebe-se que a proposta da PNCV não tem contemplado integralmente os jovens. Embora seja uma política que tem abarcado esse segmento, não é dos jovens e para eles. Esse retrato aponta que a PNCV não tem conseguido democratizar o acesso aos bens culturais incorporando todos os perfis das juventudes, as quais ainda não dispõem de PPJs que as incluam efetivamente no Município de Palmas - TO.

Quanto às questões relacionadas ao incentivo ou não à autonomia, formação e desenvolvimento autoexpressivo dos jovens pelos pontos de cultura, devido ao baixo número de jovens inscritos nas oficinas do Arte-fato no ano de 2015, optou-se por não aplicar o questionário, sob pena de termos um enviesamento dos resultados, já que a amostragem seria insuficiente para a análise.

Diante disso, o ponto de cultura Cabana Cultural foi incorporado à pesquisa possibilitando a avaliação do ponto de vista dos jovens usuários da Política, levando em consideração que apenas eles são capazes de ponderar se a PNCV tem estimulado sua autoexpressão e se o processo de elaboração das atividades que são propostas pelo ponto de cultura leva em consideração a opinião dos jovens.

O ponto de cultura Arte-fato, mesmo sem a aplicação do questionário aos jovens, foi mantido na pesquisa, levando-se em consideração o acesso que a pesquisadora teve aos relatórios e documentos daquele ponto de cultura, que permitiram uma análise mais aprofundada do contexto das dificuldades enfrentadas pela PNCV para a oferta de atividades para o público jovem em Palmas. Além disso, quando a pesquisadora iniciou as visitas ao ponto de cultura, em 2014, foi constatada pela análise das fichas de inscrição uma intensa participação de jovens, circunstância que não foi repetida no primeiro semestre de 2015, como descrito pela falta de apoio da Prefeitura Municipal de Palmas que ainda não disponibilizou recursos para a contratação de professores para o período noturno.

Devido ao ponto de cultura Arte-fato possuir estrutura própria, é possível que isto tenha influenciado a organização das informações referentes ao ponto de cultura, caracterizando uma realidade bem distinta do ponto de cultura Cabana Cultural, o qual foi incorporado posteriormente à pesquisa. Apesar de o Cabana cultural ter propiciado evidenciar o ponto de vista dos jovens participantes sobre o seu incentivo ou não à autoexpressão, por meio da aplicação de questionário, como veremos a seguir, enfrenta dificuldades de infraestrutura, não possui sede própria e os documentos disponibilizados a esta pesquisa restringiram-se ao Projeto do ponto de cultura Cabana Cultural (2010), ao Relatório BIANUAL (2008-2009) e às fichas de inscrições dos frequentadores do Cabana Cultural no ano de 2015.

Destaca-se que não foram disponibilizadas a esta pesquisadora informações sobre o quantitativo de matrículas de alunos dos anos anteriores a 2015, com exceção, do Arte-fato, que apresentou as fichas de matrículas do ano de 2014, o que retrata os apontamentos GT – Cultura Viva e do IPEA no que se refere à dificuldade de os pontos de cultura manter organizado o fluxo de documentos, bem como prestar contas sobre a aplicabilidade dos recursos.

O tópico a seguir, continua a discussão sobre a presença dos jovens na PNCV, além de apresentar o ponto de vista deles sobre as ações dessa Política a partir da participação das atividades desenvolvidas pelo ponto de cultura Cabana Cultural.

#### **4.2 Ponto de Cultura Cabana Cultural**

Incorporar o ponto de cultura Cabana Cultural à pesquisa permitiu olhares distintos da mesma Política que tem buscado fugir dos padrões burocráticos da gestão pública adotando uma dinâmica de gerenciamento mais inovadora que incentiva “a autonomia da sociedade e das comunidades na produção, troca e articulação de iniciativas culturais” (IPEA, 2012, p. 22). No entanto, tanto o estudo teórico desta Política quanto o empirismo desta pesquisa aponta entraves para se efetivar a inovação proposta pela PNCV e, à medida que ela avança nas questões referentes ao incentivo e valorização da diversidade, esbarra em questões que ainda requerem um tratamento mais burocrático, como o controle de documentos e prestação de contas, por exemplo, conforme veremos na análise do ponto de cultura Cabana Cultural.

O Cabana Cultural é administrado pelo grupo junino Caipiras do Borocoxó, que foi idealizado pelos jovens da comunidade católica da Paróquia São Francisco de Assis, localizada no bairro Aurenny II, no intuito de fortalecer a cultura junina na comunidade. A partir de 2005, a entidade começou a desenvolver pesquisas sobre as danças populares no Estado do Tocantins, com vistas a melhor fundamentar a caracterização das apresentações da quadrilha.

Devido ao fato de o ponto de cultura não possuir sede própria, as atividades são desenvolvidas em parceria com a Escola Municipal Thiago Barbosa, situada no bairro Aurenny II, APM 3, região Sul de Palmas, com exceção do apoio às atividades de corte e costura que acontecem nas casas das próprias costureiras que geralmente residem no mesmo bairro e entorno onde as atividades do ponto de cultura são desenvolvidas.

O ponto cultura também dispõe de um espaço alugado situado na quadra 15, lote 2, no mesmo bairro onde o ponto de cultura se localiza. O espaço é composto por uma biblioteca e acervos da comunidade referentes à participação em concursos e eventos (filmagens, jornais, troféus, etc.). Além disso, a Caipiras do Borocoxó adquiriu um terreno por meio de premiações em concursos, o qual fica situado no setor Santa Fé II, do bairro Taquaralto, de Palmas – TO, próximo de onde o ponto de cultura desenvolve suas atividades.

Ressalta-se que tanto o bairro Aurenny II quanto o Taquaralto estão situados numa região satélite de Palmas e, também, considerada uma área periférica, a qual, igualmente à Vila União, foi povoada contrariando o plano de ocupação de Palmas. Parte da região Sul de Palmas (Taquaralto e Jardins Aurenny's<sup>78</sup>) “coincide com as áreas inicialmente ocupadas através de invasões de lotes urbanos (parte deles posteriormente urbanizados e regularizados), para onde migrou o contingente populacional mais pobre” (KRAN; FERREIRA, 2005, p. 132).

Segundo Borocoxó (2009, p. 9) no ponto de cultura Cabana Cultural (quadrilha junina Caipiras do Borocoxó), “as atividades são direcionadas às comunidades da região Sul de Palmas, principalmente, jovens de classe baixa e com vulnerabilidade social”. Em razão de o grupo ser constituído por pessoas do bairro Aurenny II e entorno, seus integrantes permanecem frequentando as atividades do ponto de cultura por anos, apesar de haver espaço para a inscrição de novos integrantes.

A análise do Relatório Bianual (2008-2009) permitiu identificar também que a comunidade daquela região apoia a quadrilha durante suas apresentações e concursos, uma vez que dela fazem parte ex-integrantes da quadrilha e pessoas que já tiveram envolvimento com ela, o que pode, possivelmente, reforçar os laços identitários e o sentimento de pertencimento dos participantes do ponto de cultura em razão do apoio da comunidade local, conforme Fraser (2008), Araújo (2009) Castro (2012) e Gomes (2012).

O Projeto do ponto de cultura Cabana Cultural surgiu como uma

alternativa de inclusão social e cultural, através do teatro, da dança, dos debates, do convívio em grupo, da valorização, da autoestima a partir do convívio com a cultura popular refletindo no dia-a-dia desta comunidade. Onde a parceria entre a sociedade civil organizada com o Governo [MinC] proporciona tal inclusão de forma mais eficaz, duradoura e continua. Assim, valorizando, também, os mestres de cultura e a estabilidade de uma cultura de paz (BOROCOXÓ, 2010, p. 7).

---

<sup>78</sup> Há quatro bairros que compõem a região dos Aurenys, são eles: Aurenny I, Aurenny II, Aurenny III e Aurenny IV.

As atividades do Cabana Cultural também podem ser classificadas como bens culturais imateriais, conforme conceito apresentado na Nota 3 deste trabalho, em virtude de o ponto de cultura buscar incentivar a cultura popular por meio da interação entre as pessoas do bairro Aurenny II e entorno, na perspectiva de fortalecer a identidade e a diversidade cultural por meio da dança. As atividades são direcionadas aos integrantes da quadrilha junina Caipiras do Borocoxó com a finalidade de produzir um espetáculo teatral dançante durante as apresentações. Para isto, são desenvolvidas oficinas de interpretação e dança junina, as quais ocorrem durante os ensaios da quadrilha, concentrando principalmente no período noturno e no primeiro semestre de cada ano civil.

Além disso, o ponto de cultura vem desenvolvendo a Ação Borocoxó, que é um evento realizado anualmente, em parceria com o Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) em prol de beneficiar a comunidade local por meio de atendimentos, como: apresentação de grupos de danças da periferia e apresentação de músicos da região para a comunidade. Também são prestados serviços sociais, como brincadeiras para crianças e jovens, curso de atendimento ao público, doação de sangue e atendimento jurídico, com o intuito de promover a cidadania. Essa pode ser considerada uma atividade de estímulo ao envolvimento dos jovens com os problemas da comunidade, além de incentivar a autoexpressão e interação social.

O gerenciamento do ponto de cultura que é feito por integrantes da quadrilha junina Caipiras do Borocoxó desde 2001, o qual obteve a certificação de ponto de cultura também em 2010, após ter sido contemplado pelo Edital nº 001, de 16 de dezembro de 2009 – Seleção para Rede de Pontos de Cultura do Município de Palmas.

Faz-se necessário ponderar que, apesar de esta pesquisa incorporar documentos a partir de 2009, com o lançamento do Edital de Seleção nº 001, de 16 de dezembro de 2009, que selecionou os pontos de cultura para compor a Rede Municipal de Palmas, não foram disponibilizados pelos pontos de cultura investigados, principalmente o Cabana Cultural, documentação de todo esse período das atividades que eles vêm desenvolvendo ao longo destes anos.

Quanto à aplicação do questionário no ponto de cultura Cabana Cultural, seu objetivo foi identificar o perfil dos jovens frequentadores daquele ponto de cultura, se há a participação deles durante a escolha das atividades e dar visibilidade ao ponto de vista dos jovens sobre o ponto de cultura, de forma a identificar se o acesso deles à PNCV tem incentivado-lhes os valores autoexpressivos.

Em virtude das atividades no ponto de cultura Cabana Cultural serem realizadas apenas em finais de semana e/ou feriados agendados não foi possível efetuar a aplicação do questionário pessoalmente. Assim, diante da inviabilidade desse tipo de aplicação, a pesquisadora, a partir do recurso de serviço *on line Google Docs*<sup>79</sup>, elaborou o questionário e seu *link* foi divulgado através rede social *Facebook*, que dispõe de um grupo composto por integrantes da quadrilha junina Caipiras do Borocoxó. Além da página no *Facebook*, o questionário foi divulgado no grupo de mensagens instantâneas do aplicativo *WhatsApp*, composto pelos mesmos integrantes da Caipiras do Borocoxó.

Ressalta-se que apesar de o questionário ter sido divulgado ao grupo por meio de uma rede social e por um aplicativo de mensagens instantâneas, o questionário era individual, como forma de preservar o anonimato das informações.

Tais procedimentos foram adotados no intuito de abranger um maior quantitativo de jovens para o preenchimento do questionário. Assim sendo, durante os dias 25 de março a 4 de maio de 2015 foram respondidos 41 (quarenta e um) questionários, dos quais 35 (trinta e cinco) eram de pessoas consideradas jovens.

Ressalta-se que, embora haja um quantitativo elevado de jovens inscritos nas atividades do Cabana Cultural, nem todos os frequentam ativamente, dificultando que um número mais elevado de jovens respondesse ao questionário.

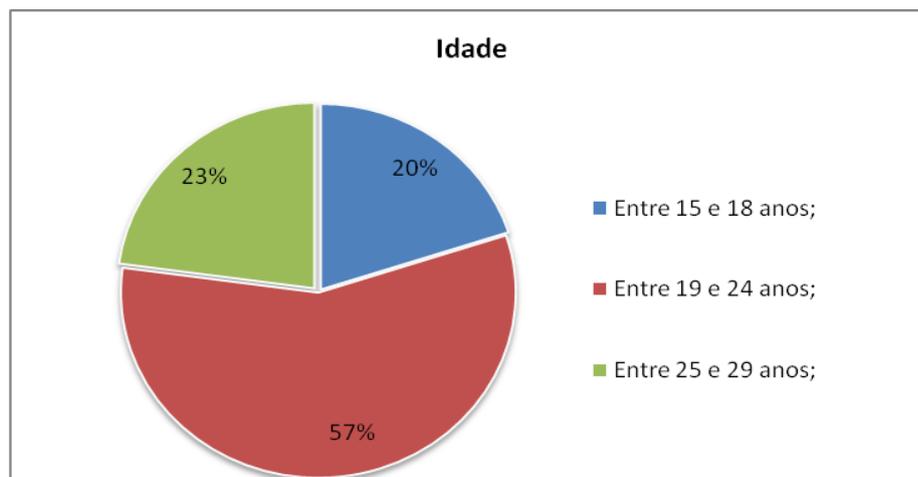
O ponto de cultura Cabana Cultural possui 101 (cento e uma) pessoas envolvidas, das quais 84 (oitenta e quatro) são consideradas jovens. Os 17 (dezessete) restantes são considerados adultos, entretanto, vale destacar que, em razão de os componentes do grupo integrá-lo por um período de tempo razoavelmente extenso, é possível sugerir que alguns deles tenham começado a frequentar o ponto de cultura enquanto jovens.

Em função de esta pesquisa focar o público juvenil, para a análise dos dados foram consideradas apenas as 35 (trinta e cinco) respostas dos jovens. Assim, a construção do perfil socioeconômico deles apontou os seguintes aspectos: 20% são considerados jovens adolescentes, 57% são considerados jovens jovens e 23% são considerados jovens adultos. O detalhamento sobre a idade dos jovens frequentadores do Cabana Cultural pode ser conferido na Figura 4 desta pesquisa, elaborada a partir das respostas do questionário aplicado.

---

<sup>79</sup> Serviço para *Web, Android e iOS* que permite criar, editar e visualizar questionários, documentos de texto e compartilhá-los. Para mais informações consultar: <https://www.google.com/forms/about/> acesso em 14 mar. 2015.

**Figura 4** – Idade dos jovens frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural.



Fonte: elaboração própria.

Além disso, observa-se que os jovens frequentadores do Cabana Cultural são residentes no bairro Aurenny II e entorno, confirmando os laços identitários<sup>80</sup> dos jovens com o bairro em que as atividades são ofertadas, uma vez que as respostas do questionário apontaram que 57,1% moram em algum dos bairros Aurenys ou em Taquaralto, seguidos de 31,4% de residentes na região Sul, que também é próxima ao bairro onde o ponto de cultura encontra-se situado, 8,6% na região central e 2,9% na região Norte.

Os dados retratam que 45,7% dos respondentes se declaram pardos, 25,7% se declaram negros, 20% se declaram brancos e 8,6% dizem ser amarelos. Os respondentes também informaram que nos últimos 5 (cinco) anos, 77,1% deles estudaram em escola pública, seguidos de 11,4% que estudaram maior tempo em escola pública, 8,6 disseram ter estudado maior tempo em escola particular e 2,9% disseram serem provenientes de escola particular, constatando-se que a maioria dos jovens frequentadores daquele ponto de cultura é negra ou parda, proveniente de escolas públicas e trabalha para ajudar nas despesas de casa, o que confirma coerência com a proposta do público-alvo do ponto de cultura, quando se refere que as atividades destinam-se a jovens provenientes de escolas públicas, de baixa renda e compondo grupos de vulnerabilidade social.

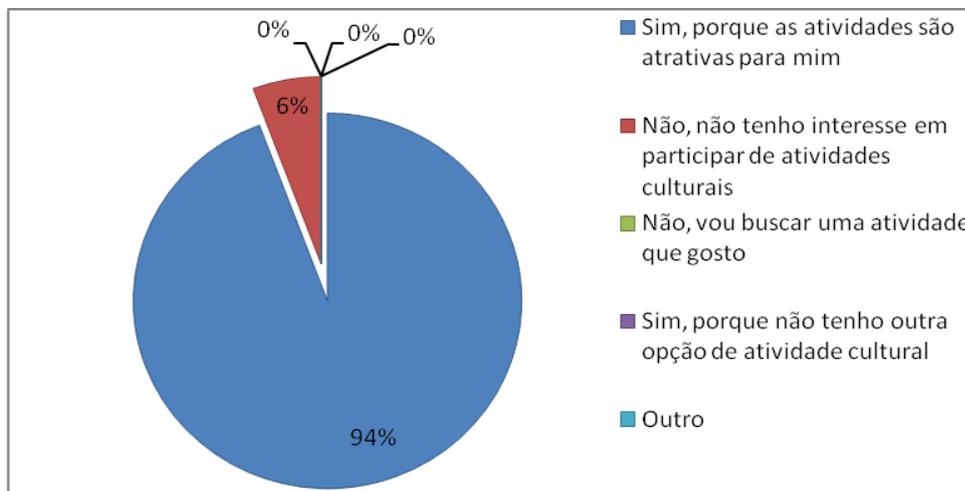
Outro dado importante indicado pelo questionário foi sobre a renda familiar dos jovens frequentadores do Cabana Cultural. Identificou-se que 80% deles integram famílias com renda entre 1 (um) e 3 (três) salários mínimos, seguidos de 17,1% entre 3 (três) e 6 (seis)

<sup>80</sup> Para mais informações consultar: Fraser (2008), Araújo (2009) Castro (2012) e Gomes (2012).

salários mínimos e 2,9% disseram possuir renda familiar acima de 6 (seis) salários mínimos. Constatou-se ainda que, 88,6% dos jovens frequentadores do Cabana Cultural já trabalharam e/ou trabalham para ajudar no sustento da família, revelando-se jovens economicamente ativos.

Ao analisar a opinião dos jovens sobre as atividades do Cabana Cultural, verifica-se que 94,2% as consideram muito boas, seguidos de 2,9% que as consideram boas e 2,9% responderam que as atividades do Cabana Cultural são razoáveis. Os respondentes expuseram, também, que gostam de dançar e que 71,4% deles participam das atividades porque têm interesse por elas, seguidos de 25,7% que participam porque os amigos/colegas participam e 2,9% afirmaram que outros motivos os levaram a frequentar o ponto de cultura. Além disso, 94% deles disseram que pretendem continuar participando das atividades do ponto de cultura no próximo semestre, seguidos de 6% que responderam não ter interesse por atividades culturais e que não pretendem continuar frequentando as atividades do Cabana Cultural no próximo semestre, conforme Figura 5.

**Figura 5** – Intenção dos jovens frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural em continuar ou não frequentando suas atividades.



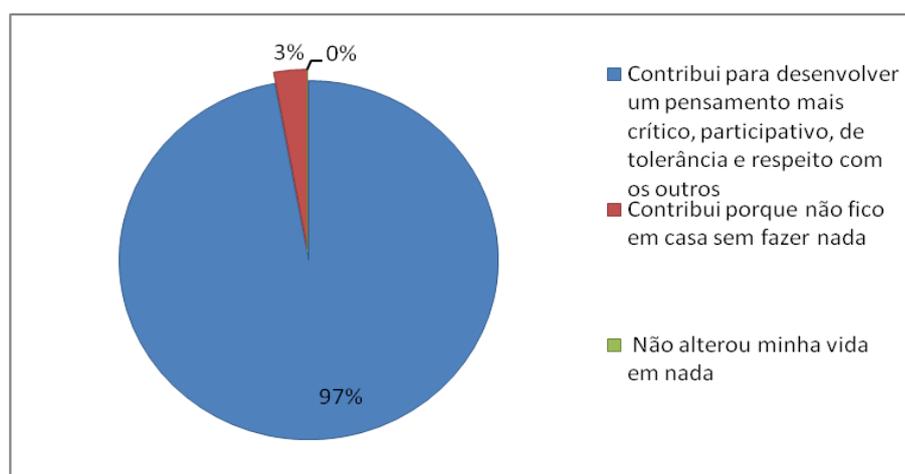
Fonte: elaboração própria.

Sobre a participação nas escolhas das atividades do ponto de cultura Cabana Cultural, 54,3% informaram que não participaram e 45,7% responderam ter participado do processo de escolha das atividades. Faz-se relevante chamar a atenção ao fato de que as atividades foram definidas há 14 anos, quando o grupo junino Caipiras do Borocoxó teve início, o que pode justificar a quantidade considerável de não participantes na escolha das atividades ligados à

quadrilha atualmente. Entretanto, na proposta da PNCV não há nada que impeça que novas atividades sejam incorporadas aos pontos de cultura, situação que não foi diagnosticada na análise documental do ponto de cultura Cabana Cultural, apesar do apoio financeiro da Política Nacional de Cultura Viva.

Foi possível diagnosticar também que 65,7% dos respondentes consideram a cultura muito importante em suas vidas, seguidos de 28,6% que a consideram importante e 5,7% que consideram a cultura pouco importante para suas vidas. Quando perguntados sobre a possível contribuição da cultural para vida de quem participa das atividades do Cabana Cultural, eles informaram, com 97%, que a participação no ponto de cultura Cabana Cultural tem contribuído para que possam desenvolver um pensamento mais crítico, participativo, de tolerância e respeito com os outros e 3% disseram que a participação deles no ponto de cultura contribui para que não fiquem em casa sem fazer nada, conforme Figura 6.

**Figura 6** – Estímulo à autoexpressão dos jovens frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural.



Fonte: elaboração própria.

A pesquisa no ponto de cultura Cabana Cultural constata que os jovens têm interesse em participar de atividades culturais. Hipótese que é confirmada com o dado de que aproximadamente 85% dos frequentadores do Cabana Cultural são considerados jovens. Sugere-se que a participação ativa dos jovens naquele ponto de cultura ocorre em função de suas atividades acontecerem nos finais de semana e/ou feriados e as apresentações da quadrilha junina no período noturno, considerando-se o perfil das juventudes trabalhadoras que complementam a renda familiar, conforme diagnosticado nesta pesquisa.

Por outro lado, os dados revelam que os jovens continuam desempenhando papéis de adultos, uma vez que têm de trabalhar fora para complementar a renda familiar e a vivência do ser juvenil passa a ser adaptada ao horário que lhes resta, após cumpridas as funções enquanto “adultos precoces”, devido às condições socioeconômicas.

Diferentemente do que vem ocorrendo no ponto de cultura Arte-fato, em razão de enfrentar problemas na parceria com a Prefeitura Municipal de Palmas, o que tem impedido a oferta de atividades no período noturno, identifica-se no Cabana Cultural uma inclinação para a democratização da cultura aos jovens. Não se afirma aqui que o Arte-fato não ofereça acesso aos bens culturais, mas que sua democratização não tem contemplado os jovens neste momento, conforme ocorreu no ano de 2014, situação que pode ser justificada em virtude de a PNCV não ser específica para o segmento juvenil.

Diante do quantitativo considerável de jovens frequentadores do Cabana Cultural é possível aferir que eles ainda não estão integralmente contemplados por PPJs que ofereçam-lhes acesso aos bens culturais e por isso têm buscado acessar as PPC. Logo, na ausência de PPJs suficientes às juventudes de Palmas – TO, os jovens têm recorrido às demais políticas como no caso da PNCV que, apesar de contemplar esse segmento, não é exclusiva para ele, o que pode incorrer na não priorização das juventudes caso haja necessidade de se alterar o projeto de atividades a serem ofertadas por essa Política. Hipótese que foi confirmada após investigação nos pontos de cultura e pela análise documental da Superintendência Municipal de Juventude e Superintendência de Juventude Estadual.

#### **4.3 Arte-fato e Cabana Cultural: divergências e convergências**

A discussão inicial da PNCV sinaliza que ela “gerou uma rede imensa de atores mobilizados para produzir cultura, se articular e participar como segmentos organizados, objetivos políticos importantes na conjuntura das políticas culturais” (IPEA, 2012, p. 31). Entretanto, a investigação empírica dos pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural proporcionou identificar questões que não foram diagnosticadas por meio de levantamento bibliográfico, conforme destacaremos a seguir, apesar de a literatura chamar a atenção para o fato de que a PNCV tem encontrado dificuldade para a gestão lidar com a proposta

inovadora<sup>81</sup> da Política e problemas com a prestação de informações necessárias por parte dos pontos de cultura à manutenção dos convênios.

Ao compararmos os dois pontos de cultura nos deparamos com realidades e necessidades distintas. Observa-se que os instrumentos utilizados por essa Política não têm sido suficientes para atender suas necessidades concretas e específicas. A investigação constatou que, além das dificuldades organizacionais referentes à alocação e prestação de contas dos recursos conforme os critérios da administração pública, os pontos de cultura possuem problemas internos que comprometem a efetividade e eficiência da Política Nacional de Cultura Viva.

Enquanto o ponto de cultura Arte-Fato busca trabalhar com diversas oficinas, o Cabana Cultural enfoca uma única ação, conseguindo destacar-se no sentido de garantir visibilidade e o envolvimento da comunidade em suas atividades. Observa-se que o Cabana Cultural tem uma ação de comunicação que é desenvolvida pelas redes sociais, pela ação social na comunidade e pela mídia espontânea adquirida ao longo dos anos devido às premiações que recebeu em festivais de quadrilhas dentro e fora do Estado do Tocantins, *marketing* muito bem aproveitado por este ponto de cultura.

Não cabe aqui avaliar qual dos pontos tem uma ação mais efetiva, já que a forma de atuação e o acesso aos recursos por eles ocorrem de forma distinta. O Cabana Cultural, por exemplo, não tem o orçamento limitado à verba pública. Sua atuação destacada tem resultado em premiações que complementam o orçamento do ponto de cultura. Já o Arte-Fato é dependente de verba pública, como foi possível constatar, a não oferta de atividades noturnas no ano de 2015 aconteceu em decorrência da falta de parceria com a prefeitura, apesar do esforço pela manutenção do convênio com a Gestão Municipal de Palmas.

Apesar de o Arte-fato buscar outros mecanismos de captação de recursos por meio de participação de editais, os trâmites burocráticos continuam apresentando-se como entraves para novos convênios, uma vez que esse tipo de parceria é morosa e muitas vezes esporádica. A busca por outros meios de captação de recurso também foi identificada no Cabana Cultural e, devido as competições juninas ocorrem anualmente e em etapas municipal, estadual e nacional, é possível aferir que o Cabana Cultural participe mais frequentemente de competições.

Percebeu-se que o envolvimento da comunidade é mais manifesto no Ponto de Cultura Cabana Cultural, tendo em vista que a maior parte dos jovens e adultos que participam das

---

<sup>81</sup> Para mais informações consultar Ipea (2010) e Ipea (2012).

atividades dele ingressou no grupo desde a sua criação. Aqui, também, cabe um questionamento sobre a capacidade de renovação dos participantes do ponto, bem como de seus coordenadores, que permanecem por longos períodos à frente do ponto de cultura.

Outra dificuldade interna identificada tanto no Arte-fato quanto no Cabana Cultural refere-se ao fato de os pontos de cultura trabalharem com base no voluntarismo ou com algumas tarefas sendo desempenhadas por valores irrisórios, o que pode vir a prejudicar a continuidade das ações e atividades à medida que surgirem novas oportunidades para os colaboradores dos pontos de cultura e devido à incompatibilidade de tempo disponível dos voluntários para dedicar-se mais sistematicamente aos pontos de cultura. Além disso, pode ocorrer a utilização dos objetos pessoais dos voluntários para a produção de documentos e informações sobre os pontos de cultura, tais como computadores, câmeras fotográficas, entre outros, o que pode vir a dispersar a memória dos pontos de cultura e na perda de informações todas as vezes que os voluntários deixarem de colaborar com estas instituições.

A dispersão da memória dos pontos de cultura ocorre, também, pela falta de espaço físico para o tratamento e arquivamento de informações referentes aos pontos de cultura, situação que foi diagnosticada no Cabana Cultural que, apesar de possuir um espaço alugado, suas atividades são ofertadas em outro local, em razão de não dispor de sede própria e de o espaço alugado ser pequeno para que as atividades do ponto de cultura sejam concentradas naquele local. Nesse sentido, a disseminação de atividades do ponto de cultura dificulta tanto o acesso às informações quanto o arquivamento de documentos referentes a ele.

A falta de organização documental foi identificada também tanto na gestão da Sujuv, quanto na da SJETO, as quais encontram dificuldade para prestar informações, seja pessoalmente, por meio de documento impresso, por telefone e por *e-mail*, situação vivenciada e retratada ao longo desta investigação, logo, tais problemas não se restringe apenas à gestão do ponto de cultura Cabana Cultural e, eventualmente, do Arte-fato mas apresenta-se como prática recorrente em alguns organismos da esfera pública. Além disso, notou-se que os órgãos públicos envolvidos nesta pesquisa apresentaram resistência em prestar informações, situação que ficou clara nas diversas tentativas de obter informações por *e-mail*, pessoalmente e por telefone, conforme apêndices D e G deste trabalho.

Os dados apontaram, ainda, que os frequentadores do Arte-fato e do Cabana Cultural possuem perfis parecidos, sendo provenientes de áreas periféricas, com baixo poder aquisitivo e que precisam trabalhar para ajudar no sustento familiar, constituindo-se força geradora da

mão de obra deste país apesar do reconhecimento do perfil trabalhador dos jovens ter avançado pouco, conforme ponderado por Freitas (2005).

Logo, considerando tais informações, acredita-se que o ponto de vista dos jovens investigados sobre o acesso aos bens culturais por meio dos pontos de cultura esteja representado nas respostas do questionário aplicado no Cabana Cultural.

Outra questão que chamou a atenção desta pesquisadora está no fato de a igreja desempenhar o papel de promover atividades para os jovens, considerando que os dois pontos de cultura investigados são originados de comunidades católicas. Assim sendo, a igreja vem desempenhando uma função que é dever do poder público.

Embora esta pesquisa entenda que a sociedade civil e instituições não governamentais podem ser parceiras do Estado, de modo a contribuir no processo de implementação das políticas, enxerga com preocupação a pré-disposição de “transferência” de atividades que são de responsabilidade do Estado a outras organizações, isentando-o de seus deveres.

Sobre as questões relacionadas ao incentivo ou não dos pontos de cultura ao protagonismo, à autonomia e à autoexpressão dos jovens, a pesquisa apontou que a participação deles nas atividades culturais do Cabana Cultural tem contribuído para o desenvolvimento de um pensamento mais crítico, participativo, com tolerância e respeito com os outros, uma vez que 97% dos respondentes confirmaram essa informação, conforme Figura 6.

Além disso, a Ação Borocoxó trabalha na perspectiva de estimular o envolvimento da comunidade nas atividades culturais, incentivando a inclusão social e ajuda mútua na promoção da cidadania, que são características da autoexpressão e capacidades incentivadas pela PNCV. A preocupação em desenvolver valores autoexpressivos nos seus frequentadores também foi percebida no ponto de cultura Arte-fato.

Por outro lado, nota-se que os dois pontos tem suas limitações que não puderam ser constatadas a partir da análise dos relatórios que costumam, em geral, abordar o ponto de vista da gestão que se concentra mais nos pontos positivos do que nos negativos da gestão. Sugere-se que os relatórios se propõem a abordar mais os êxitos obtidos do que as dificuldades que enfrentam no cotidiano tendo em vista a necessidade de pleitear novos orçamentos.

Não questionamos aqui a legitimidade dos relatórios, mas apontamos a necessidade de ter um olhar crítico sobre os mesmos para além do que a gestão dos pontos de cultura busca mostrar. Os questionários, por sua vez, permitiram identificar as limitações por meio do ponto de vista dos participantes do ponto de cultura, entretanto, chama-se a atenção a fato da

quadrilha junina buscar sua divulgação tanto no estado quanto fora dele, como forma de se autopromover e garantir premiações como meio de sustento.

Diante das questões apontadas, nota-se que a pesquisa empírica permitiu compreender melhor como vem sendo desenvolvida a PNCV no Município de Palmas e como as questões de juventudes requerem a transversalidade delas. Vivenciar essa Política empiricamente propiciou a compreensão de questões inerentes a seu planejamento, uma vez que ela não apresenta modelo padrão a ser seguido, assim, cada ponto de cultura apresenta especificidades em função do contexto que o envolve. Embora a PNCV incentive a criação de redes entre os pontos de cultura, onde as experiências podem ser compartilhadas e desenvolvidas em parceria percebeu-se que para se atingir a inovação incentivada por esta Política deve-se haver o envolvimento de todas as partes.

O estudo dos pontos de cultura Arte-fato e Cabana cultural identificou na prática diversas questões que o GT – Cultura Viva e o IPEA apresentaram para justificar a readequação da PNCV. Considerando que ela vem sendo implantada a partir de 2014, compreende-se que seja cedo para avaliar o reflexo dessa readequação, entretanto, percebe-se que há um esforço de seus gestores para atender tais demandas e a inclusão da perspectiva das juventudes poderia enriquecer mais sua efetividade. Nota-se, também, que há desafios a serem superados, tanto pelos gestores da PNCV quanto pelos pontos de cultura, conforme serão apontados nas considerações a seguir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do segmento juvenil nos pontos de cultura estudados demonstra o interesse dos jovens por atividades culturais. Embora a PNCV apresente abertura para o acesso das juventudes, não tem as contemplado integralmente, uma vez que suas especificidades nem sempre são contempladas devido esta Política buscar abranger além dos jovens outros segmentos da sociedade.

As PPJs, que deveriam trabalhar as especificidades desse segmento, não abrangem todo o território nacional, o que limita o acesso dos jovens a elas. Na ausência de PPJs acessíveis, eles têm buscado outras PPs, as quais, além de não considerar as particularidades desse segmento também possuem abrangência limitada e os jovens continuam desassistidos.

A questão da transversalidade das PPC e PPJs está longe de ser esgotada nessa pesquisa. Porém, identificamos ser um campo de estudo que merece ser explorado tanto pela academia quanto pela área da gestão pública que elabora as PPs. Essa temática constitui-se como desafiadora, uma vez que requer diálogo e o trabalho em parceria, caminho que a gestão pública brasileira ainda encontra dificuldade para trilhar.

Quando voltamos às questões discutidas sobre o papel da cultura no desenvolvimento dos jovens menos favorecidos economicamente, percebemos que as políticas culturais vêm sendo acessadas por um público constituído de jovens oriundos dos estratos sociais mais baixos, que ainda têm acesso limitado ao consumo cultural em decorrência do seu baixo poder aquisitivo, apontando para a necessidade de expansão e continuidade destas como formas de incentivar-lhes os valores autoexpressivos.

A partir da análise da oferta das PPJs pela SJETO e pela Sujuv observou-se que estes órgãos não têm apresentado alternativas suficientes de acesso aos bens culturais para os jovens palmenses e que a presença deles em outros programas fica limitada ao contexto socioeconômico que os envolvem. Chamamos a atenção à falta de prioridade ao segmento juvenil em Palmas – TO. Quando consideramos a dificuldade de se manter o convênio entre a Prefeitura Municipal de Palmas e o ponto de cultura Arte-fato, sugere-se que as PPC nesta cidade se esbarram na questão orçamentária.

Além disso, outras questões vão se delineando, tais como: por que uma cidade com um elevado número de jovens residentes não prioriza políticas públicas para esse segmento? Levando-se em conta que esta capital ainda é razoavelmente pequena, sugere-se que articular uma agenda cultural que contemple os diversos perfis de juventudes presentes em Palmas não

é uma questão impossível de ser incorporada na pauta dos gestores, entretanto, a elaboração dessa agenda requer a superação de que há apenas um perfil de juventude neste Município.

Considerando a população expressiva de jovens residentes em Palmas, deparamo-nos com a necessidade de se dar maior atenção a este segmento, uma vez que suas capacidades podem ser melhor aproveitadas, com vistas a incentivar-lhes os valores de autoexpressão e de civismo, fortalecendo uma cultura de respeito, liberdade, tolerância, participação, autonomia e bem-estar, como forma de incentivar o desenvolvimento deles e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento social e regional.

Nota-se, também, que temas relacionados às juventudes e cultura ainda são vistos pela gestão pública municipal como secundários e tratados de forma separada. Assim, a destinação de recursos, tanto físicos como humanos e financeiros para estes segmentos, ainda não foi priorizada. Com exceção da FCP que possui uma estrutura bem mais organizada do que os demais órgãos relacionados às PPC e às PPJs no Tocantins, mas apresenta resistência em prestar informações.

Outra questão que requer maior debate em outras pesquisas está relacionada ao fato de que as iniciativas referentes à oferta de PPJs que não tenham cunho assistencialista propostas pelo Município de Palmas ainda são elementares e o governo federal tem sido o maior responsável e fomentador das políticas que pautam os jovens como sujeitos de direitos<sup>82</sup>.

Reconhecer a diversidade dos jovens é um passo importante para que as PPJs sejam planejadas de forma a contemplá-los efetivamente. Nesse sentido, sugere-se que os jovens sejam vistos sob outras perspectivas também, a começar por tratá-los como sujeitos de direitos, bem como legitimar o protagonismo juvenil.

Nesse sentido, as questões abordadas nesta dissertação buscaram argumentar que as juventudes não são apenas momentos de preparação para a vida adulta e que a oferta de cultura e lazer aos jovens deveria ser uma prioridade da gestão pública. Esta pesquisa identificou jovens trabalhadores que estão sacrificando a vivência juvenil devido à situação socioeconômica em que se encontram, sendo empurrados para a vida adulta, carecendo contribuir para o sustento da família e que só têm desfrutado os bens culturais quando possível. Jovens estes que, apesar da pressão dos movimentos sociais e organismos nacionais

---

<sup>82</sup> Com destaque para os Programas Telecentro BR, ProJovem Trabalhador; Estação da Juventude; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa Juventude Viva e Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural (Cultura Viva), o qual embora seja do MinC, é bastante acessado pelos jovens.

e internacionais, como a ONU e a OIJ, não têm usufruído integralmente de seus direitos, conforme aprovado pela PEC da Juventude ainda em 2010.

Considerando tais questões, compreende-se que estimular o acesso aos bens culturais ao segmento juvenil por meio de PPJs e PPC poderá estimular o sentimento de participação, solidariedade e ajuda mútua, condições que certamente norteiam os jovens enquanto “alicerce do futuro”, uma vez que esta responsabilidade já é atribuída a eles. Além disso, permite reparar o processo de negligência por parte do Estado e da sociedade civil com esse segmento.

E, por fim, sugere-se o desenvolvimento de outras pesquisas em Palmas e no Tocantins que discutam as juventudes, sob essa nova perspectiva que incorpora a diversidade, pluralidade e os jovens enquanto sujeitos de direitos. Reforça-se, também, a importância de os órgãos públicos e instituições manterem o fluxo dos documentos organizado, procedimento simples que preserva suas imagens e, certamente, contribui com a construção da identidade, história e cultura de um povo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AASJN. **Projeto de Ponto de Cultura Arte-fato**. Associação Ação Social Jesus de Nazaré (AASJN). Palmas. 2010.

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Tradução de S. M. G. Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> edições, mai. a dez. 1997.

\_\_\_\_\_. Espaços de juventude. In: FREITAS, M. V. D.; PAPA, F. D. C. (Orgs.). **Políticas Públicas**: juventude em pauta. 2<sup>a</sup> edição. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 211.

ALEXANDRE, E. R. **Política Nacional de Juventude**: Formação da agenda e inferências sobre a cidadania brasileira. UnB. Brasília. 2013. 193 p. Dissertação de mestrado defendida em 20/dez./2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15162> Acesso em 8/ago./2014.

ALMEIDA, R. S. D. A participação juvenil a partir do debate sobre políticas públicas de juventude. In: FREITAS, M. V. D.; PAPA, F. D. C. (Orgs.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2012. p. 358.

ANDRADE, D. S. D.; MENESES, V. D. **Jovem e Consumo Cultural em Tempos de Convergência na Mídia Regional do Tocantins**. Universidade Federal do Tocantins - UFT. Palmas. 2013. Disponível em: <http://eventos.uft.edu.br/index.php/sic/IX/paper/viewFile/425/16> Acesso em 28 mar. 2015.

ARAGÃO, A. **Participação, consulta e controle social**. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Salvador. 2013.

BARBOSA, F.; ARAÚJO, H. E. Juventude e Cultura. In: CASTRO, J. A. D.; AQUINO, L. M. C. D.; ANDRADE, C. C. D. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 228 p. Depósito legal nº 93118/95.

BOROCOXÓ, A. C. C. D. **Relatório Bianual (2008-2009) do ponto de cultura Cabana Cultural**: Quadrilha junina Caipiras do Borocoxó. Palmas. 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto Ponto de Cultura Cabana Cultural**: Quadrilha junina Caipiras do Borocoxó. Palmas, 2010.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo em Perspectiva - Scielo - Scientific Electronic Library Online**, São Paulo, v. 15, nº 2, junho 2001.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª edição. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 361 p.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Distinção - crítica social do julgamento**. Tradução: Daniela Kern e Guilherme F. Teixeira. Porto Alegre: Edusp, 2007. 560 p.

BRANDÃO, F. R.; BUDEL, G. L. (Orgs.). **Coletânea de Leis na área da infância e da juventude**. Paraná: CONSIJ-PR, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**: Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004**. Presidência da República. Brasília. 2004.

- \_\_\_\_\_. **Guia de Políticas Públicas de Juventude.** Presidência da República. Brasília. 2006.
- \_\_\_\_\_. **1ª Conferência Nacional de Juventude:** texto base. Presidência da República. Brasília. 2008a. 49 p.
- \_\_\_\_\_. **Diagnóstico da cultura 2008:** diálogos culturais. Presidência da República. Brasília. 2008b. 67 p.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Cultura:** Diretrizes Gerais. Presidência da República. 2ª edição. ed. Brasília. 2008c. 100 p.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.** Presidência da República. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm)>. Acesso em: 9 jan. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei Federal nº 8.069/1990. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Agenda Juventude Brasil:** Pesquisa nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros. Secretaria Nacional de Juventude/SNJ. Brasília. 2013a. 111 p.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Presidência da República. Brasília. 2013b.
- \_\_\_\_\_. **Ministério da Cultura.** Presidência da República. 2013c. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Políticas Públicas de Juventude.** Presidência da República, Brasília. 2013d.
- \_\_\_\_\_. **Cultura Viva:** Ministério da Cultura. Presidência da República. Brasília. 2014a. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.** Presidência da República. Brasília. 2014b.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Nacional de Juventude:** Participatório - Observatório Participativo da Juventude. Presidência da República. Brasília. 2014c. Disponível em: <[http://juventude.gov.br/participatorio/#.VLBiVfnF\\_T9](http://juventude.gov.br/participatorio/#.VLBiVfnF_T9)>. Acesso em: 9 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Nacional de Juventude:** Balanço da Gestão 2011 - 2014. Presidência da República. Brasília: SNJ, 2014d.

\_\_\_\_\_. **Conjuve:** Conselho Nacional de Juventude. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <[www.juventude.gov.br/conjuve/](http://www.juventude.gov.br/conjuve/)>. Acesso em: 16 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Mais Cultura:** Ministério da Cultura. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <<http://mais.cultura.gov.br/2009/02/09/410/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

BRASIL; MINC. **Portaria 156, de 6 de julho de 2004.** Presidência da República. Brasília: MinC, 2004.

BRASIL; SNJ. **Guia de políticas públicas de juventude 2010.** Presidência da República. Brasília: SNJ, 2010.

CAMAROTTI, A. C.; LEO, P. D.; KORNBLIT, A. L. Ocio y tiempo libre en los jóvenes. In: KORNBLIT, A. L. (Org.). **Juventud y vida cotidiana.** Buenos Aires: Biblos, 2007.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Tradução: Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 227 p.

CANCLINI, N. G.; URTEAGA, M. **Cultura y desarrollo.** 1ª edição. ed. Buenos Aires: Paidós, 2012. 208 p.

CARRANO, P. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, F. D. C.; FREITAS, M. V. D. (Orgs.). **Juventude em pauta:** políticas públicas no Brasil (livro eletrônico). São Paulo: Peirópolis, 2012. p. 358.

CASTRO, E. G. D. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude - contribuições para a reflexão. In: PAPA, F. D. C.; FREITAS, M. V. D. (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil** (livro eletrônico). São Paulo: Peirópolis, 2012. p. 358.

CASTRO, J. A. D. *et al.* **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. 303 p.

CASTRO, M. G. **Emancipação, cidadania e juventude: estes tempos**. Rio de Janeiro: Flacso, 2014. 40 p.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 2, julho a dezembro 2002.

COCOZZA, G. D. P. **Paisagem e urbanidade: os limites no projeto urbano na conformação de lugares em Palmas**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Paisagem e Ambiente da USP - Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007. Tese de Doutorado defendida em 2007. 253 p. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-29042010-114302/pt-br.php> Acesso em 8 ago. 2014.

COSTA, C. C. A.; MENESES, V. D. **Usos e Práticas do Jovem do Tocantins nas Redes Sociais**. Universidade Federal do Tocantins - UFT. Palmas. 2014. Disponível em: <http://eventos.uft.edu.br/index.php/sic/X/paper/viewFile/1611/558> Acesso em 28 mar. 2015.

DENCKER, A. D. F. M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DIAS, L. A. Política e Participação Juvenil: os "caras-pintadas" e o movimento pelo impeachment. **História Agora: a revista do tempo presente**. 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Historia/artigos/8dias\\_luiz\\_artigo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/8dias_luiz_artigo.pdf) Acesso em 26 ago. 2014.

DURAND, J. C. **Política Cultural e Economia da Cultura**. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2013. 178 p.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2011.

FRASER, N. **Escalas de justiça**. Tradução: Antoni Martínez Riu. Barcelona: Heder editorial, 2008.

FREITAS, M. V. **Juventude e adolescência no Brasil** : referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

FREITAS, M. V. D.; PAPA, F. D. C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, G. *et al.* **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos Ministros da Cultura 2003 2010**. Rio de Janeiro: Versal, 2013. 596 p.

GOMES, L. F. **Políticas Públicas para a juventude: a participação do jovem em sua construção**. Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PUC – SP, São Paulo. 2012. Dissertação de mestrado defendida em 2012. Disponível em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=14180](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=14180) Acesso em 26 ago. 2014.

GUEVARA, E. C. **El Socialismo y el Hombre en Cuba**. Biblioteca Virtual UJCE. Disponível em: <http://archivo.juventudes.org/textos/Ernesto%20Che%20Guevara/El%20Socialismo%20y%20el%20hombre%20en%20Cuba.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2015.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**. Tradução: Hilda Maria L. Pantoja Coelho. São Paulo: Francis, 2009. 400 p.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cultura viva: Avaliação do programa Arte Educação e Cidadania.** Brasília: IPEA, 2010. 148 p.

\_\_\_\_\_. **Cultura viva: as práticas de pontos e pontões.** Brasília: IPEA, 2011a. 261 p.

\_\_\_\_\_. **Gestão pública e desenvolvimento.** Brasília: Ipea, 2011b. 314 p.

\_\_\_\_\_. **Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva.** Brasília: Ipea, 2011c. 245 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva: Grupo de Trabalho Cultura Viva.** Brasília: Ipea e MinC, 2012. 138 p.

JORDÃO, G.; ALLUCCI, R. R. **Panorama setorial da cultura brasileira 2011 - 2012.** São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012. 216 p.

\_\_\_\_\_. **Panorama setorial da cultura brasileira 2013-2014.** São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2014. 232 p.

KRAN, F.; FERREIRA, F. P. M. Qualidade de Vida na Cidade de Palmas - TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo. v. IX, p. 20, jul./dez. 2005.

LABREA, V. D. C. V. **Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder Cartografia do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 a 2013.** Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/Universidade de Brasília UnB. Brasília. 2014. 354 p. Tese de Doutorado defendida em 2014. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/16149> Acesso em 26 ago. 2014.

LIMA, T. C. S. D.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007.

LOBATO, A. L. **Jovens mulheres e políticas públicas**. Brasília: Presidência da República. 2014. 187 p.

MACEDO, S. C. Juventude brasileira em clima de novas perspectivas. In: PAPA, F. D. C.; FREITAS, M. V. D. (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil** (livro eletrônico). São Paulo: Peirópolis, 2012. 358 p.

MAIA, M. Z. B. **Os bastidores da transição Unitins/UFT**. Universidade Federal de Goiás - UFG. Goiânia. 2010.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: ARIOVICH, L. (Org). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 2008. 241 p.

MARTINS, C. H. D. S.; SOUZA, P. L. A. D. Lazer e Tempo dos jovens brasileiros (as) - escolaridade em gênero e perspectiva. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Unesco, 2007. 342 p.

MARTINS, G. D. A. **Estudo de Caso: uma estratégia da pesquisa**. 2ª edição. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 101 p.

MILLANI, M. L.; NECKEL, N. R. M. **Capital social: arte, ciência, cultura e desenvolvimento regional**. Curitiba: Kairós, 2013. 280 p.

ONU. **The Inequality Predicament: Report on the World Social Situation 2005**. United Nations. New York. 2005.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.) **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** (livro eletrônico). 2ª edição. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 2ª edição. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 260 p.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, A. **Tradições populares e resistências culturais**. Salvador: EDUFBA, 2011. 235 p.

SILVA, F. A. B. D.; LABREA, V. V. (Orgs.) **Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva**. Brasília: Ipea, 2014. 148 p.

SILVA, V. C. D.; COUTO, E. S. Interfaceamentos contemporâneos: tecnologias digitais e tribos urbanas no contexto escolar. **Scielo - Scientific Electronic Library Online**, Belo Horizonte, v. 28, junho 2012.

SOUZA, E. M. D.; (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Vitória: EDUFES, 2014. 296 p.

SOUZA, J. A gramática Social da desigualdade brasileira. **RBCS**, v. 19, nº. 54, fevereiro 2004.

\_\_\_\_\_. **A ralé brasileira - quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SPOSITO, M. P. Breve balanço sobre a constituição de uma agenda de políticas voltadas para os jovens no Brasil. In: PAPA, F. D. C.; FREITAS, M. V. D. (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2012.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Políticas públicas de juventud en America Latina**, p. 24, set. out.; nov.; dez. 2003. ISSN 24.

SUJUV. **Relatório de atividades da Superintendência Municipal de Juventude de Palmas - Sujuv**. Palmas. 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório Parcial de atividades da Superintendência Municipal de Juventude de Palmas - Sujuv**. Palmas, 2014.

TIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURINO, C. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima**. 2ª edição. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

VENTURA, Z. C. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Planeta, 2009.

VILUTIS, L. G. **Cultura e Juventudes: a formação dos Jovens nos Pontos de Cultura**. Programa de Pós-graduação em Educação da USP: São Paulo, 2009. 192 p. Dissertação de mestrado defendida em 18/3/2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-230920> Acesso em 8 ago. 2014.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil**. Brasília: Flacso Brasil, 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Questionário aplicado aos frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural

04/05/2015 Questionário direcionado aos frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural (Quadrilha Junina Caipiras do Borocoxó).

[✎ Editar este formulário](#)



## Questionário direcionado aos frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural (Quadrilha Junina Caipiras do Borocoxó).

Pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), pela mestranda Edisselma dos Santos Alecrim/UFT ([edisselma@uft.edu.br](mailto:edisselma@uft.edu.br)). Os dados aqui obtidos serão sigilosos e seu uso será estritamente acadêmico.

A submissão deste questionário implica na autorização para a utilização e publicação das informações com fins acadêmicos.

**\*Obrigatório**

**Atualmente, você participa da(s) atividade(s) que é/são oferecida(s) no ponto de cultura Cabana Cultural (Quadrilha Junina Caipiras do Borocoxó)? \***

Sim

Não

**Idade \***

Entre 15 e 18;

Entre 19 e 24;

Entre 25 e 29;

Acima de 30.

Outro:

**Sexo/gênero \***

Feminino

Masculino

Não declarar

**Em que tipo de estabelecimento de ensino você estudou nos últimos 5 anos? \***

Escola pública

[https://docs.google.com/forms/d/1trmldF3oNVKj\\_reivjQRc0MMlne5uHWD18v0/viewform?b=0&w=1](https://docs.google.com/forms/d/1trmldF3oNVKj_reivjQRc0MMlne5uHWD18v0/viewform?b=0&w=1)

1/5



04/05/2015

Questionário direcionado aos frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural (Quadrilha Junina Caipiras do Borocoxó).

- Cedida
- Outra situação

Em que região você mora? \*

- Região sul
- Região norte
- Região central
- Taquaralto/Aureny's
- Outro:

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? \*

- Nenhuma renda
- Até 1 salário mínimo (até R\$ 788,00)
- De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 788,01 até R\$ 2.364,00)
- De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.364,01 até R\$ 4.728,00)
- Acima de 6 salários mínimos

Para você, qual é o papel da cultura em sua vida? \*

- Importante
- Pouco importante
- Muito importante
- Não tenho opinião formada a respeito

Quais os motivos que levou você a frequentar a(s) atividade(s) do ponto de cultura Cabana Cultural (Quadrilha Junina Caipiras do Borocoxó)? \*

- Apenas para não ficar em casa
- Porque tenho interesse pela(s) atividade(s) oferecida(s)
- Porque meus amigos/colegas participam
- Outros

Como você classifica a(s) atividade(s) do ponto de cultura Cabana Cultural (Quadrilha Junina Caipiras do Borocoxó)? \*

- Razoável
- Boa
- Muito boa
- Ruim
- Outros

Independente de você sair ou não sair de casa para se divertir, qual atividade que você mais gosta de fazer? (marcar no máximo até 3 opções). \*

- Ir a bares

04052015

Questionário direcionado aos frequentadores do ponto de cultura Cabana Cultural (Quadrilha Junina Caipiras do Borocoxó).

- Ir a festas
- Dançar
- Praticar esporte
- Viajar
- Ir ao cinema
- Ir ao parque/pracinha
- Fazer compras
- Reunião com amigos
- Ir à praia
- Ir à igreja
- Namorar
- Visitar parentes
- Ir ao shopping
- Não fazer nada
- Outros

**Você participou da definição/escolha da(s) atividade(s) que é/são oferecida(s) no ponto de cultura Cabana Cultural (Quadrilha Junina Caipiras do Borocoxó)? \***

- Sim
- Não

**Você pretende continuar frequentando o ponto de cultura Cabana Cultural (Quadrilha Junina Caipiras do Borocoxó) no próximo semestre? \***

- Sim, porque as atividades são atrativas para mim
- Não, vou buscar uma atividade que gosto
- Não, não tenho interesse em participar de atividades culturais.
- Sim, porque não tenho outra opção de atividade cultural
- Outro:

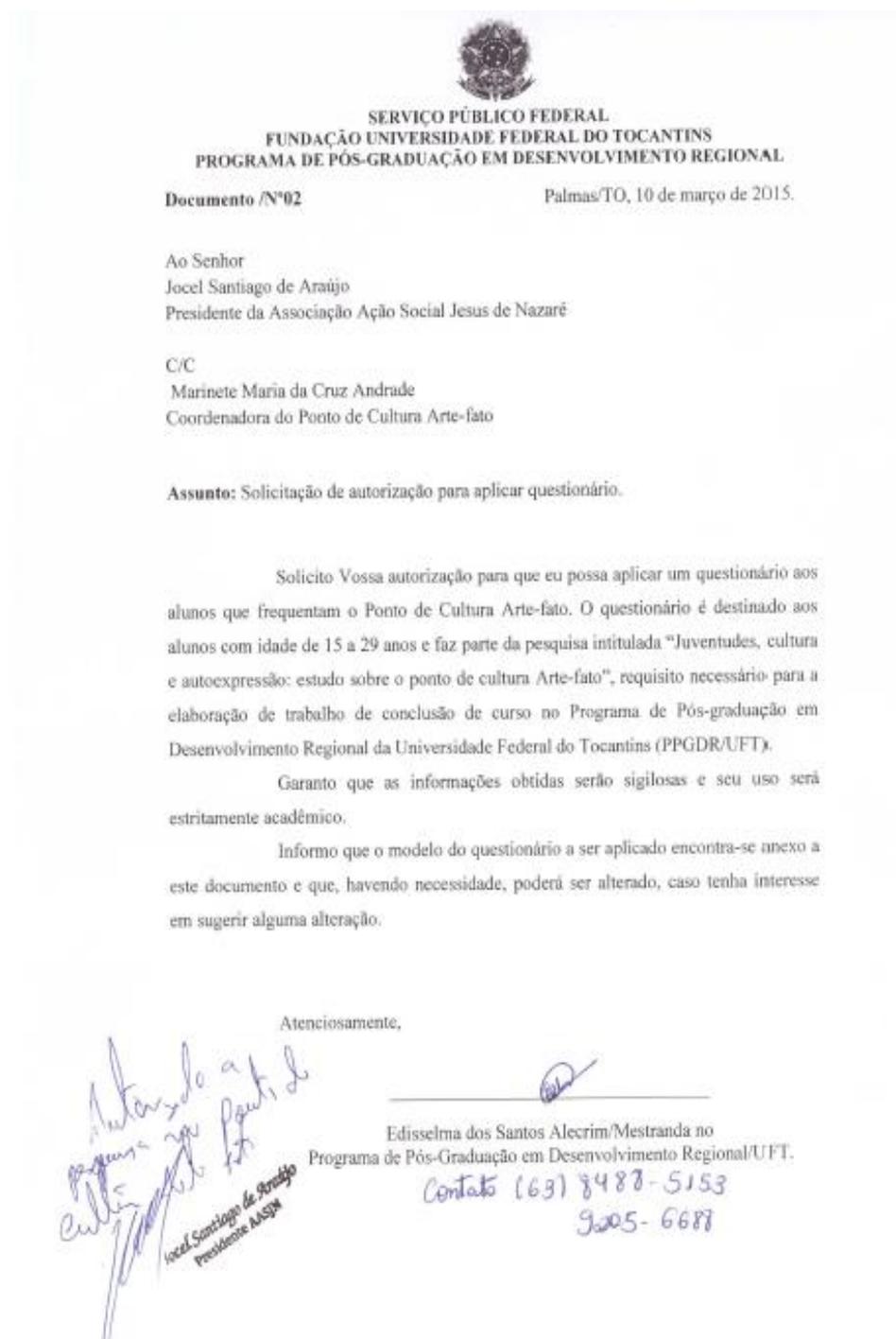
**Sobre sua participação no ponto de cultura Cabana Cultural (Quadrilha Junina Caipiras do Borocoxó), você pode afirmar que: \***

- Contribuí porque não fico em casa sem fazer nada
- Contribuí para desenvolver um pensamento mais crítico, participativo, de tolerância e respeito com os outros
- Não alterou minha vida em nada

Enviar

Nunca envie senhas em Formulários Google.

APÊNDICE B - Documento Nº 02, de 10 de março de 2015, destinado aos responsáveis pelo ponto de cultura Arte-fato<sup>83</sup>.



<sup>83</sup> Incluindo-se Carta de Apresentação da pesquisadora entregue nos anos de 2014 e 2015 (no ano de 2014 a Coordenadora do Arte-fato era a Senhora Laíse Evangelista Vilanova).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Documento /Nº02

Palmas/TO, 10 de março de 2015.

*Recbi  
12/03/15  
Valéria da Cruz Andrade*

Ao Senhor  
 Joel Santiago de Araújo  
 Presidente da Associação Ação Social Jesus de Nazaré

C/C  
 Marinete Maria da Cruz Andrade  
 Coordenadora do Ponto de Cultura Arte-fato

**Assunto:** Solicitação de autorização para aplicar questionário.

Solicito Vossa autorização para que eu possa aplicar um questionário aos alunos que frequentam o Ponto de Cultura Arte-fato. O questionário é destinado aos alunos com idade de 15 a 29 anos e faz parte da pesquisa intitulada "Juventudes, cultura e autoexpressão: estudo sobre o ponto de cultura Arte-fato", requisito necessário para a elaboração de trabalho de conclusão de curso no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT).

Garanto que as informações obtidas serão sigilosas e seu uso será estritamente acadêmico.

Informo que o modelo do questionário a ser aplicado encontra-se anexo a este documento e que, havendo necessidade, poderá ser alterado, caso tenha interesse em sugerir alguma alteração.

Atenciosamente,

Edisselma dos Santos Alecrim/Mestranda no  
 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/UFT.

### CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA

Prezado(a) Senhor(a),

Marcinete Maria da Cruz Andrade

Solicitamos Vossa colaboração na pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT).

A pesquisa está sendo conduzida pela mestranda Edisselma dos Santos Alecrim e faz parte do processo necessário à conclusão de pesquisa intitulada "Políticas públicas de juventudes, olhares sobre o Programa Cultura Viva, na cidade de Palmas – TO".

O objetivo principal da pesquisa é estudar o histórico do programa Cultura Viva, enquanto promotor de ações que contribuem à fomentação de políticas públicas destinadas aos jovens da cidade de Palmas – Tocantins.

Garantimos que os dados aqui obtidos serão sigilosos e seu uso será estritamente acadêmico.

Palmas, 10 de maio de 2015

Atenciosamente,



Edisselma dos Santos Alecrim

Cynthia Mara Miranda

Cynthia Mara Miranda

## CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA

Prezado(a) Senhor(a),

Layne Evangelista Vilanova

Solicitamos Vossa colaboração na pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT).

A pesquisa está sendo conduzida pela mestrande Edisselma dos Santos Alecrim e faz parte do processo necessário à conclusão de pesquisa intitulada "Políticas públicas de juventudes, olhares sobre o Programa Cultura Viva, na cidade de Palmas – TO".

O objetivo principal da pesquisa é estudar o histórico do programa Cultura Viva, enquanto promotor de ações que contribuem à fomentação de políticas públicas destinadas aos jovens da cidade de Palmas – Tocantins.

Garantimos que os dados aqui obtidos serão sigilosos e seu uso será estritamente acadêmico.

Palmas, 17 de novembro de 2014.

Atenciosamente,

[Assinatura]

Edisselma dos Santos Alecrim

Layne Evangelista Vilanova  
Coordenadora do Projeto Alto-Freq  
18/11/2014

Cynthia M. Miranda

Cynthia Mara Miranda

**RECEBEMOS**  
Em 18/12/14 às 9:40  
[Assinatura]  
Raimon Rodrigues Monteiro  
Assessoria de Gabinete  
Fundação Cultural de Palmas

APÊNDICE C – Entrevista I direcionada à Coordenadora do ponto de cultura Arte-fato e respectivo TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

1

**Entrevista à Coordenadora do ponto de cultura Arte-fato.**

Edisselma dos Santos Alecrim/UFT – mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Os dados aqui obtidos serão sigilosos e seu uso será estritamente acadêmico.

---

- 1) Qual o quantitativo de alunos entre 15 e 29 anos que frequentavam o ponto de cultura Arte-fato no ano de 2014?
- 2) Qual o quantitativo de alunos entre 15 e 29 anos que frequentam o ponto de cultura Arte-fato no ano de 2015?
- 3) Quais são as oficinas ofertadas pelo ponto de cultura, atualmente?
- 4) No ano de 2014 foram ofertadas oficinas durante o período noturno, contemplando um maior número de jovens, por que as oficinas não foram mantidas no ano de 2015?
- 5) Durante as visitas ao ponto de cultura Arte-fato, notei que há mais crianças do que jovens frequentando o ponto de cultura. Você acredita que essa menor participação dos jovens ocorre devido a que?

Resposta pergunta 1 – Eu não estava na Coordenação nesse período, mas vou ver se encontro no Relatório de atividades do ponto de cultura do ano passado. Também têm as fichas de matrícula que eu não sei onde estão, mas posso tentar encontrar por aqui para você procurar, elas devem estar arquivadas em algum lugar por aqui<sup>1</sup>.

Resposta pergunta 2 – Atualmente, temos 3 alunos de 17 anos, 5 alunos de 15 anos e 2 alunos de 16 anos, totalizando 10 jovens matriculados<sup>2</sup>.

Resposta pergunta 3 – Esse ano a gente ofertou 500 vagas e hoje, tem cerca de 250 alunos matriculados<sup>3</sup>. As oficinas que estamos oferecendo são de percussão, bateria, teatro, teclado, violão, balé, dança de salão, esporte e lazer. No ano passado não ofertamos , balé,nem dança de salão, esporte e lazer, essas são novas.

Resposta pergunta 4 – O ponto de cultura tem interesse em manter as atividades no período noturno, mas, a não oferta das vagas ocorreu em função de problemas com o repasse financeiro da Gestão Municipal de Palmas ao ponto de cultura. Eu não tenho muita certeza de como está esse processo de renovação do convênio, tenho de ver com o Jocei<sup>4</sup> para te dar mais certeza direitinho, mas vou ver com ele e te falo.

Resposta pergunta 5 – Eles procuram o ponto de cultura, sim! Mas eles não podem participar durante o dia. Alguns porque estão trabalhando (...) muitos como menor aprendiz, outros porque estudam em tempo integral na escola ou na faculdade. Também, têm crianças que querem participar, mas que só poderiam à noite, porque no período que não estão na escola estão vendendo geladinho, sorvete e os outros têm que cuidar dos irmãos pequenos, mas mesmo que tivesse as atividades [à noite] não podem participar por causa da idade. Eles gostam de participar das atividades porque também não têm muita opção de lazer, de atividade cultural, sabe?! Mas a prioridade desses jovens ainda tem sido ajudar suas famílias, seja trabalhando em casa ou informalmente e que a opção de lazer para eles fica em segundo plano.

Obrigada por ajudar a construir esta pesquisa, sua colaboração será anônima, a fim de preservar sua privacidade. Caso tenha interesse, poderá ser citad@ nominalmente, desde que autorize previamente.  
 À disposição caso tenha eventuais dúvidas.  
 Edisselma dos Santos Alecrim (selmalecrim@uft.edu.br).

---

<sup>1</sup> A atual Coordenadora Geral do ponto de cultura Arte-fato, Marinete Maria da Cruz Andrade, assumiu a Coordenação a partir do ano de 2015, entretanto, desenvolve suas atividades no Arte-fato desde 2003, quando iniciou como Auxiliar de Serviços Gerais, tornando-se Coordenadora Pedagógica até chegar à Coordenação Geral do ponto de cultura.

<sup>2</sup> Informação prestada após consulta às fichas de matrícula do ponto de cultura referentes ao ano 2015.

<sup>3</sup> Após conferência das fichas de matrícula, a Coordenadora do ponto de cultura informou que, até então, há 251 anos matriculados.

<sup>4</sup> Presidente da Associação Ação Social Jesus de Nazaré (AASIN), responsável pelo ponto de cultura Arte-fato.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS-UFT  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Termo de consentimento**

Título da pesquisa: Juventudes, cultura e autoexpressão: estudo sobre o ponto de cultura Arte-fato

Eu, Marinete Maria da Cruz Andrade  
voluntariamente concordo que minha entrevista/questionário concedida para a mestranda Edisselma dos Santos Alecrim seja utilizada para fins acadêmicos.

A mestranda irá utilizar os dados da entrevista apenas para fins acadêmicos, especialmente, para escrita da dissertação intitulada "Juventudes, cultura e autoexpressão: estudo sobre o ponto de cultura Arte-fato", bem como trabalhos acadêmicos relacionados a esta pesquisa, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Cynthia Mara Miranda, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Os dados não deverão ser utilizados para outros fins.

Marinete Maria da Cruz Andrade  
Assinatura do entrevistado/respondente

23/03/2015  
Data

Edisselma dos Santos Alecrim  
Assinatura da mestranda

23/3/2015  
Data

**Mestranda:**  
Edisselma dos Santos Alecrim  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
Universidade Federal do Tocantins  
(63) 3232-8224; e-mail: pgra@uft.edu.br

APÊNDICE D - Carta de apresentação e *e-mail* direcionados ao Superintendente da Juventude Estadual, Ricardo Ribeirinha<sup>84</sup>.

**CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA**

Prezado(a) Senhor(a),

Ricardo Ribeirinha

Solicitamos Vossa colaboração na pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT).

A pesquisa está sendo conduzida pela mestranda Edisselma dos Santos Alecrim e faz parte do processo necessário à conclusão de pesquisa intitulada "Políticas públicas de juventudes, olhares sobre o Programa Cultura Viva, na cidade de Palmas – TO".

O objetivo principal da pesquisa é estudar o histórico do programa Cultura Viva, enquanto promotor de ações que contribuem à fomentação de políticas públicas destinadas aos jovens da cidade de Palmas – Tocantins.

Garantimos que os dados aqui obtidos serão sigilosos e seu uso será estritamente acadêmico.

Palmas, 12 de Janeiro de 2015.

Atenciosamente,

Ed

Edisselma dos Santos Alecrim

Cynthia M. Miranda

Cynthia Mara Miranda

---

<sup>84</sup> Encaminha após visita pessoalmente à Superintendência da Juventude Estadual no dia 13/jan./2015, entregue tanto por *e-mail* como pessoalmente ao Superintendente da Juventude Estadual no dia 16/jan./2015.

05/05/2015

E-mail de Universidade Federal do Tocantins - Carta de apresentação de pesquisa



Edisselma dos Santos Alecrim &lt;selmalecrim@mail.uft.edu.br&gt;

---

## Carta de apresentação de pesquisa

---

**Edisselma dos Santos Alecrim** <selmalecrim@mail.uft.edu.br>  
 Para: deodete01@gmail.com, gedja3d@gmail.com

12 de janeiro de 2015 11:22

Bom dia Deodete e Erick!

Conforme conversa pessoalmente, encaminho, anexa, a carta de apresentação de minha pesquisa. Gostaria de solicitar que, caso seja possível, encaminhem-me os projetos e ações da Sejuv desenvolvidos pelas/para as juventudes. Minha pesquisa está concentrando as informações a partir de 2011, assim, caso tenham dados referentes as esse período, agradeço.

Conforme dito quando estive pessoalmente na superintendência, embora minha pesquisa tenha como objeto o ponto de cultura Arte-fato, há uma momento em que falo das políticas públicas de Palmas. Nesse sentido, o envio dos dados referentes às ações e projetos que contemplam as juventudes palmenses irá subsidiar para o embasamento dos dados.

Sobre a estruturação do Conselho Estadual de Juventude, tenho interesse em fazer parte da discussão, caso seja possível. Assim, se puderem incluir-me nos contatos (nem que eu não componha o conselho, posso ser ouvinte, pesquisadora, voluntária...) para melhor acompanhar as discussões, agradeço.

Agradeço

Atenciosamente,

**Edisselma Alecrim**  
 Secretária Executiva na Universidade Federal do Tocantins/UFT  
 Graduada em Letras e Mestranda em Desenvolvimento Regional/UFT.  
<http://lattes.cnpq.br/9418379152280867>

Fone: (63) 8488 5153/ 9205 5588

---

 Carta de apresentação de pesquisa .pdf  
 351K

05/05/2015

E-mail de Universidade Federal do Tocantins - Carta de apresentação de pesquisa



Edisselma dos Santos Alecrim &lt;selmalecrim@mail.uft.edu.br&gt;

---

## Carta de apresentação de pesquisa

---

**Deodete Neves** <deodete01@gmail.com>  
 Para: Edisselma dos Santos Alecrim <selmalecrim@mail.uft.edu.br>

12 de janeiro de 2015 15:33

Recebido!

Muito Obrigada.

Deodete

[Texto das mensagens anteriores oculto]

APÊNDICE E – Carta de apresentação destinada ao Presidente do ponto de cultura Cabana cultural<sup>85</sup>.

### CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA

Prezado Senhor,

Jarbas Pinheiro de Lemos.

Solicitamos Vossa colaboração na pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT).

A pesquisa está sendo conduzida pela mestranda Edisselma dos Santos Alecrim e faz parte do processo necessário à conclusão de pesquisa intitulada “Juventudes, cultura e autoexpressão: estudo sobre os pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural, em Palmas - TO”.

O objetivo principal da pesquisa é estudar o histórico do programa Cultura Viva, com enfoque nos pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural, de forma a verificar que a participação dos jovens nas atividades dos pontos de cultura incentivam o protagonismo, participação e valores de autoexpressão.

Garantimos que os dados aqui obtidos serão sigilosos e seu uso será estritamente acadêmico.

Palmas, 20 de abril de 2015.

Atenciosamente,

---

Edisselma dos Santos Alecrim/Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Cynthia Mara Miranda/Prof.<sup>a</sup> na UFT e Orientadora da pesquisa.

---

<sup>85</sup> Enviada por e-mail, após conversa pessoalmente em visita ao ponto de Cultura em 28/mar./2015.

APÊNDICE F – E-mail encaminhado ao Presidente da Associação Ação Social Jesus de Nazaré, responsável pelo ponto de cultura Arte-fato.

05/05/2015

E-mail de Universidade Federal do Tocantins - Dúvida sobre atividades do Arte-fato.



Edisselma dos Santos Alecrim &lt;selmalecrim@mail.uft.edu.br&gt;

---

### Dúvida sobre atividades do Arte-fato.

---

Edisselma dos Santos Alecrim <selmalecrim@mail.uft.edu.br> 2 de abril de 2015 16:23  
 Para: Ação Social Jesus de Nazaré <acaosocialjesusdenazare@gmail.com>, "jocel.santiago"  
 <jocel.santiago@bol.com.br>

Prezado Jocel,

em função da pesquisa que estou desenvolvendo no ponto de cultura Arte-fato, percebi que as atividades noturnas não estão sendo ofertadas. A Marinete chegou a comentar que isso ocorreu devido a prefeitura não estar repassando o recurso do convênio entre a prefeitura e o ponto de cultura para a descentralização das atividades culturais desta capital, mas não apresentou maiores informações.

Diante disso, peço a gentileza, se possível, de detalhar melhor os motivos da não oferta de atividades no período noturno. Caso tenha necessidade, estou à disposição para ir até a Associação e também disponibilizo meus celulares, caso haja necessidade (63) 8488 5153/ 9205 6688.

À disposição.

Atenciosamente,

Edisselma Alecrim  
 Secretária Executiva na Universidade Federal do Tocantins/UFT  
 Graduada em Letras e Mestranda em Desenvolvimento Regional/UFT.

<http://lattes.cnpq.br/9418379152280867>

05/05/2015

E-mail de Universidade Federal do Tocantins - Dúvida sobre atividades do Arte-fato.



Edisselma dos Santos Alecrim &lt;selmalecrim@mail.uft.edu.br&gt;

---

### Dúvida sobre atividades do Arte-fato.

---

jocel.santiago@bol.com.br <jocel.santiago@bol.com.br> 2 de abril de 2015 18:48  
 Para: selmalecrim@mail.uft.edu.br

por motivo burocrático entre a prefeitura e acamara municipal o início das aulas noturnas será a partir do dia 24 de abril de 2015

---

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

APÊNDICE G - Ofício/Nº03, de 20 de abril de 2015 – Solicitar informações sobre convênio entre a FCP e o ponto de cultura Arte-fato<sup>86</sup>.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Ofício /Nº03**

Palmas/TO, 20 de abril de 2015.

À Senhora  
Eliane Campos de Araújo Oliveira  
Presidente da Fundação Cultural de Palmas/FCP

C/C  
Luciane de Marque Bortoli  
Gerente de Projetos do Centro de Criatividade

**Assunto:** Solicitação informações sobre convênio entre a FCP e o ponto de Cultura Arte-fato.

Em função da pesquisa que estou desenvolvendo no ponto de cultura Arte-fato, conforme carta de apresentação (anexa) identificou-se que as atividades noturnas daquele ponto de cultura não foram ofertadas no ano de 2015.

Segundo a Coordenadora do ponto de cultura Arte-fato e o Presidente da Associação Ação Social Jesus de Nazaré (AASJN) a não oferta das atividades noturnas no ponto de cultura, que ocorrem com recurso de convênio entre a Prefeitura Municipal de Palmas e o Arte-fato para a descentralização das atividades culturais desta capital, deve-se a problemas burocráticos.

Em conversa informal por telefone com a Senhora Luciane de Marque Bortoli, Gerente de Projetos do Centro de Criatividade da FCP, fui informada que a AASJN deve apresentar um Alvará para que o convênio seja renovado.

Considerando que no ano de 2014 houve oferta de atividades noturnas, não ficou claro para mim qual tipo de Alvará o Arte-fato precisa apresentar à FCP para que o convênio seja renovado. Nesse sentido, peço a gentileza de que preste-me as seguintes informações:

- 1) detalhamento sobre esse documento (alvará) a ser apresentado pelo Arte-fato e se há algum outro impedimento para a renovação do convênio;
- 2) esclarecer por que as atividades noturnas do ano de 2014 aconteceram sem esse documento ou se somente a partir de 2015 ele passou a ser exigido pela FCP?

Justifico que tais informações são importantes para que eu não preste informações equivocadas na minha pesquisa.

Atenciosamente,

---

Edisselma dos Santos Alecrim/Mestranda no  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/UFT  
Fone: (63) 8488 5153/ 9205 6688.

---

<sup>86</sup> Enviado por e-mail em 20/abr./2015 e entregue pessoalmente no dia 27/abr./2015, inclui-se e-mails trocados entre a pesquisadora e a Gerente de Projetos do Centro de Criatividade da Fundação Cultural de Palmas.



SERVICÓ PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ofício /Nº03

Palmas/TO, 27 de abril de 2015.

À Senhora  
Eliane Campos de Araújo Oliveira  
Presidente da Fundação Cultural de Palmas/FCP

C/C  
Luciane de Marque Bortoli  
Gerente de Projetos do Centro de Criatividade

RECEBEMOS  
em 27/04/15 às 15:30  
Rouise  
Rouise Rodrigues Monteiro  
Assessora de Gabinete  
Fundação Cultural de Palmas

**Assunto:** Solicitação informações sobre convênio entre a FCP e o ponto de Cultura Arte-fato.

Em função da pesquisa que estou desenvolvendo no ponto de cultura Arte-fato, conforme carta de apresentação (anexa) identifiquei que as atividades noturnas daquele ponto de cultura não foram ofertadas no ano de 2015.

Segundo a Coordenadora do ponto de cultura Arte-fato e o Presidente da Associação Ação Social Jesus de Nazaré (AASJN) sobre a oferta das atividades noturnas no ponto de cultura, que ocorrem com recurso de convênio entre a Prefeitura Municipal de Palmas e o Arte-fato para a descentralização das atividades culturais e culturais, deve-se a problemas burocráticos.

Em conversa informal por telefone com a Senhora Luciane de Marque Bortoli, Gerente de Projetos do Centro de Criatividade da FCP, fui informada que a AASJN deve apresentar um Alvará para que o convênio seja renovado. Apesar de ser enviado e-mail com este ofício no dia 20/4/2015 para os endereços: [elias@mpm.fcp@gmail.com](mailto:elias@mpm.fcp@gmail.com), [fcp.palmas@gmail.com](mailto:fcp.palmas@gmail.com), [luciane.cultura@hotmail.com](mailto:luciane.cultura@hotmail.com), também não obtive retorno.

Assim, sendo, considerando que no ano de 2014 houve oferta de atividades noturnas, não ficou claro para mim qual tipo de Alvará o Arte-fato precisa apresentar à FCP para que o convênio seja renovado. Nesse sentido, peço o gentileza de que preste-me as seguintes informações:

- 1) detalhamento sobre esse documento que ainda não foi apresentado pelo Arte-fato e se há algum outro impedimento para a renovação do convênio;
- 2) esclarecer por que as atividades noturnas de 2014 aconteceram sem esse documento ou se somente a partir de 2015 ele passou a ser exigido pela FCP??

Justifico que tais informações são importantes para que eu não preste informações equivocadas na minha pesquisa.

Atenciosamente,

Edisselma dos Santos Azevém Faria: (63) 8488 5153/ 9205 6688.  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/UFT



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA**

Prezada Senhora,

Eliane Campos de Araújo Oliveira.

Solicitamos Vossa colaboração na pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT).

A pesquisa está sendo conduzida pela mestranda Edisselma dos Santos Alecrim e faz parte do processo necessário à conclusão de pesquisa intitulada "Juventudes, cultura e autoexpressão: estudo sobre os pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural, em Palmas - TO".

O objetivo principal da pesquisa é estudar o histórico do programa Cultura Viva, com enfoque nos pontos de cultura Arte-fato e Cabana Cultural, de forma a verificar que a participação dos jovens nas atividades dos pontos de cultura incentivam o protagonismo, participação e valores de autoexpressão.

Garantimos que os dados aqui obtidos serão sigilosos e seu uso será estritamente acadêmico.

Palmas, 20 de abril de 2015.

Atenciosamente,

Edisselma dos Santos Alecrim/Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Cynthia Mara Miranda

Cynthia Mara Miranda/Prof.<sup>a</sup> na UFT e Orientadora da pesquisa.

05/05/2015

E-mail de Universidade Federal do Tocantins - Dúvida sobre atividades do Arte-fato.



Edisselma dos Santos Alecrim &lt;selmalecrim@mail.uft.edu.br&gt;

---

## Dúvida sobre atividades do Arte-fato.

---

Edisselma dos Santos Alecrim <selmalecrim@mail.uft.edu.br>  
 Para: Luciane De Marque De Bortoli <luciane.cultura@hotmail.com>

20 de abril de 2015 15:38

Prezada Luciane,

conforme conversa por telefone, hoje (20/4/2015), sobre a não oferta das atividades noturnas no ponto de cultura Arte-fato que ocorrem com recurso do convênio entre a prefeitura e o ponto de cultura para a descentralização das atividades culturais desta capital, considerando que no ano de 2014 houve oferta de atividades noturnas, não ficou claro para mim qual tipo de Alvará o Arte-fato precisa apresentar à FCP para que o convênio seja renovado.

Nesse sentido, gostaria que, se possível,

- 1) detalhasse melhor sobre esse documento (alvará) a ser apresentado pelo Arte-fato;
- 2) as atividades noturnas do ano de 2014 aconteceram sem esse documento ou somente a partir de 2015 ele passou a ser exigido pela FCP?

Peço a gentileza de não ignorar meu e-mail, uma vez que esse detalhamento apresenta-se importante para a minha pesquisa e para que eu não preste informações equivocadas.

Agradeço imensamente a disponibilidade em sempre atender meus telefonemas e visitas. Caso tenha necessidade, estou à disposição para ir até a Fundação e também disponibilizo meus celulares para maiores informações (63) 8488 5153/ 9205 6688.

À disposição.

Atenciosamente,

**Edisselma Alecrim**  
 Secretária Executiva na Universidade Federal do Tocantins/UFT  
 Graduada em Letras e Mestranda em Desenvolvimento Regional/UFT.

<http://lattes.cnpq.br/9418379152280867>

05/05/2015

E-mail de Universidade Federal do Tocantins - Dúvida sobre atividades do Arte-fato.



Edisselma dos Santos Alecrim &lt;selmalecrim@mail.uft.edu.br&gt;

---

## Dúvida sobre atividades do Arte-fato.

---

Luciane de Marque de Bortoli <luciane.cultura@hotmail.com>  
 Para: Edisselma dos Santos Alecrim <selmalecrim@mail.uft.edu.br>

20 de abril de 2015 15:53

Prezada Edisselma,

Para que eu possamos fornecer as informações solicitadas, necessito que a mesma seja feita via ofício a Presidente da Fundação Cultural de Palmas, Eliane Campos de Araújo Oliveira.

Cordialmente,

**Luciane de Marque de Bortoli**  
 Gerente de Projetos do Centro de Criatividade - Fundação Cultural de Palmas  
 Telefones: (63) 2111-2402 , (63) 9211-3181  
 Espaço Cultural José Gomes Sobrinho  
 Palmas/TO